

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS:  
QUÍMICA DA VIDA E SAÚDE**

**O ABORTO COMO UM PROBLEMA DE SAÚDE  
PÚBLICA: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE NAS  
ÁREAS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO**

**TESE DE DOUTORADO**

**Cristiane Köhler Carpilovsky**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2011**

# O ABORTO COMO UM PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE NAS ÁREAS DA SAÚDE E EDUCAÇÃO

**Cristiane Köhler Carpilovsky**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde da Universidade Federal de Santa Maria, como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutora em Educação em Ciências**

**Orientador: Prof. Dr. Félix Alexandre Antunes Soares**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2011**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS:  
QUÍMICA DA VIDA E SAÚDE**

A comissão examinadora, abaixo assinada, aprova a Tese de Doutorado

**O ABORTO COMO UM PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA:  
CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE NAS ÁREAS DA SAÚDE E  
EDUCAÇÃO**

elaborada por  
**Cristiane Köhler Carpilovsky**

como requisito parcial para a obtenção do grau de  
**Doutor em Educação em Ciências**

**COMISSÃO EXAMINADORA**

**Félix Alexandre Antunes Soares, Dr.**  
(Presidente/Orientador)

**Marlene Gomes Terra, Dr<sup>a</sup> (UFSM)**

**Maria Rosa Chitolina Schetinger, Dr<sup>a</sup> (UFSM)**

**Martha Bohrer Adaime, Dr<sup>a</sup> (UFSM)**

**Silviamar Camponogara, Dr<sup>a</sup> (UFSM)**

Santa Maria, 21 de outubro de 2011

## **AGRADECIMENTOS**

Deus... Obrigada por tudo!!!

À minha querida família, pelo apoio, encorajamento e amor que formam os alicerces dessa minha trajetória.

Ao Prof. Dr. Félix Alexandre Antunes Soares, minha gratidão pela dedicação a qual orientou esta pesquisa de Doutorado. Agradeço por ter tido como orientador uma pessoa de mente brilhante e espírito nobre. Obrigada pela orientação segura e confiança depositada. E, também pela liberdade de ação e opinião durante o desenvolvimento do Doutorado.

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ijoni Costabeber, colega de trabalho, eu agradeço sinceramente a contribuição imprescindível e entusiástica na realização do doutorado.

A todos os meus mestres que compartilharam sua sabedoria e seu conhecimento, contribuindo para minha formação profissional.

As minhas incansáveis amigas: Cati, Daiana, Débora, Liliani e Míriam o meu eterno "Muito Obrigada" pelo incentivo, contribuição e amizade no caminho desse Doutorado.

Aos colegas Cleonir, Miguel e Vergínia pelo incentivo e colaboração na realização dessa tese.

Aos integrantes da Banca Examinadora, pelos comentários e sugestões apresentadas com o objetivo de valorizar o trabalho.

Aos que sempre torceram por mim e aos que me influenciaram positivamente ao longo da minha vida e, principalmente nesta minha trajetória do Doutorado. Sei que mesmo não citando todos nesses agradecimentos, vocês estão felizes por mais uma etapa vencida na minha vida profissional. Mas, mantenham-se tranquilos porque esta ainda não será a última e ainda vou precisar de vocês...

## Epígrafe

"Para realizar grandes conquistas,  
devemos não apenas agir, mas também sonhar; não apenas  
planejar, mas também acreditar."  
( Anatole France )

## **RESUMO**

Tese de Doutorado  
Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde  
Universidade Federal de Santa Maria

### **O ABORTO COMO UM PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE NAS ÁREAS DA SAÚDE E EDUCAÇÃO**

**AUTORA: CRISTIANE KÖHLER CARPILOVSKY**  
**ORIENTADOR: FÉLIX ALEXANDRE ANTUNES SOARES**  
Data e Local da Defesa: 21 de outubro de 2011

O aborto é um tema presente desde os tempos mais remotos e com o passar dos anos vem crescendo o interesse sobre o mesmo, visto que se trata de uma questão multidisciplinar de relevância significativa. Atualmente, o aborto representa um grave problema de saúde pública, sendo amplamente praticado, através de meios inadequados que podem causar danos e provocar a morte da mulher. Este tema foi acrescentado na educação brasileira através dos Parâmetros Curriculares Nacionais mediante o desenvolvimento dos temas transversais. Neste contexto, esta pesquisa objetivou averiguar a ação dos professores de ensino fundamental frente à temática da sexualidade, realizar uma análise dos livros didáticos de Biologia indicados pelo Programa Nacional do Livro do Ensino Médio e realizar um estudo comparativo das questões referentes ao aborto, segundo o entendimento dos alunos, em nível de educação superior, das áreas da saúde e humanas incluindo a comparação da compreensão do tema do ponto de vista feminino e masculino a fim de obter a concepção dos jovens acerca do tema. A partir desses dados se construiu um instrumento visando auxiliar no ensino do tema aborto contribuindo na formação do cidadão. Com base nas análises dos dados coletados, acredita-se que o tema aborto deve ser tratado de forma contínua e urgente para que os conceitos sejam assimilados e compreendidos a fim de servirem de base para a tomada de decisões contribuindo na formação do cidadão. Além disso, foi possível perceber que o lúdico contribui na abordagem do tema aborto em sala de aula demonstrando assim, a relevância da inclusão de metodologias alternativas em sala de aula no sentido de aproximar os jovens de temas relevantes visando à formação do cidadão. Assim, a temática do aborto precisa ganhar espaço no ambiente escolar para que os alunos possuam um espaço para discussão e possam, assim, responder suas dúvidas e anseios. É papel da escola e dos educadores oferecer este conhecimento aos alunos preparando cidadãos conscientes sobre seus corpos e sua sexualidade.

Palavras-chave: Educação. Aborto. Saúde pública.

# **ABSTRACT**

Doctor's Thesis

Education in Science graduate Program: Chemistry of the Life and Health  
Federal University of Santa Maria

## **ABORTION AS A PUBLIC HEALTH PROBLEM: CONTRIBUTIONS TO THE DEBATE IN THE AREAS OF HEALTH AND EDUCATION**

AUTHOR: Cristiane Köhler Carpilovsky

ADVISOR: Félix Alexandre Antunes Soares, Ph.D.

Defense Place and Date: Santa Maria, October 21<sup>st</sup>, 2011.

Abortion is a present subject since earlier times and the interest in such subject increases as years pass, since it is a multidisciplinary issue with a relevant importance. Nowadays, abortion represents a serious issue in public health system, widely practiced through inadequate means that can lead to damages and cause the death of the woman. This subject has been added to Brazilian educational system through National Curriculum Guidelines by the development of the transversal subjects. In this context, this work aimed to analyze the action of elementary school teachers facing the sexuality subject, carry out an analysis of didactic books suggested by the National Program of Highschool Book and perform a comparative study of issues concerning abortion, according to the understanding of undergraduate students in Health and Human Sciences, including the comparison of the comprehension of the subject through the point of view of men and women in order to obtain the understanding of the youth about the subject. From these data it has been built a tool aiming to aid the teaching of the abortion subject contributing to the citizen formation. On the basis of the analyzes of the data collected, it is believed that the theme abortion should be treated on a continuous basis and urgent for the concepts that are assimilated and understood in order to serve as a basis for decision-making and contributed to the formation of the citizen. Therefore, the issue of abortion needs to win the space in the environment at school so that the pupils have a space for discussion and can, therefore, to answer their questions and concerns. It is part of the school and of educators offer this knowledge to the students preparing citizens aware on their bodies and their sexuality.

Key-Words: Education. Abortion. Public Health

## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1- Lista de livros indicados para biologia pelo PNLEM 2010.....34

TABELA 2- Opinião dos acadêmicos do início e do final do curso das áreas da saúde e humanas sobre assuntos relacionados ao aborto.....53



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Distribuição das abordagens sobre aborto encontradas nos livros de Biologia do Ensino Médio.....	46
Figura 2- Distribuição da população pesquisada nas diferentes áreas.....	48
Figura 3- Distribuição dos alunos em relação à idade.....	49
Figura 4- Nível de Ensino no qual os acadêmicos estudaram o tema aborto.....	50
Figura 5- Entendimento dos acadêmicos das possibilidades de realização legal do aborto no Brasil.....	56
Figura 6- Opinião dos acadêmicos acerca dos documentos necessários para a realização do aborto.....	59
Figura 7- Situações em que o aborto deve ser permitido segundo a população masculina e feminina dos grupos questionados.....	60
Figura 8: Opinião dos entrevistados acerca do aborto.....	61

## TABELA DE QUADROS

QUADRO 1- Elaboração e avaliação do instrumento pedagógico (jogo).....	37
QUADRO 2- Temáticas abordadas durante a aplicação do jogo nas escolas.....	38
QUADRO 3 – Alunos participantes dos grupos focais referentes a cada escola onde o instrumento didático pedagógico foi aplicado.....	39
QUADRO 4 – Opinião dos alunos acerca da importância do jogo como instrumento para aprender sobre aborto.....	63
QUADRO 5- Opinião dos alunos se deve ocorrer alguma mudança na elaboração e aplicação do jogo.....	64
QUADRO 6- Considerações dos alunos acerca da importância do desenvolvimento do tema aborto na escola.....	65

## LISTA DE ABREVIATURAS

**AGI** Alan Guttmacher Institute

**AIDS** do inglês Acquired Immunodeficiency Syndrome ou (ou Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – SIDA)

**BO** Boletim de Ocorrência

**CFM** Conselho Federal de Medicina

**CRE** Coordenadoria Regional de Educação

**DERCA** Departamento de Registro e Controle Acadêmico

**ENEM** Exame Nacional do Ensino Médio

**HIV** Vírus da Imunodeficiência Humana

**IML** Instituto Médico Legal

**LDB** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

**NT** Norma Técnica

**OEA** Organização dos Estados Americanos

**OMS** Organização Mundial da Saúde

**ONU** Organização das Nações Unidas

**PCN** Parâmetros Curriculares Nacionais

**PNLEM** Programa Nacional do Ensino Médio

**STF** Supremo Tribunal Federal

**SUS** Sistema Único de Saúde

**UFSM** Universidade Federal de Santa Maria

## LISTA DE ANEXOS

<b>ANEXO A</b> – Resumo publicado nos Anais da 24ª Jornada Acadêmica Integrada da Universidade Federal de Santa Maria.....	88
<b>ANEXO B</b> – Resumo expandido publicado no Seminário Internacional “Bioética E Saúde Pública: Desafios e Perspectivas”.....	91
<b>ANEXO C</b> – Artigo Completo publicado no I Seminário Internacional em Ciências.....	95
<b>ANEXO D</b> – Artigo apresentado no XVI SIEDUCA.....	109
<b>ANEXO E</b> – Artigo publicado pela Revista Vidya, v. 30, n. 1, p. 43-52, jan./jun., 2010 - Santa Maria, 2010. <b>ISSN</b> 2176-4603 X. Versão impressa e disponível em: <a href="http://sites.unifra.br/Portals/35/Artigos/2010/vol_1/educacao.pdf">http://sites.unifra.br/Portals/35/Artigos/2010/vol_1/educacao.pdf</a> .....	120
<b>ANEXO F</b> - Artigo submetido ao periódico Revista Ciência & Ensino em novembro de 2010.....	134
<b>ANEXO G</b> - Artigo submetido ao periódico Revista Brasileira em Educação em Ciências.....	152
<b>ANEXO H</b> - Artigo submetido ao periódico Revista Enseñanza de las ciencias.....	165
<b>ANEXO I</b> - Artigo em construção.....	180

## SUMÁRIO

Resumo.....	5
Abstract.....	6
Lista de Tabelas.....	7
Lista de Ilustrações.....	8
Lista de Quadros.....	9
Lista de Abreviaturas.....	10
Lista de Anexos.....	11
<b>1-INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>1.1 Justificativa.....</b>	<b>16</b>
<b>1.2 Objetivos</b>	
1.2.1 Objetivo Geral.....	17
1.2.2 Objetivos Específicos.....	17
<b>2-REVISÃO BIBLIOGRÁFICA</b>	
2.1 Vida.....	19
2.2 O aborto e o ser humano: uma questão histórica.....	21
2.3 Aborto: realidade de um problema de saúde pública.....	23
.	

2.4 Adolescência e Sexualidade.....	25
2.5 Educação e Ciências: instrumento na formação do cidadão.....	28

### **3-MEDOTOLOGIA**

3.1 A pesquisa da ação dos professores frente à temática da sexualidade.....	32
3.2 Análise dos livros didáticos.....	33
3.3 Concepção dos acadêmicos do ensino superior acerca do aborto.....	35
3.4 Elaboração de material didático.....	36
3.5 Aspectos éticos.....	40

### **4-RESULTADOS E DISCUSSÃO**

4.1 Professores do Ensino Fundamental e suas concepções.....	41
4.2 Análise dos livros didáticos de Biologia do Ensino Médio.....	45
4.3 Concepção dos alunos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) .....	47
4.4 Um instrumento no auxílio do processo ensino-aprendizagem.....	62

<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>67</b>
-------------------------------------	-----------

<b>6. PERSPECTIVAS E SUGESTÕES.....</b>	<b>70</b>
---	-----------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	72
---------------------------------	----

ANEXOS.....	86
-------------	----

## 1.INTRODUÇÃO

O aborto é um tema que envolve aspectos de natureza ética, educacional, política, religiosa, assim como questões sócio-econômicas, psicológicas e, sobretudo, de saúde pública. O aborto é “a interrupção da prenhez, com a morte do produto, haja ou não expulsão, qualquer que seja o seu estado evolutivo, desde a concepção até o parto” (COELHO e JÚNIOR, 2008, p.144). Também, neste sentido, Fávero (1991, p.750) entende “abortamento como a interrupção da gravidez antes do termo normal, com morte do embrião, sendo indiferente sua expulsão ou não, assim como a viabilidade do produto sobre o qual incidem as manobras”.

Há abortos espontâneos, nos quais o próprio organismo se encarrega de realizá-lo, independente da vontade da mulher. E, existem os abortos provocados ou induzidos que são aqueles realizados intencionalmente, ocasionando, então, a morte do feto por vontade da própria gestante e/ou de outrem. Este tipo de aborto pode ser legal ou criminoso (MIRABETE, 2006, REZENDE, 2005, DAVINI et al., 2005).

No Brasil, o aborto provocado é crime, sendo permitido pela lei penal somente em duas circunstâncias: estupro ou riscos à vida da mulher (art. 128, I e II do Código Penal). Atualmente, o Código Penal Brasileiro classifica o aborto entre os crimes contra a vida. A pena prevista para a mulher que o provocar ou permitir a prática em si mesma vai de um a três anos de detenção (artigo 124).

O estudo sobre o aborto tem o potencial de articular questões centrais e relevantes ao campo da saúde reprodutiva, desde as relações de gênero e os processos de decisão na esfera reprodutiva, até a provisão de assistência e a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos.

Nesse universo, o aborto é um tema presente desde os tempos mais remotos e com o passar dos anos vem crescendo o interesse sobre o mesmo, visto que se trata de uma questão multidisciplinar de relevância significativa, já que segundo a Organização Mundial da Saúde, seis milhões de mulheres praticaram aborto induzido na América Latina, no ano de 2008 (PITANGUY; COSTA; ROMANI, 2010).

As pesquisas brasileiras demonstram que o número de complicações após o aborto tem registrado uma alta incidência, resultando em graves problemas de saúde e com gastos significativos para o poder público. As consequências da

realização do aborto para a saúde da mulher podem ser caracterizadas como físicas e/ou psíquicas, decorrentes da decisão sobre a interrupção da gravidez, das circunstâncias familiares e econômicas, apontando para a necessidade de acompanhamento profissional e cuidados especiais (SANDI e BRAZ, 2010).

O aborto, atualmente, é um problema cuja existência concreta não pode ser ignorada exigindo uma ampla discussão pela sociedade brasileira e envolve diretamente a dignidade humana, direito constitucional brasileiro, vindo, principalmente nos últimos anos, a ser objeto da discussão pública, principalmente no contexto da saúde pública.

Enfrentar, com seriedade o aborto, como um problema de saúde pública, significa entendê-lo como uma questão educacional, de cuidados em saúde e direitos humanos, tendo em vista ser considerado uma das principais causas de mortalidade materna, além de inúmeras mulheres vítimas das sequelas relacionadas com o ato abortivo. Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS) quase 13% das mortes maternas no mundo estão relacionadas ao abortamento inseguro, resultando em 67 mil mortes de mulheres, a cada ano e na América Latina, calcula-se que 36% das gestações não são planejadas, resultando em quatro milhões de abortamentos induzidos. De acordo com a OMS nos países do Caribe e da América Latina, ocorre um abortamento inseguro para cada três nascimentos vivos, implicando em 24% da mortalidade materna (BRASIL, 2008a).

Nas escolas, no desenvolvimento de temas de educação sexual é relevante que a aprendizagem tenha como base as concepções prévias dos alunos (SANTOS, 1998, ALVERMANN e HINCHMAN, 1994; DUARTE, 1999; JIMÉNEZ-ALEXAINDRE, 1996; MOREIRA, 2005) reconstruindo o conhecimento dos mesmos de modo que além de adquirir conhecimento científico, este contribua de forma positiva na sua realidade, utilizando esse conhecimento como ferramenta efetiva para as mudanças necessárias na vida em sociedade. O Ensino em Ciências pode ser comparado a um processo de “enculturação” científica diferente da do senso comum, que deve conduzir a uma análise consciente e reflexiva da realidade (DRIVER et al., 1994; NANNI, 2004; MOREIRA, 2005).

Na busca de uma proposta política-pedagógica de uma Educação globalizada, o Ministério da Educação Brasileiro estabeleceu, em 1998, a saúde como um dos temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)



propondo o desenvolvimento de temas atuais e relevantes da vida em sociedade. Propôs, assim, discussões amplas e difundidas sobre temas como sexualidade, gravidez e aborto, proporcionando melhoria da qualidade de vida do cidadão e de toda a sociedade, mediante a difusão e utilização do conhecimento científico. Desse modo, nos Parâmetros Curriculares Brasileiros, o assunto aborto deve ser desenvolvido nos diferentes níveis de ensino permeando todas as áreas que compõem o currículo escolar.

### **1.1 Justificativa**

A questão do aborto é fonte de reflexões desde os primórdios da civilização e demanda diligências para a tentativa de seu enquadramento social ao longo da história do pensamento humano (SAITO e LEAL, 2007).

Apesar dos esforços de reduzir o número de abortos provocados no mundo (WHO, 2004), como também no Brasil (BRASIL, 2008a), as estimativas não têm mudado significativamente nos últimos anos. Assim, o aborto reflete uma importante questão de saúde pública (BRASIL, 2005a) e representa um grave problema de saúde pública relacionado à educação. A realização de abortos provocados tem ocasionado uma alta incidência de complicações de saúde para a gestante aumentando os gastos públicos.

Sendo assim, verificou-se a necessidade de pesquisar sobre o aborto, nos três níveis de ensino, pesquisando a ação dos professores de ensino fundamental frente à temática da sexualidade, realizar uma análise didática sobre o tema aborto nos livros didáticos indicados pelo Programa Nacional do Ensino Médio (PNLEM) a fim de conhecer o que os mesmos abordam sobre o assunto pesquisado nesse estudo. Além de analisar a concepção dos alunos de graduação das áreas da saúde e humanas que ingressaram na Universidade Federal de Santa Maria e, comparar essas concepções com as dos prováveis formandos das mesmas áreas e instituição de ensino.

Também, foi realizada a análise das opiniões dos alunos dessas áreas sobre o tema aborto comparando o grupo do sexo feminino com o grupo do sexo masculino. As análises e comparações das opiniões dos alunos sobre o tema aborto

serviram de subsídios para a elaboração de um instrumento didático (jogo) acerca do aborto visando um conhecimento adequado pelos jovens sobre o tema e, possivelmente, diminuindo um relevante problema de saúde pública contribuindo na formação do cidadão.

## **1.2 Objetivos**

### *1.2.1 Objetivo Geral*

Realizar estudos acerca das concepções sobre o aborto entre professores e alunos de diferentes níveis de ensino e propor uma estratégia para a abordagem do tema dentro das salas de aula.

### *1.2.2 Objetivos Específicos*

Averiguar a importância e o espaço da educação sexual na concepção dos professores de ensino fundamental de escola pública;

Analisar as concepções dos alunos, das áreas da saúde e humanas, ingressos no segundo semestre de 2009 e dos prováveis formandos de 2010 e comparar os entendimentos dos diferentes grupos a respeito do tema aborto;

Analisar as concepções dos alunos sobre o tema aborto comparando o entendimento dos alunos do sexo masculino e do sexo feminino;

Analisar os livros didáticos de Biologia indicados pelo Programa Nacional do Livro do Ensino Médio (PNLEM) no que diz respeito à abordagem do tema aborto;

Relacionar os dados coletados na sociedade universitária com as concepções abordadas sobre o tema nos livros didáticos;

Construir material didático (jogo) com base nas informações verificadas dos entendimentos dos professores de ensino fundamental, dos livros didáticos e das concepções dos alunos de graduação das áreas da saúde e humanas acerca do aborto;

Aplicação e análise do jogo em grupos focais em uma escola de cada região do município de Santa Maria.

## 2. Revisão Bibliográfica

### 2.1 - Vida

A tarefa de definir o sentido exato de vida é complicada em virtude das dificuldades que rondam o tema. Mesmo porque a vida está em constante movimento, acontecendo a todo instante diante de nós. Nascer, crescer, reproduzir e morrer fazem parte do ciclo da vida, porém o maior questionamento está em quando o feto passa a ter o direito à vida, dado que se tem de aceitar porque tanto um ser humano adulto como uma criança recém-nascida tem o direito à vida.

Nesta perspectiva, Regis (2005) elucida que há quatro correntes relacionadas ao início da vida humana: que defendem que começa com a fertilização; outras que inicia com a implantação do embrião no útero; aquelas que começa com o início da atividade cerebral e finalmente, que defendem que inicia com o nascimento com vida do embrião.

De acordo com Nunes e Melo (2001, p. 161):” [...] a vida humana é um processo contínuo. A conjugação de uma célula viva, o espermatozóide com outra célula viva, o óvulo, produz um ser unicelular também vivo. Este ser vivo, o zigoto ou ovo humano, é um organismo humano, com um programa de desenvolvimento, contínuo e permanente, que é uma capacidade intrínseca, auto regulada, como é próprio dos organismos”.

Neste sentido, o ser humano se constitui biológica e geneticamente a partir do momento da fertilização, pois esta “é uma sequência complexa de eventos moleculares coordenados, que se inicia com o contato de um espermatozóide com um ovócito e termina com o embaralhamento dos cromossomos maternos e paternos na metáfase da primeira divisão mitótica do zigoto, um embrião unicelular” (Moore, 2008, p.24). Este processo não é um evento simples, mas dinâmico e complexo, que acontece com o tempo, sendo que o mesmo não anula a individualidade e a identidade ontológica daquele ente que faz parte do evento (PALAZZANI, 1996 e SGRECCIA, 2007).

Sendo assim, o nascituro (pessoa por nascer, já concebida no útero materno) tem os seus direitos garantidos desde a concepção, porém é preciso que nasça com vida. É preciso lembrar que antes do nascimento o nascituro não tem personalidade jurídica, mas tem natureza humana (humanidade), razão de ser de sua proteção pelo Código Civil (JUNIOR e NERY, 2003). O direito à vida vem sendo protegido durante toda a evolução histórica até os dias atuais e é o mais antigo dos direitos fundamentais (ALFRADIQUE, 2005), os quais são criados em um contexto histórico, não podem ser desrespeitados por nenhuma autoridade e são dirigidos a todo ser humano em geral sem restrições, independente de sua raça, credo, nacionalidade ou convicção política

Silva (1992), amortecendo a tendência em não oferecer uma conceituação de vida, elucida que:

Sua riqueza significativa é de difícil apreensão porque é algo dinâmico, que se transforma incessantemente sem perder sua própria identidade. E, após esse intróito, passa a concluir: "é mais um processo (processo vital), que se instaura com a concepção (ou germinação vegetal), transforma-se, progride, mantendo sua identidade, até que mude de qualidade, deixando, então, de ser vida para ser morte" (p.181).

Na tentativa de definir vida, a bioética surgiu como a proposta de um espaço para refletir sobre a intervenção das tecnologias sobre a natureza e a vida (RAMOS e JUNQUEIRA, 2009). A bioética se preocupa em unir a ética à biologia, apresentando a tarefa de ensinar como usar o conhecimento em âmbito científico-biológico (SGRECCIA, 2002). Sendo que não deve ficar restrita às ciências da saúde, pois trata-se de uma proposta interdisciplinar de integração entre as disciplinas (RAMOS, 2002).

Visando responder aos problemas apresentados pelos progressos científicos e pela organização social da medicina e do direito, a bioética pretende repropor a pergunta sobre o valor da pessoa, suas prerrogativas e sobre seus deveres (SGRECCIA, 2002). A pessoa humana é digna, não possui preço, nem em termos econômicos e nem em termos de bem estar (PAULA, 1995).

Considerando a religiosidade, o início da vida, apresenta aspectos distintos. Segundo o Espiritismo kardecista, a união do corpo com o Espírito começa com a concepção, porém esta se completa apenas com o nascimento (KARDEC, 1982).

Para o Budismo o início da vida ocorre no momento em que o corpo passa ter a consciência individualizada, mas não se pode afirmar que isto ocorra com o nascimento, enquanto na religião islâmica o tempo de “entrada do espírito no embrião” não é muito preciso. Já, o catolicismo acredita que a vida está presente desde a fecundação do óvulo com o espermatozóide (ARRUDA, 2009).

Assim, quando se desenvolve o tema vida, a realidade não pode ser ignorada, pois é um fenômeno histórico-cultural e religioso que se submete permanentemente a um interminável processo de ajustamento de uma sociedade dinâmica e por natureza transformadora devendo ser valorizados os avanços culturais, científicos e tecnológicos da sociedade.

## **2.2 O aborto e o ser humano: uma questão histórica**

Assim como a vida, o aborto sempre esteve presente na história da humanidade. O aborto vem-se apresentando como uma das práticas que apresenta a maior diversidade em seu tratamento. Em certas épocas e países não é punido, revestindo-se de assunto de caráter estritamente familiar. Em outras épocas e em outros povos, é duramente castigado, às vezes até com a pena de morte (POSENER, 2011).

Inúmeros povos estudaram e discutiram a problemática do aborto. Dentre eles estavam Israelitas (no século XVI antes de Cristo), Mesopotâmicos, Gregos e Romanos, mas limitavam-se a compor considerações e críticas de cunho inteiramente moral (MATIELO, 1996, p. 11).

Contudo, constatou-se que as práticas abortivas sempre foram praticadas em todo o mundo, e embora “reprovadas pela grande maioria das civilizações, em determinadas épocas foi aceita sob o pretexto de que servir para controlar o crescimento populacional” (MATIELO, 1996, p.12)

Sendo assim, é importante compreender que a palavra aborto vem do latim, *abortu* e significa a “[...] interrupção dolosa da gravidez, com expulsão, do feto ou sem ela [...]” (FERREIRA, 1975, p.10). Esta interrupção pode ser percebida, desde a antiguidade, quando foi empregada como método de controle da natalidade. Ele obtém o controle da natalidade, não pelo impedimento da concepção, mas pela

morte da vida recém-concebida. Sob o ponto de vista de sua moralidade, as atitudes variavam muito nas culturas antigas. Platão e Aristóteles aprovavam-no como meio de impedir o excesso populacional nas pequenas cidades do estado da Grécia. Aristóteles, contudo, era contra o aborto, quando a mãe se encontrava em estado avançado de gravidez (FUKUNISHI, 2007).

No fim da idade média Santo Tomás de Aquino, fundamentado na biologia explicitou que a animação acontecia para o homem somente quarenta dias após a concepção e para a mulher em oitenta dias”. Com esta teoria, o aborto era permitido, nestas condições, visto que o feto ainda não seria um ser humano. Na Europa (Inglaterra e França) no final do século XIX e no início do século XX, surgiu com mais ênfase movimentos feministas, preconizando a anticoncepção e defendendo o direito da mulher ao aborto”. E, como “conseqüência da evolução dos costumes sexuais e do novo papel que as mulheres vieram adquirindo a partir dos anos 60 na sociedade, na qual passaram a ter uma participação mais ampla e a brigar por seus direitos, dentre eles o de controle sobre seu próprio corpo” (BARCHIFONTAINE, 1999, p.17).

Assim, desde a Grécia antiga se observa o interesse em se discutir temas relacionados à ética e à moral. Muito pouco se tem conhecimento sobre o início de tema sexualidade na escola, porém alguns estudiosos (BARROSO e BRUSCHINI, 1998; SAYÃO, 1997) apontam para o seu surgimento na França, a partir da segunda metade do século XVII, sendo que no século XIX a abordagem da sexualidade ganha destaque com o aumento do aborto clandestino (SANTOS, 2001). Já no Brasil, os primeiros registros de discussões sobre a Educação Sexual na escola datam do início do século passado, mais precisamente em 1920 (SAYÃO, 1997).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) mostram que é somente “em meados dos anos 80, que a demanda por trabalhos na área da sexualidade nas escolas aumenta e começa a preocupar os educadores, em virtude do grande número de gravidez precoce, entre adolescentes e do aparecimento da AIDS entre os jovens” (BRASIL, 1997a, p. 111).

E, nos tempos modernos, tem-se observado a ampliação da discussão acerca do aborto, que está entre os temas ligados a Bioética, a qual pode ser entendida, de forma simplificada, como a ética da vida, ou de acordo com o glossário da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ (2011), um conjunto de normas propostas em

conseqüência dos grandes avanços nas ciências biológicas objetivando garantir a sobrevivência humana e a qualidade de vida.

A verdade é que os avanços das tecno-ciências têm influído de modo muito poderoso sobre a economia mundial, com inegáveis reflexos sobre as instituições políticas contemporâneas e sobre as relações sociais tanto interpessoais como internacionais, constituindo-se mesmo em um dos grandes motores das mudanças ocorridas nesses campos. É, portanto natural que todos esses problemas e a abrangência desses poderes gerem perplexidade e preocupações, e forcem o questionamento sobre os riscos e os benefícios desses avanços face à liberdade e à dignidade humana (HUSSEIN, 2003, p.1).

A popularização das técnicas de diagnóstico fetal provocou uma série de debates na bioética, nos quais se incluem o aborto de fetos anencéfalos. Assim, a sexualidade humana não deve ser reduzida a uma coisa ou um objeto, mas faz parte da conformação estrutural da pessoa. E, sendo um componente fundamental da pessoa, a sexualidade merece respeito e aceitação” (LUCATO, 2009).

### **2.3 Aborto: realidade de um problema de saúde pública**

O vocábulo aborto, tanto na visão médica como na perspectiva jurídica está relacionado a interrupção do processo de gestação, produzida por meios naturais ou artificiais. O aborto, na adolescência, é sugerido como um dos meios de evitar filhos, não havendo a etapa preventiva correta com o uso de métodos contraceptivos (VIEIRA et al., 2007).

Recentemente, há uma estimativa da WHO (2004) a cada ano, cerca de 42 milhões de mulheres diante de uma gravidez não planejada realizam aborto, e cerca de 20 milhões terminam em abortos inseguros. Estes são procedimentos para interromper a gestação não desejada realizado por pessoas sem as habilidades necessárias ou em um ambiente que não cumpre com os requisitos médicos ou ambas as condições (OMS, 1998).



Calcula-se que cerca de 1,5 milhões de abortos são realizados anualmente só nos Estados Unidos (talento, 2005). No Brasil, no entanto, o Código Penal, não se revelou capaz de impedir a ocorrência de aborto clandestino. Estima-se que, para cada nascimento ocorrido no País, haja um aborto provocado (ROCHA et al., 1996). Segundo estimativas da Organização Mundial da Saúde, no Brasil, no ano de 2005, 31% das gravidezes resultaram em aborto, ocorrendo aproximadamente 1,4 milhões de abortamentos inseguros e/ou espontâneos por ano, o que é alarmante (MORAIS, 2008).

O maior desafio, no Brasil, é encontrar dados exatos sobre o número de abortos realizados, já que grande parte deles é feita de forma clandestina. O último estudo realizado pelo Ministério da Saúde sobre a magnitude do aborto no país estimou que 1.054.242 abortos foram realizados em 2005. A fonte de dados para o cálculo da estimativa foram as internações por abortamento registradas no Serviço de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (AIH/DataSUS). Ao número total de internações foi aplicado um multiplicador baseado na hipótese de que 20% das mulheres que induzem aborto foram hospitalizadas, sendo que na adolescência os estudos registram, do total de abortos induzidos, uma concentração superior a 72% (BRASIL, 2009b).

O Brasil foi incluído entre os países que mais apresentam índices de gravidez precoce, pois muitas gestantes realizam interrupção da gestação, gerando risco à própria integridade física e corporal na maior parte das vezes. Além disso, não raras oportunidades restando sequeladas, sendo que os serviços públicos de saúde prestam atendimento a cerca de 200.000 mulheres na situação do abortamento incompleto que chegam anualmente aos hospitais públicos do Brasil em busca de atendimento por terem provocado um aborto (ROCHA, 2009).

A gravidade da prática abortiva se apresenta reflexa e diretamente no Sistema Único de Saúde (SUS), devido ao alto índice de internação de mulheres após a realização de aborto, sendo que na última década, a curetagem pós-aborto tem sido sistematicamente um dos procedimentos obstétricos mais realizados nas unidades de internação na rede pública de serviços de saúde (BRASIL, 2005b).

A crescente incidência das complicações devido ao aborto é fenômeno mais evidente nas últimas décadas, destacando-se entre as principais causas de mortalidade materna. Antigamente, isso também ocorria mas a divulgação hoje

existente, decorrente do avanço dos meios de comunicação, contribui para que tais dados se tornem mais acessíveis e, por isso, alarmantes.

## **2.4 Adolescência e Sexualidade**

Etimologicamente, o termo adolescência origina-se de *adolescere*, palavra latina que expressa crescer, desenvolver-se, tornar-se maior, atingir a maioridade. A adolescência é caracterizada por ser uma fase de transição entre o ser criança e o firmar-se como adulto. No entanto, essa metamorfose é um todo que no adolescente compreende o corpo, idéias, emoções e comportamento (BECKER, 1993).

Os limites da adolescência, segundo a OMS, estendem-se dos 10 aos 19 anos, abrangendo a pré-adolescência, o período etário entre 10 a 14 anos, e a adolescência propriamente dita, dos 15 aos 19 anos (BRASIL, 2002b). Para o Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil, a adolescência compreende o período dos 12 aos 18 anos (SAITO e LEAL, 2007).

A fase de adolescência é caracterizada por etapas de desenvolvimento físico, mental, emocional e social, passando de uma fase de dependência socioeconômica total a outra de relativa independência. Sabe-se que a transição da infância para a fase adulta é um processo lento; no entanto, se uma adolescente engravida, esta fase é transposta aos saltos, quando ainda está se adaptando às transformações que estão ocorrendo em seu corpo (SOUZA et al., 2001).

Na adolescência, a sexualidade é um tema complexo porque nesta fase o indivíduo encontra-se em processo de aprendizado e construção da autonomia pessoal (BRANDÃO e HEILBORN, 2006). A sexualidade é um aspecto muito importante desta fase da vida e que tem por objetivo a formação da identidade sexual do ser humano, associada, ainda, ao afeto, responsabilidade e promoção da saúde. Sabe-se que o início da vida sexual dos jovens tem acontecido, de forma geral, cada vez mais precoce (JÚNIOR, 2004). Muitos dos problemas relacionados à sexualidade nesta idade, entre eles, a gravidez indesejada e o abortamento, podem estar diretamente ligados à desinformação e ao equívoco. Sendo assim, quanto menor a idade da adolescente ao iniciar a vida sexual, menor a chance de ela usar

algum método contraceptivo e, conseqüentemente, maior a probabilidade de ficar grávida logo nas primeiras relações (SCHOR, 1995).

A difícil tarefa educativa, diante das mudanças da sociedade busca alternativas na parceria escola, família e saúde. Desta maneira, além do desafio dos pais, os educadores e profissionais de saúde devem se comprometer com os jovens auxiliando no entendimento da necessidade da prevenção da gravidez indesejada.

Observa-se que a gravidez na adolescência tem diferentes causas, entre elas, o crescimento da população de jovens e as modificações na forma como é atualmente vivida a sexualidade. Também, pode ser considerado causa da gravidez na adolescência o início precoce da vida sexual, aliado à falta de informação sobre meios contraceptivos e a deficiência de programas de apoio ao adolescente (SABROZA et al., 2004).

Nesse sentido, a preocupação com esse fenômeno surge, por um lado, ao se considerar que, na maioria dos casos, a adolescente não está preparada para o desempenho das tarefas associadas à maternidade. Por outro lado, na cultura ocidental, a gravidez adolescente tende a ser vista como um ato não-normativo, comprometendo a construção da identidade e o desenvolvimento da autonomia emocional e comportamental (FIGUEIREDO, 2001; FIGUEIREDO et al., 2000). Além disso, a imaturidade psíquica dos jovens pais como um fator de risco ao adequado desenvolvimento do bebê, bem como, para educar e criar uma criança (CABRAL, 2003). Neste sentido, a problemática da gravidez na adolescência, evidencia que muitos adolescentes não compreendem a real situação de ocorrência de fecundação. Além disso, apesar de terem recebido informações sobre o assunto, manifestam uma visão distorcida sobre métodos contraceptivos e preventivos (CARDOSO e COCCO, 2003).

Estar consciente do verdadeiro significado da sexualidade é poder escolher caminhos que levem a uma vivência na qual o sexo e a sexualidade são exercidos de forma harmoniosa, onde as pessoas irão procurar utilizar métodos de prevenção que promovam segurança durante o ato (ALTMANN, 2000).

Um dos problemas decorrentes da falta de orientação sexual durante o desenvolvimento do adolescente é a gravidez não planejada, responsável por 80,3% das internações nessa faixa etária em todas as regiões do país e portanto, um problema de saúde pública (VIEIRA et al., 2006).

É importante salientar que 80% das adolescentes não fazem uso de qualquer método anticoncepcional na primeira experiência sexual. O estudo de Vieira et al. (2007) aponta que, de 1.437 adolescentes, 35% vivenciavam a prática sexual e que apenas 10,7% fizeram uso de contraceptivos. Em virtude das experiências sexuais e da falta de uso de métodos anticoncepcionais por esse grupo etário, o índice de gravidez na adolescência registrado no Brasil no ano de 1998 foi de 23,6% e, por região, verificou-se um percentual de 31,2% para a região Norte; 26,0% para o Nordeste; 20,7% para região Sudeste; 21,5% para região Sul e 27,1% para a região Centro-Oeste. Tais dados permitem ressaltar a importância da ampliação ao acesso de informações a esse grupo etário, buscando reduzir a possibilidade da ocorrência de um abortamento, assim como as consequências advindas da experiência.

Conforme a OMS (2011), considerando a gravidez ocorrida até os 20 anos de idade incompletos, índices elevados mostram um aumento na taxa de fecundidade na adolescência, quando comparadas a mulheres adultas, em especial em países da América latina. Neste contexto, as atividades de educação em ciência, segundo Ferreira (2006), podem ser compreendidas como um recurso que oferece subsídios para a obtenção de novos hábitos e condutas de saúde. O autor refere, ainda, que essas atividades devem ser voltadas para o desenvolvimento das capacidades, individuais e coletivas, com o objetivo de melhoria da qualidade vida e saúde dos indivíduos.

Além disso, a orientação sexual é extremamente necessária para fornecer suporte à formação do adolescente durante esse período conturbado, marcado por dúvidas, anseios e receios em relação a algumas mudanças que estão ocorrendo, como por exemplo, as transformações corporais, a personalidade e a sexualidade (DANTAS et al., 2010). Uma pesquisa realizada sobre o nível de conhecimento sobre abortamento espontâneo, em uma população de 702 mulheres, salienta que temas relacionados à sexualidade devem ser abordados desde o ensino fundamental (VIEIRA et al., 2007).

Também, de acordo com pesquisa, divulgada pela ECOS (Comunicação em Sexualidade), as orientações educativas devem começar o mais cedo possível. Os jovens devem ser esclarecidos sobre os riscos a que se expõem quando da prática de relações sexuais desprotegidas, quando da possibilidade de uma gravidez

indesejada ou não planejada e das complicações a que estão sujeitas as mulheres ao vivenciarem um abortamento.

Ainda, confirmando a importância das ações educativas observa-se que adolescentes que receberam aulas de orientação sexual usaram preservativos em maior escala na primeira relação. Também, que os jovens sempre apontam a escola como fonte de informação sobre sexualidade, valorizando não só esses conhecimentos como o local onde os receberam (SAITO et al., 2000). Muito da formação do adolescente, no que diz respeito a sua sexualidade, acaba sendo delegada aos profissionais da saúde e da educação, uma vez que a maioria das famílias não está preparada para discutir este tipo de assunto. Porém, verificou-se que a maioria destes profissionais enfrenta semelhante situação (CANO, FERRIANI e GOMES, 2000).

## **2.5 Educação e Ciências: instrumento na formação do cidadão**

No Brasil, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais faz-se necessário ampliar a noção de conteúdo para além dos conceitos, acrescentando procedimentos, atitudes e valores como conhecimentos tão relevantes quanto os temas tradicionalmente abordados. Também, deve-se enfatizar a necessidade de tratar de outros conceitos, nas diferentes áreas curriculares e no convívio escolar, os temas transversais (BRASIL, 1998).

Desse modo, no Plano Curricular Brasileiro, o aborto é um tema transversal, que faz parte de uma realidade sociocultural de competências que deve ser desenvolvido pela área das ciências. Esta contextualização sociocultural é definida na forma de análise crítica das idéias e dos recursos da área e das questões do mundo que podem ser respondidas ou transformadas por meio do pensar e do conhecimento científico (BRASIL, 2002a).

A escola é o local onde os alunos ficam grande parte do dia, sendo necessário que a mesma tome iniciativas para levar aos jovens informações, inclusive as que lhes forem negligenciadas no âmbito familiar. Havendo um trabalho preventivo nas escolas as chances são maiores quanto à formação de uma

sociedade consciente e responsável por sua sexualidade. Quanto maior a bagagem cultural, emocional e social que cada um possui maiores serão as chances em optar por uma conduta sexual preventiva.

A Comissão de Direitos Humanos da ONU, através de relatório informativo (Villalobos, 2006) e o Estatuto da Criança e Adolescente salientam a necessidade de uma abordagem da saúde reprodutiva do adolescente à educação (BRASIL, 2006). Isto vem ao encontro de Saito e Leal (2000, p.45): “a literatura mostra que adolescentes que receberam aulas de orientação sexual usaram preservativos em maior escala na primeira relação e, ainda, que os jovens sempre apontam a escola como fonte de informação sobre sexualidade. Soma-se a esta questão a responsabilidade da escola e dos professores

pois lhes cabe escolher qual concepção de vida e de sociedade deve ser trazida à consideração dos alunos e quais conteúdos e métodos lhe propiciam o domínio dos conhecimentos e a capacidade de raciocínio necessários à compreensão da realidade social e à atividade prática na profissão, na política e nos movimentos sociais. (LIBÂNEO, 1994,p.22)

Os PCNs sugerem que o tema “Orientação Sexual” seja desenvolvido em todas as áreas de conhecimento, abordando tanto as questões técnicas-científicas quanto as de caráter social da gravidez na adolescência (BARRETO, 2007). O tema sexualidade deve ser abordado, não apenas nas disciplinas de Ciências e Biologia, mas também, nas aulas de Artes, Física ou Matemática (WERTHEIN, 2004). Também, neste sentido, Saito e Leal (2000) salientam que é necessária a preparação dos professores que irão orientar os jovens acerca da sexualidade e, dentro desse enfoque, não só os professores de Ciências ou Biologia serão responsáveis pela transmissão do conteúdo, mas a escola como um todo. Neste sentido, o professor de matemática pode propor situações-problema, principalmente envolvendo tabelas e gráficos, a respeito do tema sobre os quais os alunos possam refletir, incluindo exemplos de tópicos que podem gerar uma atividade criativa e ao mesmo tempo significativa, por exemplo, Estatística sobre a incidência de gravidez entre os jovens (BRASIL, 1998).

O tema aborto, neste contexto, necessita ser amplamente abordado nos livros de ensino médio, uma vez considerado a faixa etária em que ocorre com maior frequência, bem como suas graves consequências. O Plano Nacional do Livro

Didático do Ensino Médio (PNLEM) implantado em 2004 distribuiu livros didáticos para o ensino médio público de todo o Brasil, sendo que os primeiros livros de Biologia foram distribuídos no ano de 2007.

A educação em ciências apresenta papel relevante neste contexto de informações que devem ser transmitidos adequadamente aos alunos, visando formar cidadãos que tenham conhecimento sobre seus direitos e deveres. Constitui um direito da mulher, garantido, pela Constituição Federal e pelas Normas e Tratados Internacionais de Direitos Humanos, o acesso à assistência médica integral e à plena garantia de sua saúde sexual e reprodutiva.

Assim, o papel da educação em ciências ao desenvolver temas que contribuam no conhecimento dos acadêmicos acerca da sexualidade pode colaborar com a existência da saúde sexual dos jovens como uma forma de melhorar a qualidade de vida e as relações pessoais. Para Baraldi et al. (2007) a intervenção com os adolescentes no ambiente escolar tem como vantagem a educação da população feminina, e também da masculina, no que diz respeito aos métodos contraceptivos e direitos reprodutivos, já que a intervenção dos serviços de saúde com os rapazes nessa idade é deficiente. Ao incrementar a educação no país e incentivar os brasileiros e as brasileiras em prosseguir seus estudos além do ensino fundamental, favorece o aparecimento de resultados positivos que se repercutem na saúde reprodutiva da população.

É importante compreender que o estudo da sexualidade reúne conhecimentos de diversas áreas do saber como antropologia, história, economia, sociologia, biologia e outras mais (BRASIL, 1997a).

Nos estudos sobre aborto a procura da aproximação dos saberes sociais ao tema resultam em novos desafios principalmente nas áreas da saúde principalmente no que tange a saúde pública e a área das humanas, ressaltando dois anos mostra um aumento, nos últimos dois anos, na quantidade de estudos no campo jurídico, em particular sobre o aborto por anomalia fetal (BRASIL, 2009b).

Além disso, a realização de pesquisas não empíricas representa a maioria dos estudos acerca do aborto e 41% deles são realizados por pesquisadores das ciências humanas, já no campo das pesquisas empíricas, 75% dos estudos são oriundos das ciências da saúde (BRASIL, 2009b).

### **3.METODOLOGIA**

Esta pesquisa teve por objetivo verificar as concepções de professores e acadêmicos acerca do aborto, além de analisar o tema aborto nos livros de ensino médio indicados pelo Programa Nacional dos Livros Didáticos, além de construir e analisar um material didático para desenvolver o tema aborto em sala de aula.

Os sujeitos da pesquisa foram professores de ensino fundamental, alunos do ensino médio e acadêmicos de ensino superior, ambos de instituições públicas.

Sendo assim, se elegeu a abordagem qualitativa para desenvolver a primeira etapa, e para a segunda etapa, a abordagem quantitativa. Para a pesquisa qualitativa utilizou-se entrevistas semi-estruturadas, as quais foram gravadas e transcritas, além do desenvolvimento da análise de conteúdo no que tange a análise dos livros didáticos. E, na pesquisa quantitativa realizou-se uma pesquisa transversal de caráter descritivo e comparativo.

De acordo com Minayo (2008, p.75), a conjugação de métodos quantitativos e qualitativos mostra cada um do seu modo, “as articulações entre singular, o individual e o coletivo”. Ainda revela que a interação dialógica entre essas abordagens não se expressa por justaposição ou subordinação, mais sim constitui-se em algo fundamental e imprescindível para a compreensão das questões de saúde.

#### **3.1 A pesquisa da ação dos professores de ensino fundamental frente à temática da sexualidade**

A pesquisa da ação dos professores frente à temática da sexualidade utilizou como instrumento de coleta uma entrevista semi-estruturada, que “se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias correções” (Lüdke e André, 1986, p.34).

Nesta perspectiva, o tipo de entrevista pertinente a pesquisa em educação aproxima-se dos esquemas mais livres, menos estruturados. As informações que se



quer obter, e os informantes que se deseja contatar, em geral professores, diretores, orientadores, alunos e pais, são mais convenientemente abordáveis através de um instrumento mais flexível (LÜDKE e ANDRÉ, 1986).

As entrevistas foram gravadas e transcritas a fim de posterior categorização dos dados verificados evidenciando as ações, dificuldades e atividades relacionadas aos professores de ensino fundamental frente à temática do aborto.

Os temas abordados incluíram a indagação acerca da importância e o espaço da educação sexual na escola, virgindade, gravidez, além de questões envolvendo métodos contraceptivos como a camisinha e pílula. Os professores, também, foram questionados sobre temas relacionados à sexualidade, para verificar se haviam recebido alguma orientação de como trabalhá-los em sala de aula com seus alunos.

Participaram do estudo 35 professores do ensino fundamental de uma escola pública da cidade de Santa Maria – RS sorteada aleatoriamente. Optou-se por uma escola pública porque foram analisados os livros didáticos utilizados no ensino médio público e os alunos que participaram da pesquisa no ensino superior são ou foram acadêmicos de uma instituição pública. Os professores participantes desse estudo ministravam aula no ensino fundamental não havendo restrição acerca da disciplina que desenvolviam. Os trinta e cinco professores responderam as entrevistas, cujas concepções serão apresentadas ao longo desse documento.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi utilizada a abordagem qualitativa, pois possui o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador, como instrumento principal (Lüdke e André, 1986). De acordo com Pope e Mays (apud NEVES, 1996), os métodos qualitativos trazem como contribuição ao trabalho do pesquisador uma mistura de procedimentos de cunho racional e intuitivo, capazes de contribuir para a melhor compreensão dos fenômenos.

### **3.2 Análise dos livros didáticos de Ensino Médio**

A análise dos livros didáticos considerou a bibliografia recomendada pelo Programa Nacional do Livro Didático do Ensino Médio (PNLEM), indicada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, versão 2009 para o ano de 2010 (Tabela 1), visto que o edital de 2010/2011 visou apenas selecionar bibliografia complementar.

Optou-se pela análise dos livros indicados pelo Programa Nacional do Livro Didático porque de acordo com o Ministério da Educação, 95,5% das secretarias estaduais e municipais de educação e escolas federais aderiram ao programa para o ano de 2011, índice este que é um recorde histórico. Este programa distribuiu os livros didáticos, também, às bibliotecas públicas, sendo que o Decreto nº 7.084, de 27 de janeiro de 2010 traça os objetivos dos programas de distribuição de livros pelo Ministério da Educação, entre os quais se destacam a democratização do acesso às fontes de informação e o estímulo à atitude investigativa dos alunos (BRASIL, 2010).

TABELA 1- Lista de livros indicados para biologia pelo PNLEM 2010

<b>Obra</b>	<b>Autor(es)</b>	<b>Editora</b>	<b>Ano/Edição</b>
<b>Biologia – Vol Único</b>	S. Linhares e F. Gewandsznajder	Ática	2005/1ª Ed
<b>Biologia – Vol Único</b>	J. A. Favaretto e C. Mercadante	Moderna	2005/1ª Ed
<b>Biologia – Vol Único</b>	J. Laurence	Nova Geração	2005/1ª Ed
<b>Biologia – Vol Único</b>	A. Adolfo, M. Crozetta e S. Lago	IBEP	2005/2ª Ed
<b>Biologia – Vols 1, 2 e 3</b>	C. da Silva Júnior e S. Sasson	Saraiva	2005/8ª Ed
<b>Biologia – Vols 1, 2 e 3</b>	J. M. Amabis e G. R. Martho	Moderna	2005/2ª Ed
<b>Biologia – Vols 1, 2 e 3</b>	W. R. Paulino	Ática	2005/1ª Ed
<b>Biologia – Vol Único</b>	S. Lopes e S. Rosso	Saraiva	2005/1ª Ed
<b>Biologia – Vols 1, 2 e 3</b>	O. Frota-Pessoa	Scipione	2005/1ª Ed

Os critérios utilizados para a análise foram organizados em eliminatórios e de qualificação, seguindo as orientações do catálogo do PNLEM, que avalia as obras quanto aos conteúdos e procedimentos que mobiliza, devendo ser compatíveis e atualizadas. Além disso, a obra didática deve contribuir para o alcance dos objetivos estabelecidos pelo Art. 35 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB; Lei 9.394/96) para o Ensino Médio, da seguinte forma: I – Consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos; II – Proporcionar preparação básica para o trabalho e cidadania, para o educando continuar aprendendo, fornecendo capacidade de adaptação com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III – Aprimorar o educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento humano; IV – Relacionar a teoria com a prática para a compreensão dos fundamentos científicos-tecnológicos dos processos produtivos (BRASIL, 2008b).

Desta maneira, as obras didáticas não podem conter preconceitos de qualquer espécie, ignorar as discussões atuais das teorias e práticas pedagógicas, repetir estereótipos, conter informações e conceitos errados ou análises equivocadas ou contrariar a legislação vigente (BRASIL, 2008b).

Os critérios eliminatórios incluíram a correção e adequação conceituais e correção das informações básicas, a coerência e pertinência metodológicas e os preceitos éticos. Já para os critérios de qualificação, espera-se que a obra didática aborde criticamente as questões de sexo e gênero, de relações étnico-raciais e de classes sociais; utilize linguagem gramatical correta; contenha um livro do professor estruturado, com sugestões de atividades e que seja capaz de orientar o professor a respeito de conhecimentos utilizados; além dessas especificações, também é necessário que a obra siga várias regras de editoração (BRASIL, 2008b).

Foram analisados dez livros didáticos sorteados aleatoriamente entre os dezessete indicados pelo Programa Nacional do Livro do Ensino Médio e a análise foi realizada através da busca sistematizada.

### **3.3 Concepção dos acadêmicos do ensino superior acerca do aborto**

A população de estudo foi constituída de 480 acadêmicos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) que realizam cursos das áreas humanas ou da saúde. Segundo Diniz et al. (2009) a saúde é a área que tem maior concentração de estudos acerca do aborto, porém nos últimos dois anos os estudos sobre o tema nas áreas das humanas tem crescido, principalmente na área jurídica, em especial sobre o aborto por anomalia fetal.

A área das humanas incluiu 175 acadêmicos dos cursos de direito, administração, ciências econômicas e ciências contábeis e na área da saúde participaram 305 acadêmicos dos cursos de medicina, fisioterapia, enfermagem, fonoaudiologia, odontologia e terapia ocupacional no grupo dos ingressos, já nesta última área, no grupo dos formandos não há participação do curso de terapia ocupacional porque a primeira turma do curso teve ingresso no segundo semestre de 2009. A pesquisa incluiu os acadêmicos que ingressaram no segundo semestre de 2009 e os prováveis formandos do primeiro semestre de 2010 nos cursos das áreas da saúde e humanas.

Como instrumento de coleta foi utilizado um questionário adaptado e validado de uma pesquisa realizada em Ribeirão Preto intitulada “Aborto: conhecimento e opinião de médicos dos serviços de emergência de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil, sobre aspectos éticos e legais”, publicado no Caderno de Saúde Pública vol.20, no.3, no Rio de Janeiro em Maio/Junho de 2004, com questões pré-elaboradas, sistemáticas e sequencialmente dispostas em itens que constituem o tema deste estudo. Para o tratamento do *corpus* foram utilizadas as técnicas da Estatística Descritiva (BARBETTA, 2000).

Os alunos responderam aos questionários durante o período de aula e foram respeitados os aspectos éticos. E, o número de questionários que deveriam ser aplicados em cada área foi calculado de acordo com Barbetta (2001),  $n_0=1/E_0^2$ , onde  $n_0$  é a primeira aproximação para o tamanho da amostra e  $E_0$  é o erro amostral tolerado, que neste trabalho será estabelecido como 9,5%. A partir desta primeira aproximação foi calculado o tamanho da amostra de acadêmicos que deveriam ser entrevistados ( $n$ ) usando-se a fórmula  $n=N \times n_0/ N + n_0$ , onde  $N$  é o tamanho da população.

A primeira fase do tratamento dos resultados foi a análise univariada, através da verificação das frequências e o cálculo das medidas de localização central e de dispersão para cada variável, isoladamente. Após, foi realizado o cálculo das frequências absolutas (números absolutos de cada valor) e as frequências relativas (as proporções em percentagens ou milésimos), a média, desvio-padrão e a mediana.

### **3.4 Elaboração de material didático**

A construção e a execução do jogo foi, didaticamente, dividida em 4 momentos: primeiramente foram elaboradas questões considerando o espaço e a importância acerca do aborto evidenciada pelos professores do ensino fundamental, a análise do conteúdo sobre o tema aborto nos livros didáticos de ensino médio indicados pelo Programa Nacional do Livro do Ensino Médio e as concepções dos alunos de ensino superior (ingressantes no segundo semestre de 2009 e prováveis formandos do primeiro semestre de 2010). Em um segundo momento realizou-se o sorteio das escolas de ensino público de Ensino Médio do município de Santa Maria

para participarem do projeto. E, em um terceiro momento houve a aplicação do jogo, já no quarto momento realizou-se a aplicação de um questionário visando analisar o instrumento construído a fim de auxiliar no estudo do aborto e contribuir na formação do cidadão (Quadro 1).

1	2	3	4
<p>Elaboração das questões que fizeram parte do jogo. Após revisão bibliográfica e análise das respostas dos professores do ensino fundamental e dos alunos de graduação das áreas da saúde e humanas, selecionaram-se alguns temas para serem trabalhados referentes ao aborto: aborto como problema de saúde pública, aborto e suas relações com a lei, posicionamento e atuação dos médicos frente ao aborto, presença de má formação fetal e mortalidade materna. Com base nestes temas desenvolveu-se um jogo intitulado “Respondendo suas dúvidas sobre aborto”, exemplificado no anexo A, composto por 30 cartas, divididas em três grupos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Cartas azuis: continha as perguntas;</li> <li>* Cartas amarelas: continha cinco alternativas ou está escrito que o aluno deve fornecer sua própria opinião;</li> <li>* Cartas rosas: apresentavam as respostas as perguntas propostas ou uma breve discussão sobre o tema tratado.</li> </ul>	<p>Na segunda etapa realizou-se o contato com as escolas sorteadas para o agendamento da visita e utilização do jogo.</p>	<p>Na terceira etapa houve a aplicação do jogo com os alunos das entrevistas focais.</p>	<p>Na quarta etapa foi realizada a aplicação de um pequeno questionário composto por três perguntas abertas que buscavam visualizar se o jogo foi interessante, se contribuiu para diminuir dúvidas e se algo deveria ser mudado no instrumento.</p>

Quadro 1- Elaboração e avaliação do instrumento pedagógico (jogo).

O jogo foi organizado e aplicado de forma que o pesquisador entregava, aleatoriamente, duas cartas (uma azul e uma amarela) para cada estudante. Depois que todos os alunos haviam recebido suas cartas o professor perguntava quem havia ficado com a pergunta número 1. O aluno lia a pergunta e esperava para que o outro aluno que tivesse ficado com a resposta 1 lesse suas alternativas e escolhesse uma delas.

Após, o professor que ficou com todas as cartas rosas, problematizava o tema abordado e podia, caso desejasse, utilizar a carta rosa como forma de subsídio para a discussão.

O jogo continuava até que as 10 perguntas fossem lidas, respondidas e problematizadas.

O jogo abordou diversos aspectos acerca do tema aborto (Quadro 2).

<b>Carta</b>	<b>Temática</b>
1	Aborto como problema de saúde pública
2	Quando a lei brasileira deveria permitir o aborto
3	Quando o aborto pode ser praticado pelo médico e permitido por lei
4	Permissão do aborto em caso de malformação fetal
5	Aborto permitido em caso de estupro
6	Aborto como responsável por grande número de mortes maternas
7	Documentos necessários para a realização do aborto nos casos permitidos por lei
8	Permissão legal da prática do aborto
9	Faixa etária mais afetada pelo aborto
10	Descriminalização do aborto

Quadro 2- Temáticas abordadas durante a aplicação do jogo nas escolas

A pesquisa foi realizada com alunos do segundo ano do ensino médio matriculados em escolas públicas (sorteadas aleatoriamente, uma de cada região), no ano de 2010, localizadas nesse município. Como critérios de inclusão foram: alunos que cursavam o 2º ano do Ensino Médio, com idade entre 15 a 24 anos

conforme o conceito utilizado pela UNESCO de ambos os sexos. Esta faixa foi a escolhida porque há grande incidência de gravidez não planejada e prática ilegal do aborto (70- 75%). E os critérios de exclusão foram: estar em atestado médico no período da coleta de dados; não ter condições emocionais e/ou psíquicas para participar da atividade proposta.

No município de Santa Maria, RS há atualmente 22 escolas públicas estaduais de ensino médio. O município é dividido em cinco Regiões: Norte, Sul, Leste, Oeste e Zona Rural conforme a 8ª Coordenadoria Regional de Educação de Santa Maria (8ª CRE) (RIO GRANDE DO SUL, 2010). O jogo foi aplicado em uma escola de cada região e após foram realizadas entrevistas focais com esses alunos a fim de analisar o material didático construído.

O local e data dos grupos foram previamente agendados na escola de forma que não prejudicasse o aluno em sala de aula e facilitasse a participação dos integrantes inscritos. Neste sentido, Gatti (2005) afirma que o local dos encontros dos grupos focais deve favorecer a participação e interação dos participantes.

Após a realização do jogo foi aplicado um instrumento para avaliá-lo que constou de três questões abertas. Na análise qualitativa foi utilizada a análise de conteúdo. Chizzotti (2006) define a análise de conteúdo como sendo uma forma de interpretar o conteúdo de um texto, adotando normas sistemáticas de extrair os significados temáticos por meio dos elementos mais simples de um texto.

Participaram da pesquisa 22 alunos que voluntariamente quiseram participar da atividade didática acerca do aborto. Esses alunos foram divididos de acordo com a escola que em estudavam (quadro 3).

<b>Escolas</b>	<b>Número de alunos</b>
E1	4
E2	4
E3	7
E4	4
E5	3
<b>TOTAL</b>	<b>22</b>

Quadro 3 – Alunos participantes das entrevistas focais referentes a cada escola onde o instrumento didático pedagógico foi aplicado.

### **3.5 Aspectos éticos**

Referente aos critérios éticos, os sujeitos e seus responsáveis assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, garantindo o sigilo das informações e o seu anonimato, conforme orientações da resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde (BRASIL, 2006). Para tanto, foram observadas questões como a livre participação do sujeito do estudo, anonimato, sigilo, autonomia presentes no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE e o Termo de Confidencialidade que foi apresentado imediatamente antes da coleta de dados aos participantes do estudo. A pesquisa teve início após a aprovação do projeto pelo Comitê de Pesquisa e Ética da Universidade Federal de Santa Maria nº 0107.243.000.-09.



## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 Professores do Ensino Fundamental e suas concepções

A importância da educação sexual na escola foi o principal tema abordado pelos professores participantes da pesquisa, os quais colocaram seu tratamento como de fundamental importância nas escolas. Ainda consideraram que os alunos devem receber orientação suficiente para o exercício de sua sexualidade. Sendo assim, é responsabilidade do sistema escolar, promover a educação integral da criança e do adolescente e, portanto, discutir a sexualidade com vista a promoção da Educação Sexual (MOIZÉS e BUENO, 2010) .

À inclusão do tema “sexualidade” no conteúdo escolar, todos os professores entrevistados expressaram que a escola não pode se omitir em orientar e discutir temas relacionados à educação sexual. Neste sentido, quando questionados se a omissão seria o papel adequado a ser desempenhado pelas escolas, todos os professores declararam que não, conforme alguns comentários abaixo:

*Não, porque por experiência própria, algumas famílias não gostam de tocar no assunto, de orientar, apenas proíbem (Professor 1).*

*Não, creio que situações em que o aluno esteja de frente com problemas relacionados à sexualidade apresentam-se em qualquer lugar, não apenas na família (Professor 5).*

A partir das respostas acima, percebe-se que os professores acreditam que a sexualidade necessita ser trabalhada na escola, pois é um local para orientação. Esta postura é muito importante, pois mostra que estão conscientes da missão de orientar seus alunos na questão da sexualidade, visto que, na família, muitas vezes, esta orientação não ocorre. Para Saito (2000), se a meta é informar ou, melhor ainda, formar, a escola destaca-se entre os grupos de referência. Neste sentido, cabe salientar as seguintes manifestações, feitas em relação à necessidade de se trabalhar a “sexualidade” em sala de aula:

*Sim, esses assuntos são fundamentais. Sempre quando eles são colocados em pauta os alunos demonstram grande interesse (Professor 8).*

*Sim, acho importante e necessário, pois a sexualidade faz parte da formação integral de cada um de nós (Professor 10).*

As respostas acima mostram que os professores são favoráveis à inclusão do tema sexualidade no planejamento escolar, pois só dessa forma esses profissionais estarão legalmente amparados para trabalhar temas diversos em sala de aula. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL,1998) incluíram no sistema educacional a sexualidade como tema transversal, visto que causa inquietação e demanda cuidado, além de uma ação concreta, urgente e eficiente. Neste sentido, Rodriguez (2010) salienta que a sexualidade ainda é um tabu no contexto escolar, além de ser um tema envolvido em dúvidas e repressões, sendo que alguns professores têm certo receio da reação dos pais ao saberem do desenvolvimento do tema em sala de aula.

Com relação à reação frente a um estudante HIV+, todos os professores apresentaram uma postura de não discriminá-lo. As respostas foram diversas, mas todas tiveram em comum a consciência da não discriminação e de proporcionar a esse aluno um ambiente de estudo agradável e respeitoso. Algumas palavras que caracterizaram as respostas: *preocupação, ajuda, naturalidade, aprofundamento, estudo, orientação, tranquilidade, igualdade, informação, conversa, apoio, atualidade, piedade, inclusão, medo, aceitação, tristeza, proteção, dificuldade e problemas*. Essas palavras refletem a reação e a concepção dos professores em relação ao assunto, o que também fica evidente nas seguintes respostas:

*Buscar imediatamente apoio, informação, porque pouco sabemos a respeito (Professor 23).*

*Tratá-lo normalmente, sem dar a impressão de piedade ou repulsa (Professor 32).*

O tema AIDS gera uma série de respostas e sentimentos. As respostas mostram que os professores não têm medo, receio ou preconceito em relação ao aluno HIV+, mas pedem auxílio para saber como proceder em sala de aula com esse aluno e com a turma, enfatizando a necessidade de melhor formação do

professor, para que se sinta mais apto para trabalhar temas referentes à sexualidade.

O estudo mostrou que uma parcela significativa de professores (71%) se sente despreparada para trabalhar a orientação sexual de forma efetiva. Assim, dessa forma, a escola deve preparar, primeiramente, o educador para que ele possa realizar seu papel de forma eficiente. Para Freire (1998) a formação continuada é abordada como necessária e essencial, para que a prática educativa do professor consiga promover uma educação eficaz.

O professor não precisa ser um especialista em Educação Sexual, mas apenas um profissional devidamente informado sobre a sexualidade humana que reflita sobre ela, sendo capaz de criar contextos pedagógicos adequados e selecionar estratégias de informação, de reflexão e de debate de ideias, reciclar-se e atualizar seus conhecimentos de forma a ensinar a pensar, tornando-se mediador do conhecimento (GADOTTI, 2003; ROQUE, 2005).

Os professores, quando questionados acerca do tema virgindade demonstram estar cientes de que a prática sexual está acontecendo cada vez mais cedo e que a escola deve auxiliar na orientação sexual, porém metade dos professores salienta que não tinham conhecimento para abordarem o tema ou não saberiam como reagir perante aos alunos quando questionados acerca do momento de perder a virgindade. A escola é considerada o *locus* privilegiado dos programas de prevenção dirigidos aos jovens devido à facilidade de acesso e a natureza educacional do seu trabalho, porém observa-se a relutância e despreparo das instituições escolares para lidarem com problemas sociais como a AIDS (SOARES e JACOBI, 2000).

Neste sentido, Pinto (1994) considera que os programas de Educação Sexual nas escolas ajudam muito pouco os adolescentes, já que raramente estes programas escolares são abrangentes, interessantes e satisfatórios a ponto de atenderem aos interesses, curiosidades e, sobretudo, às necessidades dos adolescentes.

De acordo com CHAGAS (1996), a sexualidade faz parte do contexto escolar, não há como negá-la; então cabe à escola corrigir, enriquecer e ampliar o conhecimento dos educandos acerca de sexualidade, realizando também um trabalho com a família e sociedade, na qual esse educando está inserido.

Com relação ao trabalho sobre sexualidade em sala de aula, 71,4% dos professores responderam que, pelo menos uma vez, já haviam discutido algum assunto relacionado. Os temas trabalhados foram: *prevenção, relação sexual, DST, preservativos, gravidez, corpo, sentimentos, hormônios, planejamento familiar, HIV, namoro, higiene, aborto, “ficar”, casamento, menstruação.*

Os temas trabalhados mostram que, mesmo sem um planejamento escolar, os professores, de forma individual, trabalham com seus alunos alguns temas referentes à sexualidade, porém não há um trabalho interdisciplinar dos professores. Conforme Ribeiro, Silveira de Souza e Souza (2004) diversas vezes os professores não consideram as aprendizagens que as crianças carregam das suas experiências cotidianas, nas quais estão inscritos determinados atributos sociais configurando as suas sexualidades.

Neste sentido, Salla e Quintana (2002) referem que os educadores entendem a Orientação Sexual com caráter biológico e tecnicista, como uma "disciplina" a ser explorada pelas Ciências Biológicas reduzindo a sua dimensão ao sexo genital. A idéia veiculada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL,1997a) de transversalidade da sexualidade não coincide com a concepção que os educadores questionados têm sobre esse tema, já que os PCNs consideram a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, do nascimento até a morte do ser humano, relacionando-a ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade.

Quando questionados quanto à reação que teriam ao se deparar com uma aluna adolescente grávida, 75% dos professores colocaram que estariam abertos ao diálogo e dispostos a auxiliar no que for preciso, pois estão “acostumados” com o crescente número de adolescentes grávidas nas escolas. Porém, os professores destacam que se houvesse orientação, aconselhamento e um trabalho contínuo sobre o tema, tais alunas estariam cientes dos métodos de prevenção e das consequências da gravidez na adolescência. Nesse sentido, convergem as respostas dos professores, apresentando o mesmo enfoque da resposta citada abaixo:

*Iria orientá-la para que não se desespere. Sob consentimento da família, orientaria sobre os cuidados na gestação. Tratá-la com naturalidade, incentivando os cuidados pré-natais (Professor 25).*

Este posicionamento está em consonância com o pensamento pedagógico moderno, no qual uma aprendizagem efetiva visa transformações no comportamento do aluno. Assim:

o pressuposto seria que o sujeito ao qual são fornecidas informações e conhecimentos, passará por um crescente e contínuo desenvolvimento em termos não apenas cognitivos, mas também de responsabilidade e escolhas racionais (SILVA, SIQUEIRA e ROCHA, 2009, p.226).

Estes autores, também, salientam que o docente apresenta papel fundamental de aproximar do conhecimento cotidiano do educando o saber formal produzido visando a cidadania como um aprendizado para o sujeito e construído com ele.

#### **4.2 Análise dos livros didáticos de Biologia do Ensino Médio**

Foram analisados 10 livros dos 17 indicados pelo PNLEM, porém, visando manter as questões éticas educacionais os livros não foram identificados de forma isolada.

O tema aborto perfaz, no máximo, quatro parágrafos em 88% dos livros. Já, nos demais este tema é abordado em textos menores.

Em 10% das obras analisadas, o aborto é definido como a interrupção da gravidez pela morte do embrião ou do feto e, 20% dos livros relatam que sejam realizados anualmente, no mundo, mais de 40 milhões de abortos provocados e que a maioria deles são realizados em condições precárias com sérios riscos para a saúde da mulher, podendo provocar infecções, esterilidade e até a morte.

Neste sentido, observa-se que as obras didáticas de Biologia não contemplam o que os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL,1998) prevêem, pois estes salientam que o ensino de Biologia não deve se limitar a fornecer informações, pois deve estar voltado ao desenvolvimento de competências que permitam ao aluno lidar com as informações, compreendê-las e elaborá-las. O ensino da Biologia deve permitir ao aluno ter a capacidade de compreender o mundo e agir com autonomia,

além de contribuir para uma educação que formará cidadãos conscientes, capazes de fazer julgamentos, tomar decisões e ter ações sensatas.

A Figura 1 apresenta a distribuição das abordagens a respeito do tema aborto nas literaturas consultadas. A definição de aborto, assim como as consequências do mesmo são relatadas em apenas 20% da literatura verificada.

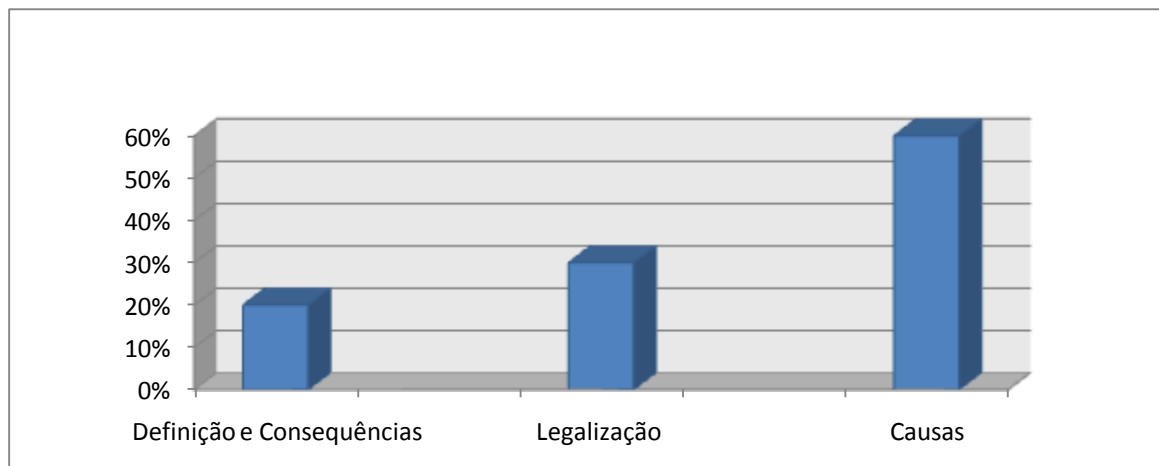


Figura 1- Distribuição das abordagens sobre aborto encontradas nos livros de Biologia do Ensino Médio

A informação de que no Brasil o aborto é crime, sendo permitido somente quando a gestante apresentar risco de vida e não houver outro meio de salvá-la, ou quando a gravidez for resultado de estupro, é relatada em apenas 30% dos livros pesquisados.

A falta de Educação Sexual, que transcende a forma tradicional, restrita a visão biológica e médica, é um dos principais motivos para a falta de adesão dos adolescentes ao sexo seguro. A existência de inúmeras discussões de natureza ética, política, social e religiosa acerca do aborto é citada somente por 20% da literatura pesquisada demonstrando a contextualidade do tema (CANAVAL et al., 2006 e BUENO, 2001).

Dos livros verificados, 60% consideram que o aborto pode ser provocado por algumas doenças infecciosas, como a sífilis, e problemas no feto ou com a gestante, além de poder resultar da realização de exames como a amniocentese.

Salienta-se que um dos livros analisados trata do aborto como método anticoncepcional, enquanto outro salienta que o aborto não é um dos meios utilizados para evitar a gestação.

Somente um dos livros consultados comenta sobre a polêmica, no Brasil, da possibilidade de realização de aborto quando o feto apresentar malformação congênita diagnosticada através de exames pré-natais.

Assim, considera-se que o tema aborto é tratado de forma muito superficial nos livros didáticos de Biologia utilizados no Ensino Médio não contribuindo, suficientemente, para a formação do aluno como cidadão. De acordo com Casagrande e Maestrelli (2006):

a seleção dos conteúdos como a forma de trabalhá-los em sala de aula devem estar voltados à formação de um aluno crítico e consciente de seu papel no desenvolvimento da sociedade. A escola deve, portanto, despertar no aluno uma nova visão de mundo, fornecendo subsídios para que o aluno se sinta parte desse mundo, não só como espectador, mas, como um ser atuante, capaz de transformar o mundo à sua volta (p.19).

De acordo com a pesquisa realizada, nos livros didáticos analisados, o tema aborto não está sendo desenvolvido adequadamente, resultando em falta de informações e dificuldades da compreensão dos jovens acerca da importância da sexualidade e suas consequências. Isto reflete na construção do conhecimento que os acadêmicos do Ensino Superior apresentaram e que são abordadas na análise dos questionários por eles respondidos. Este contexto contribui para que o aborto seja um problema de saúde pública com elevados custos ao Sistema Único de Saúde, pois segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2010) as taxas por causas diretas de mortalidade materna, nas quais se inclui o aborto, ainda são elevadas e representam um grande desafio para o sistema de saúde.

#### **4.3 Concepção dos alunos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)**

Considerando os dados do Departamento de Registro e Controle Acadêmico da UFSM (DERCA) e excluindo os acadêmicos que não realizaram matrícula, abandonaram o curso, foram transferidos ou cancelaram a matrícula, a população

pesquisada constitui-se de 480 acadêmicos, sendo 175 do grupo da área das humanas e 305 do grupo da área da saúde. Cento e dezenove alunos da área das humanas ingressaram no segundo semestre de 2009 e 56 eram prováveis formandos do primeiro semestre de 2010. Já na área da saúde 185 alunos que responderam ao questionário ingressaram no segundo semestre de 2009 e 120 eram prováveis formandos do primeiro semestre de 2010 (Figura 2).

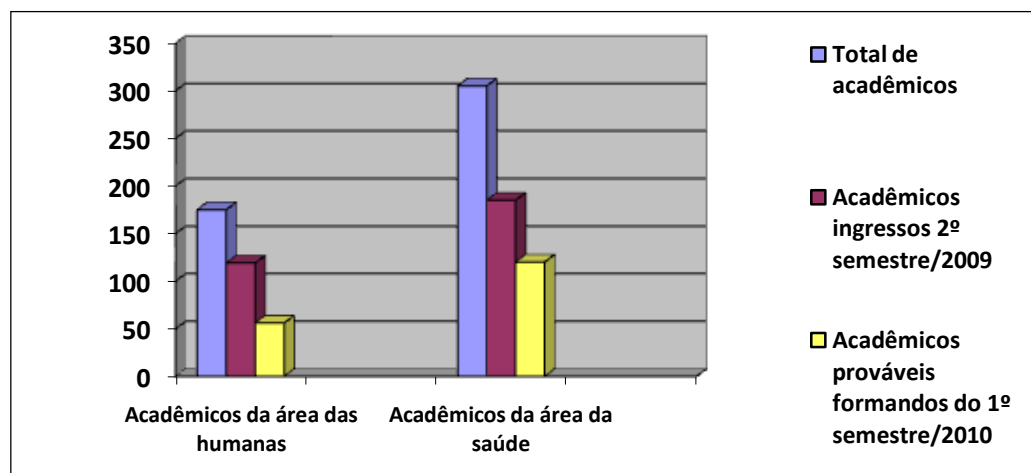


Figura 2- Distribuição da população pesquisada nas diferentes áreas.

A maioria dos acadêmicos que estava ingressando na Universidade apresentava idade entre 17 a 20 anos (63,4% da área das humanas e 71,4% da área da saúde) e o grupo de prováveis formandos estava na faixa etária dos 20 aos 23 anos (39,3% dos alunos da área das humanas e 56,7% da saúde) (Figura 3).

Farias Júnior et al. (2009), observa que a primeira relação sexual entre adolescentes brasileiras está ocorrendo cada vez mais cedo. No Brasil, os índices de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS) demonstram que as internações por gravidez, parto e puerpério correspondem a 37% das internações entre mulheres de 10 a 19 anos no SUS, além do crescimento do número de internações para atendimento obstétrico nas faixas etárias de 10 a 14, 15 a 19 e 20 a 24 anos (BRASIL, 2006).

Considerando que a adolescência é um período de profundas mudanças biopsicossociais, especialmente relacionadas à maturação sexual e a busca da



identidade adulta, a gravidez nesse momento de vida oferece implicações no desenvolvimento tanto para o adolescente quanto para aqueles envolvidos nessa situação (SANTOS JUNIOR, 1999).

Dados do Ministério da Saúde (BRASIL, 2008c) mostram que a faixa etária com maior concentração de abortos é de 20 a 29 anos e, considerando a realização de abortos induzidos na população adolescente, a faixa etária de 17 a 19 anos registra uma maior realização (entre 72,5% e 78%) deste tipo de aborto.

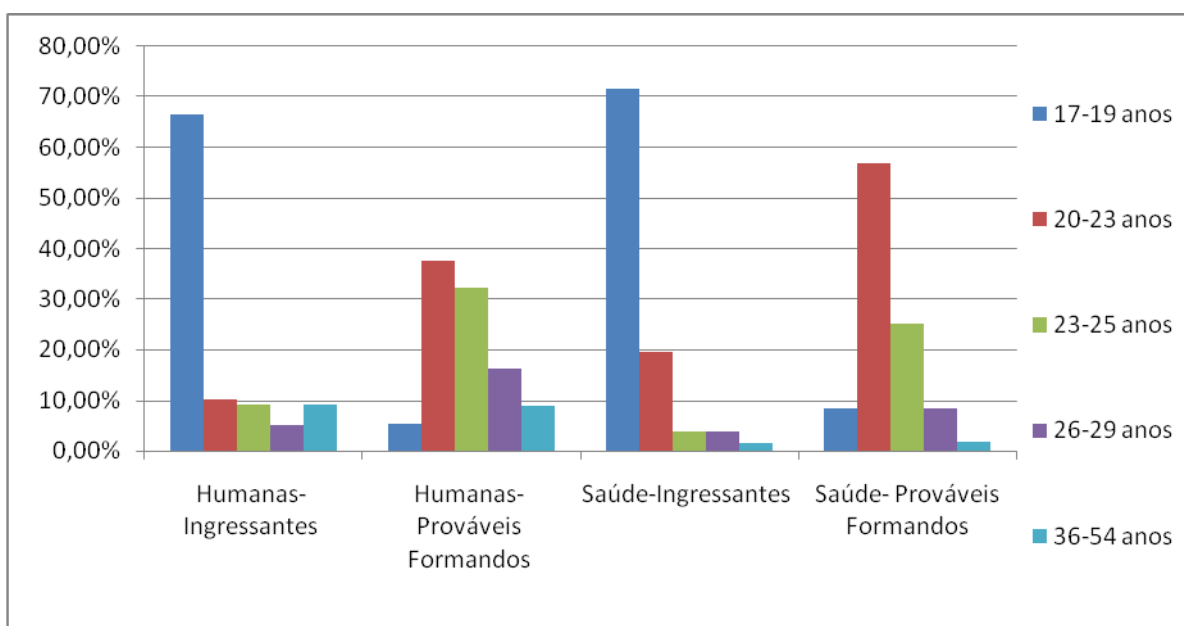


Figura 3- Distribuição dos alunos em relação à idade

A população feminina predomina tanto entre os alunos que ingressaram no segundo semestre de 2009 (62,4%), assim como entre os acadêmicos prováveis formandos do primeiro semestre de 2010 (66,7%). A maioria dos alunos de ambos os grupos são solteiros (89%).

A prática do abortamento na adolescência deve ser analisado em uma perspectiva mais ampla, à luz das mudanças ocorridas nas sociedades ocidentais, com a massificação da escolarização feminina, a disseminação dos valores do feminismo e o recurso a contraceptivos eficazes (CHAVES et al., 2010) As mulheres solteiras engravidam numa escala muito menor e, ao engravidarem, recorrem mais largamente ao aborto provocado (SILVA e VIEIRA, 2009).

Os PCNs (BRASIL, 1998) propõem o desenvolvimento do tema aborto a partir dos denominados temas transversais que correspondem a um conjunto de conteúdos educativos e eixos condutores de atividades escolares que estão relacionados a todas disciplinas e corresponde a problemáticas sociais atuais e urgentes, consideradas de abrangência nacional e até mesmo de caráter universal. Os conteúdos desenvolvidos nestes temas devem estar conectados com as preocupações diárias do cidadão, úteis para a vida de todos os indivíduos, independentemente de sua posterior qualificação no sentido de sua inserção no mundo do trabalho (YUS, 1998).

A ausência de estudo do tema aborto no âmbito escolar e/ou universitário é uma realidade para 30% dos prováveis formandos que estão ingressando no mercado de trabalho, assim como para 20 % dos acadêmicos que iniciam seus estudos de nível superior. O aborto foi estudado no ensino médio conforme mais de 60% dos alunos do sexo masculino e feminino que ingressaram na Universidade no segundo semestre de 2009, já entre os prováveis formandos do primeiro semestre de 2010, 46,6% dos alunos do sexo masculino relataram que nunca tiveram aula sobre o tema aborto diferente das alunas, as quais apenas 31,9% afirmaram que não tiveram aula sobre o tema (Figura 4).

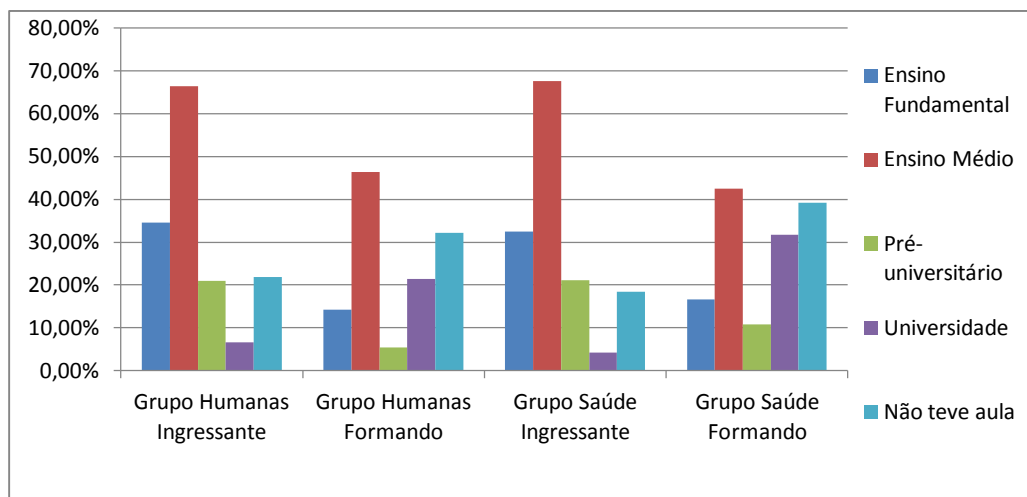


Figura 4- Nível de Ensino no qual os acadêmicos estudaram o tema aborto

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) objetivam promover ao aluno “o conhecer o próprio corpo e dele cuidar, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva”. Desta forma, desde o ensino fundamental os alunos deveriam ser informados com relação aos cuidados com seu corpo, e com o seu desenvolvimento ter a possibilidade de conhecer e escolher as melhores atitudes sobre sua sexualidade. Além disso, o aborto é um tema transversal devendo ser desenvolvido durante todos os níveis de ensino visando a formação do cidadão e uma vez discutidos os assuntos devem voltar com conteúdo mais aprofundado

A valorização do tema transversal aborto no ensino colabora com a redução do atraso escolar das jovens, já que muitas abandonam os estudos com a gestação (SPINDOLA e SILVA, 2009). A existência de um consenso em relação ao estado gravídico e à maternidade, interferindo negativamente no estilo de vida das adolescentes, com consequências desfavoráveis sobre suas perspectivas de estudo, trabalho e seu crescimento profissional, sendo observado que cerca de 30% das adolescentes grávidas abandonam a escola, e o retorno ao estudo, na maioria dos casos, ocorre em menores proporções (BELO e SILVA, 2004).

A pesquisa sobre a religiosidade das mulheres que abortam, pouco é tratada nos estudos e quando existe referência elas se declaram católicas (BRASIL, 2009b) e esta também é a religião predominante nos grupos pesquisados, na qual mais de 60% dos alunos das duas áreas se definem como católicos.

Esta pesquisa demonstra a opinião de um grupo com diferenças significativas quanto ao fator econômico. Na área da saúde mais de 60% tem renda mínima de R\$ 500,00 mensais, enquanto R\$ 500,00 para 57,8% da área das humanas, representa a renda mensal máxima. No entendimento dos acadêmicos da área das humanas, o aborto é o responsável por grande parte da mortalidade materna, o que pode demonstrar que estes alunos convivem de forma mais próxima com a realidade comprovada pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2009b) que inclui no universo de mulheres que realizam aborto estudantes com renda familiar de até três salários mínimos.

Neste sentido, Baraldi et al. (2007) afirmam que os estudos que discutem a gravidez precoce e condições socioeconômicas ressaltam que a taxa de fecundidade é inversamente proporcional à renda dessas adolescentes.

Para Abramovay e Castro (2003):

o debate teórico e metodológico em torno da sexualidade encontra-se em franco desenvolvimento em diferentes áreas de conhecimento. O tema é compartilhado entre teias complexas, tendo em vista os contextos e dimensões sociais, em que é experimentada e vivenciada a vida sexual em diferentes culturas, populações ou grupos específicos (p.24).

Em relação ao aborto ser responsável por grande parte das mortes maternas, os acadêmicos de ambos os sexos ingressantes na Universidade ou prováveis formandos entendem que esta afirmativa é verdadeira. E isto vai ao encontro com os dados verificados pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2001), os quais comprovam que no Brasil as complicações pós-aborto são a quarta causa de morte de mulheres no país.

Neste sentido, é importante que a Educação em Ciências aplique os fundamentos dos PCNs (BRASIL, 1997b, p.24):

o ensino de qualidade que a sociedade demanda atualmente expressa-se aqui como a possibilidade de o sistema educacional vir a propor uma prática educativa adequada às necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais da realidade brasileira, que considere os interesses e as motivações dos alunos e garanta as aprendizagens essenciais para a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem.

Nos casos que a gestação resulta em aborto, este alto índice de mortalidade materna está relacionada às condições em que os mesmos são realizados. Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), feitos por estimativa e, divulgados pela Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos é na América do Sul onde ocorre o maior número de abortos clandestinos no mundo, sendo o Brasil campeão mundial, pois nele são realizados mais abortos por ano do que todos os outros países da América do Sul reunidos (REDE FEMINISTA DE SAÚDE, 2003). Neste contexto, observa-se a não valorização dos direitos reprodutivos das mulheres compreendidos como o direito de "todo indivíduo de decidir livre e responsavelmente sobre o número, o espaçamento e a oportunidade de ter filhos e de ter a informação

e os meios de assim o fazer, e o direito de gozar do mais elevado padrão de saúde sexual e reprodutiva. Inclui também seu direito de tomar decisões sobre a reprodução, livre de discriminação, coerção ou violência" (Plataforma do Cairo §7.3 apud CORRÊA et al, 2003).

De acordo com o Instituto Alan Guttmacher, no Brasil, há uma taxa anual de 3,7 abortos para cada 100 mulheres, na faixa etária de 15 a 49 anos, e no total, de 4.693.300 gestações ocorridas no país no ano de 1991, um número de 1.433.350 terminaram em aborto, ou seja, 31% das gestações foram interrompidas. Nesse sentido, estudos de estimativas realizados utilizando como base os dados do Sistema Único de Saúde (SUS) de internações por complicações de aborto, os quais afirmam que cerca de um milhão de abortos são realizados por ano no país (VIEIRA, 2010).

O estudo da compreensão do processo do abortamento permite constatar tal experiência não como um acontecimento único e transitório, mas como um evento que possui histórico prévio, o qual envolve aspectos biopsicossociais e que não termina após a alta hospitalar, ou seja, um acontecimento relacionado e resultante de uma história de vida passada, presente e futura (VIEIRA et al., 2010).

Outro ponto convergente entre os alunos do mesmo sexo pode ser visto em relação à questão do aborto como um problema de saúde pública, onde os resultados praticamente equiparam-se (85,7% do grupo masculino e 82,3% do grupo feminino dos alunos que ingressaram em 2009 e 89,7% do grupo masculino e 94,8% do grupo feminino de prováveis formandos do primeiro semestre de 2010). No Brasil, conforme o Ministério da Saúde (BRASIL, 2007), o aborto é um problema de grande magnitude, sendo que em 2006, 686 mulheres foram internadas pelo SUS a cada dia, em decorrência de complicações relacionadas ao aborto contribui com 15% das mortes maternas.

Os acadêmicos também entenderam que o aborto é um problema de saúde pública que resulta em mortes maternas, mas é possível a sua prevenção com a realização do planejamento familiar, porém mais de 90% dos alunos de ambas as áreas entendem que esse acesso não é adequado (Tabela 2).

TABELA 2- Opinião dos acadêmicos do início e do final do curso das áreas da saúde e humanas sobre assuntos relacionados ao aborto.

Questões sobre Aborto	Ingressos 2009		Formandos 2010	
	Saúde	Humanas	Saúde	Humanas
O aborto é responsável pelas mortes maternas	60,1	74,8	79,8	60
O acesso ao planejamento familiar no Brasil é adequado	6,5	3,4	4,2	5,4
Prevenção do aborto pelo planejamento familiar	85,3	85,7	85,8	91,1
Aborto como problema de saúde pública	83,2	83,2	96,7	85,7

De acordo com Belo e Silva (2004), a maternidade na adolescência se configura como um problema de saúde pública no Brasil sendo, portanto, necessário entender a complexidade e os fatores associados que tornam os jovens vulneráveis à ocorrência de uma gravidez precoce e a elevação do número de gestações nesta faixa etária.

A realidade brasileira não vai ao encontro dos princípios das Nações Unidas (2003), que defende que as condições de risco devem ser reduzidas, por meio da ampliação e melhoria dos serviços de planejamento familiar. Caso já tenha ocorrido o aborto, o aconselhamento, a educação e os serviços de planejamento familiar deverão ser proporcionados para evitar repetidos abortos. As pesquisas brasileiras feitas pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2001) demonstram que as complicações após aborto têm registrado uma alta incidência, resultando em graves problemas de saúde e com gastos significativos para o poder público.

Oitenta e cinco por cento dos alunos de ambas as áreas entenderam que o acesso ao planejamento familiar contribui para a prevenção do aborto, porém mais de 90% confirmam que este acesso não é adequado e assim, pode-se observar, conforme o Ministério da Saúde, que após a década de 90, o misoprostol passou a ser utilizado de forma expressiva no aborto induzido. Estudos recentes declaram que entre 50,4% e 84,6% das mulheres que induziram o aborto fizeram uso do misoprostol, principalmente no Nordeste e Sudeste do país (APPROBATO et al, 2002).

No Brasil, as ações de planejamento familiar não consideram os direitos reprodutivos e sexuais estando reduzidas à questão reprodutiva resultando em um planejamento familiar de baixa qualidade (BRASIL, 2002b). Além disso, o uso

inadequado e a falta de informação mais consistente sobre os métodos contraceptivos destacam-se como causas da gravidez na adolescência (SANTOS, ROSENBURG, BURALLI, 2004).

Neste sentido, a escola pode ser considerada um local adequado para o desenvolvimento do “biopoder”, que segundo Foucault (1997) refere-se aos mecanismos empregados para controlar a população e estabelecer uma regulamentação, ou seja, o discurso da sexualidade não está isolado em si, mas faz parte de uma mecânica do poder, o poder que circula na sociedade se inicia no próprio corpo ou sexo. Assim, a visão biológica torna-se um evento político na medida que a reprodução da população e a ocorrência do aborto são centrais nos processos econômicos.

No Brasil, o Código Penal Brasileiro (BRASIL, 2007a), promulgado em 1940, prevê a prática legal do aborto quando não houver outro meio de salvar a vida da gestante ou quando a gravidez resultar de estupro. Neste sentido, há entendimento de mais de 80% dos universitários de ambos os sexos das duas áreas questionadas concordam que isso deva ocorrer nos casos de risco de vida para mãe e estupro, assim como acreditam que o aborto deve ser punido quando realizado por menores de idade e por mulheres que não desejam ter filhos.

No que tange à existência de punição para a realização do aborto devido à existência de malformação fetal comprovada, a opinião dos acadêmicos apresenta-se dividida (51,4% do grupo masculino e 61,1% do grupo feminino que ingressaram no segundo semestre de 2009 e 43,9% dos prováveis formandos do sexo masculino e 50,4% do sexo feminino do segundo semestre de 2010).

A amostra também se apresenta dividida quanto ao referente entendimento à realização do aborto quando existe risco para saúde da gestante (56,9% do grupo masculino e 58,4% do grupo de alunas que ingressaram no segundo semestre de 2009 e 51,8% do grupo masculino e 36,8% do grupo feminino dos prováveis formandos do primeiro semestre de 2010) (Figura 5). Estes dados demonstram a falta de informação dos acadêmicos universitários, já que risco de saúde da gestante não é caso previsto em lei para realização do aborto e a presença de malformação comprovada do feto somente pode resultar em interrupção legal da gestação se a justiça autorizar. Em 19 de dezembro de 1992 a justiça autorizou pela primeira vez

no Brasil um aborto legal em feto portador de anencefalia, numa gestação de 20 semanas.

Portanto, o conhecimento dos acadêmicos não está em total consonância com o Código Penal, segundo o qual o abortamento é permitido quando a gravidez resulta de estupro ou quando a gravidez apresenta risco de vida para a mulher.

A falta de informação quanto à proibição legal da realização de aborto de anencéfalos pode estar relacionada à escassez do desenvolvimento do tema aborto nos livros de Ensino Médio e também com o alto índice de acadêmicos das áreas da saúde e das humanas que não tiveram nenhuma aula referente ao tema.

Além disso, conforme Menezes e Aquino (2009) a despeito da inserção de conteúdos específicos nos Parâmetros Curriculares Nacionais, ainda é incipiente sua aplicabilidade, dada a necessidade de investimentos na formação de professores.

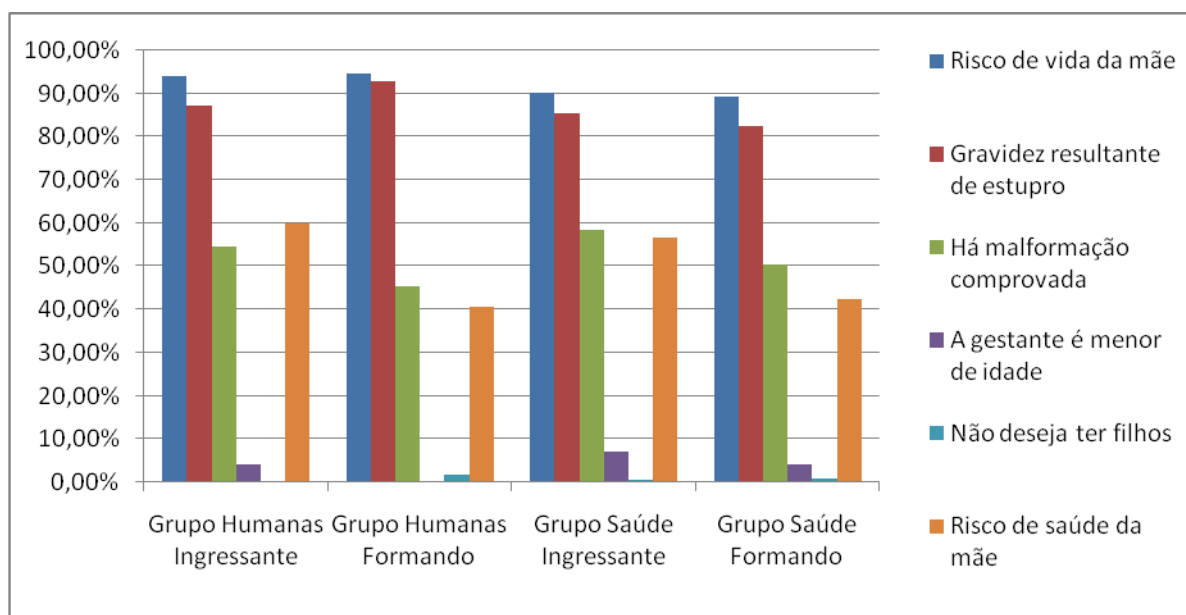


Figura 5- Entendimento dos acadêmicos das possibilidades de realização legal do aborto no Brasil

Destaca-se o entendimento dos acadêmicos que ingressaram e os prováveis formandos quando questionados acerca de quais documentos são necessários para a realização legal do aborto. Os acadêmicos do sexo feminino (87,4%) e masculino (80,4%), que ingressaram no segundo semestre de 2009, acreditam erroneamente que as mulheres devem apresentar laudo do Instituto Médico Legal. Já nos grupos



de prováveis formandos do sexo feminino e masculino, os índices caem para 77,4% e 68,4% respectivamente. Porém, os percentuais continuam elevados, o que demonstra que o ensino superior muito pouco tem contribuído na construção do conhecimento acerca do aborto, tema que está relacionado com o princípio da Dignidade Humana, além dos direitos reprodutivos (Figura 6).

A mais provável explicação para isso é a abordagem inadequada e/ou inexistente do tema, nos cursos superiores da área da saúde e das humanas, sobre a existência de parecer do Conselho Federal de Medicina (CFM), recomendando a exigência do Boletim de Ocorrência (documento oficial pelo qual se leva à autoridade policial ou judiciária a notícia de um crime), embora a Norma do Ministério da Saúde seja explícita em destacar que a lei não inclui essa exigência. Além disso, os operadores do direito afirmam serem necessários o laudo do IML e o Boletim de Ocorrência para processar o agressor, porém não esclarece que estes documentos não são necessários para que os médicos e os hospitais realizem o aborto nos casos em que a mulher foi estuprada. Saliencia-se que a Norma Técnica (NT) que orienta sobre Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes, reeditada em 2005, trouxe como principal novidade a não exigência de Boletim de Ocorrência para a realização de aborto legal por vítima de estupro.

Nesse sentido, a NT ao tratar da gravidez decorrente de violência sexual relaciona o aborto com as suas consequências para a mulher, demonstrando que o aborto consiste em um grave problema de saúde pública e, além disso, confirma que os alunos da área da saúde e humanas estão corretos ao afirmarem que as mulheres não têm acesso adequado a serviços de planejamento familiar:

*Entre as conseqüências da violência sexual, a gravidez destaca-se pela complexidade das reações psicológicas, sociais e biológicas que determina. A gestação indesejada ou forçada é encarada como uma segunda violência, intolerável para muitas mulheres.*

*O problema se agrava na medida em que parte importante das mulheres ainda não tem acesso a serviços de saúde que realizem o abortamento, mesmo quando previsto e permitido pela lei. Por falta de informação sobre seus direitos ou por dificuldade de acesso a serviços seguros, muitas mulheres, convencidas de interromper a gestação, recorrem aos serviços clandestinos de abortamento, freqüentemente em condições inseguras e com graves conseqüências para a saúde, incluindo-se a morte da mulher.*

*No plano internacional, as Conferências das Nações Unidas, das quais o Brasil é signatário, reconhecem a importância do problema no campo da saúde e da autodeterminação sexual e reprodutiva. Segundo a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, Viena (1993), "os direitos das mulheres e meninas são parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais".*

*No mesmo sentido, a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, Cairo (1994), e a Conferência Mundial sobre a Mulher, Beijing (1995), afirmam que os direitos reprodutivos são fundamentais para os direitos humanos. Incluem o direito de todo casal e indivíduo a ter controle e decisão sobre as questões relativas à sua sexualidade e reprodução, livres de coerção, discriminação e violência. Na conferência de Cairo, acrescenta-se que "em circunstâncias em que o aborto não é contra a lei, o sistema de saúde deve treinar e equipar os provedores de serviços de saúde e deve tomar outras medidas para assegurar-se de que tais abortos sejam seguros e acessíveis".*

*A importância específica dos serviços de saúde, dentro desse contexto, é destacada pela Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (ONU, 1979) e pela Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (OEA, 1994). A prevenção da gravidez não desejada, do abortamento e de suas conseqüências são de alta prioridade para profissionais de saúde. Às mulheres deve ser garantido o acesso à informação e orientação humana e solidária; ao abortamento previsto em lei; à atenção de qualidade em complicações derivadas de abortamentos; e ao planejamento reprodutivo pós-abortamento para, inclusive, evitar abortamentos repetidos (2005,p.41).*

Entretanto, salienta-se que nenhum médico é obrigado a realizar o aborto legal resultante de estupro, pois segundo o Código de Ética Médica, em seu capítulo I sobre os direitos fundamentais: "o médico deve exercer a profissão com ampla autonomia, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais a quem ele não deseje, salvo na ausência de outro médico, em casos de urgência, ou quando sua negativa possa trazer danos irreversíveis ao paciente."

Lins et al. (1988) referem que há uma lacuna de informações pela falta da educação sexual nas principais instituições em que os adolescentes convivem.

Destaca-se como equivocada também a idéia que os alunos, inclusive os prováveis formandos, apresentam a respeito da necessidade do consentimento do marido para a realização do aborto, sendo que 15,8% do grupo feminino e 24,6% do grupo masculino acreditam ser este um item necessário (Figura 6).

Estes dados podem ser resultado de um pensamento que o afastamento dos homens jamais é completo; de alguma forma influem e interagem nesse processo. A participação deles pode se dar pela busca de informação sobre meios e locais para realização do procedimento, pelo pagamento deste, pela presença junto à parceira no momento do abortamento e/ou oferecendo-lhe apoio e suporte emocional” (RAMIREZ-GALVEZ, 1999).

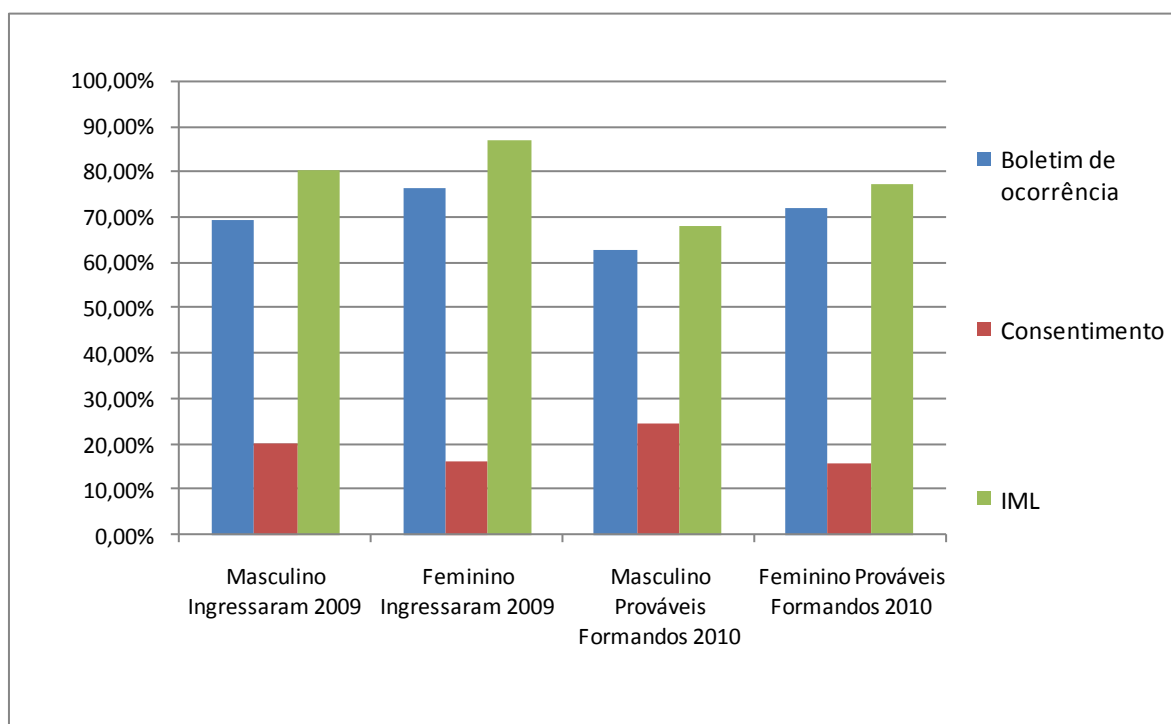


Figura 6- Opinião dos acadêmicos acerca dos documentos necessários para a realização do aborto

Os acadêmicos também responderam questões de múltipla escolha sobre e quais situações favoráveis ao aborto. Mais de 70% dos alunos, de ambos os sexos, que estavam ingressando na Universidade ou os prováveis formandos, concordam que o aborto deveria ser permitido nos casos de estupro. Além disso, os alunos defendem a possibilidade da realização de aborto quando existir risco de vida para a mãe, sendo que nessa alternativa houve diferença significativa entre os acadêmicos das áreas estudadas que estavam se formando (89,5% dos acadêmicos na área das humanas e 78,3% da área da saúde).

Mais de 67% dos acadêmicos entenderam que o aborto deveria ser permitido quando existir malformação do feto incompatível com a vida. Os entrevistados manifestaram uma postura frente ao aborto que poderia ser chamada de socialmente aceita, já que encontra respaldo cultural (RAMÍREZ-GÁLVEZ, 1999).

Observa-se diferença significativa nas opiniões dos diferentes sexos dos acadêmicos que ingressaram na Universidade em 2009, no que tange às questões de possibilidade de realização do aborto quando há risco de vida ou saúde para a mãe (gestante) e há malformação compatível com a vida. Em todas essas situações os estudantes do sexo masculino se mostram mais favoráveis à realização do aborto do que as mulheres. Já entre os prováveis formandos a única diferença significativa entre os sexos é evidenciada na questão referente à possibilidade de realização do aborto quando houver malformação do feto incompatível com a vida, sendo que as mulheres são favoráveis em 82,8%, enquanto somente 67,2% aprovam o aborto nesta situação (Figura 7).

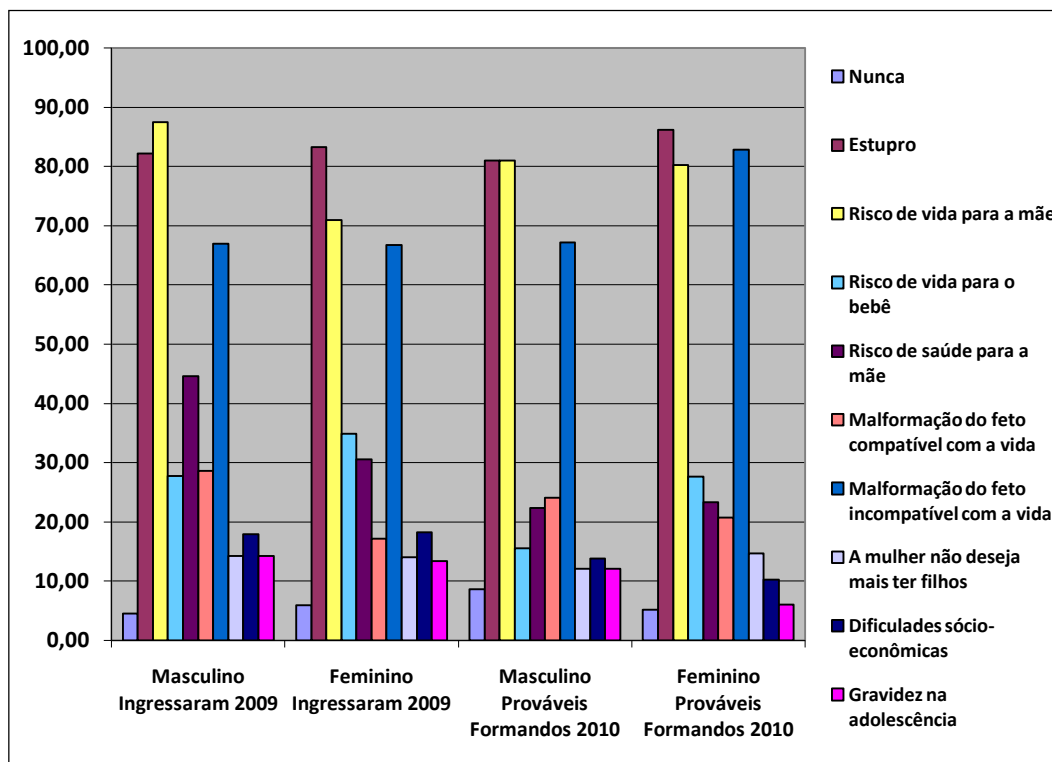


Figura 7- Situações em que o aborto deve ser permitido segundo a população masculina e feminina dos grupos questionados

A concepção acerca da realização do aborto difere entre homens e mulheres, já que a maioria das mulheres omite o fato de já ter realizado aborto, enquanto os homens têm menor dificuldade em declarar que a parceria realizou aborto, pois isto representa o reforço simbólico da sua fertilidade e masculinidade (MENEZES e AQUINO, 2009).

Além disso, normalmente, a mulher é responsabilizada pela gravidez, enquanto que os homens são eximidos de qualquer responsabilidade nesta questão. A ideia que predomina é a culpabilidade da mulher pela gravidez, mesmo nos casos de violência sexual ou risco de vida (ARAÚJO, 1998). Dessa forma, o aborto passa a ser considerado como única, ou pelo menos, mais imediata “solução” para a eventual gravidez.

Buscando conhecer a opinião dos acadêmicos acerca da necessidade de mudanças na lei do aborto, mais de 50% dos alunos ingressantes de ambas as áreas são favoráveis à mudança na legislação, assim como os acadêmicos prováveis formandos da área da saúde. Apenas a área das humanas, no que tange aos prováveis formandos menos da metade defende mudanças na lei que trata do aborto como crime. Porém, menos de 10% dos prováveis formandos da área da saúde e das humanas entendem que o aborto deve deixar de ser crime (Figura 8).

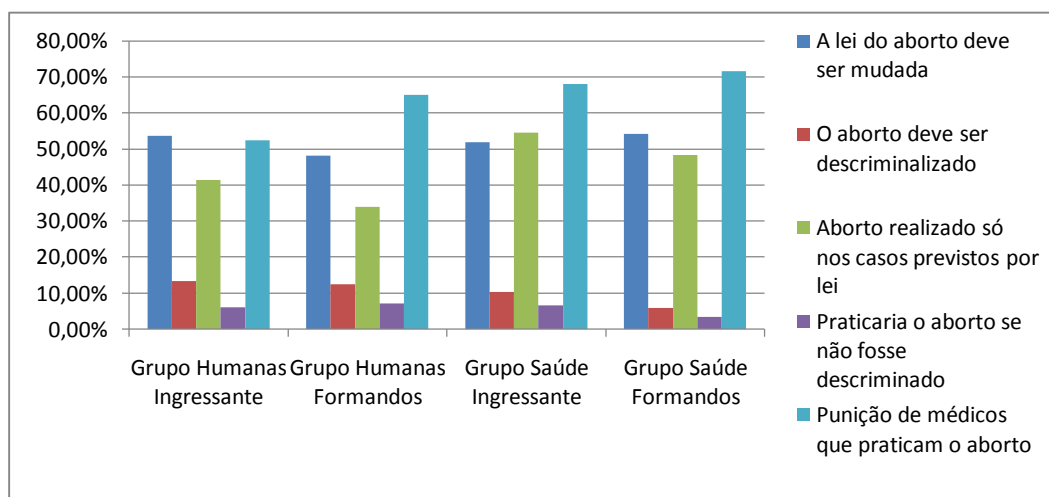


Figura 8: Opinião dos entrevistados acerca do aborto

Em pesquisa realizada por Loureiro e Vieira (2004), 66% médicos que trabalhavam nas salas de emergência de hospitais de Ribeirão Preto, em 2001 concordaram que deveriam ocorrer mudanças na lei que trata do aborto, ampliando os tipos de casos nela previstos, porém apenas 30% dessa população entenderam ser adequada a descriminalização do aborto.

Assim, observa-se que o aborto é um tema que gera discussões em várias populações e que estas acreditam que a legislação sobre o tema deva sofrer modificações frente ao contexto social atual. O aborto tem se tornado cada vez um tema público mais importante, o que pode ser compreendido de diversas formas como a maior capacidade da tecnologia médica de manutenção da vida extra-uterina em caso de recém-nascidos pré-termo e a crescente ênfase do discurso da autonomia nas sociedades ocidentais contemporâneas (MENEZES, 2004).

#### **4.4 Um instrumento no auxílio do processo ensino-aprendizagem**

A análise dos questionários respondidos pelos acadêmicos que participaram dos grupos focais, nos quais foram aplicados o jogo, demonstra que é necessário tratar sobre esse tema na escola, pois durante as discussões realizadas muitos alunos colocaram a inexistência de diálogo sobre o assunto em casa e no ambiente escolar. Os alunos enfatizam que, raramente, o tema é abordado pelos professores e, quando acontece, é de forma rápida e superficial.

O desenvolvimento de um tema transversal implica a necessidade do professor não apenas dominar o conteúdo programático da matéria que é responsável como exige dele habilidade para inserir esse tema, que foge da especificidade do habitual, no seu contexto educacional. O grande desafio é capacitar o professor para desenvolver um trabalho eficaz e esclarecedor sobre sexualidade na escola. Faz-se necessária o preparo dos professores, tornando-os bem informados e conscientes da importância de sua atuação na área (RIBEIRO, 1999).

Cabe salientar que a sexualidade faz parte do contexto escolar, o qual deve corrigir, enriquecer e ampliar o conhecimento dos educandos acerca do tema e também fazer um trabalho com a família e sociedade, na qual esse educando está inserido (CHAGAS, 1996). Para LOURO (2001), o aprendizado da educação sexual

deve ser feito nas escolas pela experiência com a leitura, uso de filmes, poesias e discussões interessantes que aguçam a imaginação e propiciem questões para refletir sobre o assunto.

Com relação à pergunta um: “Como você percebe o jogo para aprender sobre o aborto?” Você achou o jogo uma forma interessante para aprender sobre aborto?”, todos os acadêmicos afirmaram que a realização do jogo foi um instrumento muito interessante para aprender sobre o aborto. As respostas dos alunos evidenciam a aprovação do jogo como instrumento para trabalhar o aborto no processo ensino-aprendizagem (Quadro 4).

E1	E2	E3	E4	E5
Discute melhor o assunto.	O lúdico é a melhor forma de aprendizado.	Aprendemos mais, e isso até nos ajuda para que não façamos coisas erradas no futuro.	Debatemos sobre esse assunto de uma forma menos densa e cansativa.	Estimula o interesse sobre o assunto.

Quadro 4 – Opinião dos alunos acerca da importância do jogo como instrumento para aprender sobre aborto

Ao observar estas respostas percebe-se que os alunos encontraram, no jogo, uma forma diferente para aprender e responder suas dúvidas. Os alunos das escolas E1 e E4 usam termos (discutir, debatemos) mostrando que eles querem participar da aprendizagem e não apenas receber de forma unilateral o conteúdo.

Para Bock apud Kahhale (2001), a orientação sexual deve ser trabalhada no sentido de criar um espaço onde o adolescente possa se informar, tendo a percepção do próprio corpo, objetiva e subjetivamente, para tomar consciência de valores, normas, significações que são construídas pelo sujeito.

Este jogo pode ser aplicado pelo professor, pois para Gadotti (2003) e Roque (2005) o professor não precisa ser um especialista em Educação Sexual, mas apenas um profissional devidamente informado sobre a sexualidade humana que

reflita sobre ela, sendo capaz de criar contextos pedagógicos adequados e selecionar estratégias de informação, de reflexão e de debate de idéias, reciclar-se e atualizar seus conhecimentos de forma a ensinar a pensar, tornando-se mediador do conhecimento. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998, p.31) acrescentam que: “é necessário que o educador tenha acesso à formação específica para tratar de sexualidade e de aborto com crianças e jovens na escola, possibilitando a construção de uma postura profissional e consciente no trato desse tema”.

O aluno da E2 relaciona o uso do jogo ao lúdico e ao aprendizado de forma positiva. O jogo foi descrito por Huizinga (1971), no seu livro que é um clássico sobre o jogo, como um fenômeno que alguma coisa que transcende as necessidades imediatas da vida e confere um sentido à ação. O autor reconheceu o jogo como de natureza e significado cultural, porém admite que deve haver alguma espécie de finalidade biológica nessa atividade, sendo o jogo uma das principais bases da civilização, ou seja, é uma função de vida.

Desta forma, o uso do jogo proposto se apresenta como uma metodologia que abre espaço para a efetiva participação dos alunos, pois atividades diferenciais mudam a rotina na sala de aula e fazem com que o aluno interaja com o professor e colegas. Assim, há a necessidade de que a escola abra espaço para o diálogo, somente desta forma, temas polêmicos como aborto poderão ser discutidos e a aprendizagem acaba sendo consolidada de forma significativa e não apenas passageira.

O aluno da E3 enfatiza que o jogo permite que *aprendam mais e que não façam coisas erradas*. A resposta deste aluno mostra que, para ele, o aborto é algo errado, ou seja, ele traz para uma pré-concepção para a sala de aula que deve ser respeitada e trabalhada. Há casos em que o aborto é permitido por lei (quando decorrente de estupro ou risco de morte para a mãe) e este tópico deve ser abordado para que, nesses casos, a mulher possa ser amparada legalmente.

Na análise da questão dois “Como posso modificar esta proposta para que seus objetivos sejam melhores alcançados?” verificou-se que dezenove alunos não realizariam nenhuma alteração no instrumento, porém três alunos, todos da mesma escola, opinaram no sentido dos próprios alunos construírem as questões que farão parte do jogo, além da inclusão de ilustrações (Quadro 5).



E2	E3	E5
Os alunos deveriam elaborar as questões após uma pesquisa.	Aprofundando mais assuntos da vida real.	Acho que está perfeito, bem explicado. Todas as dúvidas são tiradas.

Quadro 5- Opinião dos alunos se deve ocorrer alguma mudança na elaboração e aplicação do jogo.

Um dos alunos da E2 coloca que as perguntas deveriam ser elaboradas por eles. Este fato é importante porque mostra que os estudantes desejam participar do desenvolvimento do trabalho. Também, pode-se concluir que as perguntas do jogo não contemplaram a totalidade das dúvidas deste aluno.

Neste sentido, verifica-se que os professores desenvolvem metodologias onde o aluno possa ser sujeito ativo em todos os momentos, desde a confecção do material até a aplicação e discussão do mesmo. Assim, o trabalho deve ser realizado de acordo com as necessidades dos alunos.

O diálogo é a ferramenta básica no processo de educar para a sexualidade. Há crianças e adolescentes que perguntam muito, outras nada interrogam e outras, ainda, precisam de um ambiente encorajador para levantar questões (MOIZÉS e BUENO, 2010).

Na questão três “Como você percebe o ensino sobre o aborto na escola?” todos os alunos reforçaram a necessidade de adequação e preparo dos professores para trabalhar o tema (Quadro 6).

E1	E2	E3	E4	E5
Ajuda a diminuir o índice de gravidez indesejada e os alunos de prevenirem.	Conscientiza as mulheres dos riscos desse procedimento.	Previne muitos casos de aborto, dando mais importância e respeito a outra vida que está sendo formada.	É importante para a vida da gente.	Importante porque muitos jovens têm cabeça fraca.

Quadro 6- Considerações dos alunos acerca da importância do desenvolvimento do tema aborto na escola.

Com base nas respostas percebe-se que os alunos buscam na educação escolar o ambiente propício para a abordagem do tema. O aluno da E1 associa o tema aborto com gravidez indesejada. Conforme Monteiro e Adesse (2006) o número estimado de abortos induzidos foi equivalente a 43% dos nascimentos vivos em 2005 mostrando que uma elevada proporção das gravidezes não foram desejadas levando estas mulheres a recorrer ao abortamento. Isto consolida também a ideia de que a anticoncepção no Brasil ainda não atingiu um volume suficiente para evitar a elevada proporção de gravidezes indesejáveis.

A temática relacionada à saúde da mulher fica evidente na fala do aluno da E2. O aborto provocado aumenta o risco de morte materna e, ao menos potencialmente, causa grave dano à saúde física e psíquica da mulher, podendo também afetar as subseqüentes gestações, aumentando o risco de prematuridade, gravidez ectópica, abortamento espontâneo, e baixo peso ao nascer (LEÃO JUNIOR et al, 2005; SCHOR, 1990).

O aluno da E3 cita o respeito à vida como fator a ser considerado. O direito à vida é o mais fundamental de todos os direitos, já que se constitui em pré-requisito à existência e exercício de todos os demais direitos (MORAES, 2002).

Os alunos das escolas 4 e 5 se referem a importância do tema como algo importante para a sua formação. O aluno da E5 coloca que os adolescentes são “cabeça fraca”. De acordo com Lopes (2008), na sala de aula o tema da sexualidade é, em geral, um tabu pelo menos nos discursos legitimados pelos/as professores/as ao trabalhar com a educação sexual esquecendo a multiplicidade de concepções e conseqüências sociopolíticas e culturais ao entender como dificuldade individualizada.

É evidente a importância do papel da educação em ciências na construção interdisciplinar na abordagem de temas como o aborto que contribuem na formação do cidadão. Tonatto e Sapiro (2002, p. 171) “entendem a interdisciplinaridade enquanto contribuição (...) para a busca de resoluções fundadas em raciocínio crítico e conhecimento na problematização dos temas referentes à sexualidade por parte dos adolescentes, de uma forma integrada e não alienada ao contexto em que vivem”.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação em ciências é um importante meio de contribuição na conscientização da sexualidade e no desenvolvimento de temas transversais como o aborto. Acredita-se que a pesquisa seja um caminho para a construção do conhecimento objetivando um ensino crítico, esclarecedor e reflexivo acerca do aborto visando a formação do aluno como cidadão.

O desenvolvimento do Ensino de Ciências deve favorecer uma aprendizagem comprometida com as dimensões sociais, políticas e econômicas que permeiam as relações entre ciência, tecnologia e sociedade. Assim, conhecer a sociedade, na qual o educador atua facilita o processo ensino-aprendizagem. Com este intuito, esta pesquisa visou conhecer as concepções sobre aborto de uma parcela importante da população da nossa sociedade incluindo educadores a nível fundamental e alunos do ensino médio, além de acadêmicos que estavam ingressando no ensino superior e prováveis formandos, todos de instituições públicas de ensino, além de uma análise do tema aborto nos livros didáticos utilizados a nível médio a fim de colaborar no processo de aprendizagem.

Salienta-se que é importante trabalhar sexualidade de forma mais ampla na escola utilizando a multi, a inter e a transdisciplinaridade, considerando as dimensões biológica, psicológica, social, contribuindo para o fortalecimento da auto-estima e da identidade pessoal (BUENO, 2001; RENA, 2007).

Neste sentido, a educação pode contribuir informando as adolescentes sobre as hipóteses que o aborto é legal no Brasil, assim como na conscientização dos jovens em relação aos perigos da realização de abortos, principalmente os realizados clandestinamente.

Observa-se que a utilização do aborto entre a população de adolescentes, como um dos métodos anticoncepcionais e a solução para a ocorrência de uma gravidez indesejada, pode ocorrer devido ao pouco preparo dos educadores de ensino fundamental para tratarem este assunto em sala de aula e da grande lacuna nas bibliografias utilizadas no meio acadêmico a nível médio.

Neste sentido, a temática da gravidez na adolescência possui relevante importância na educação sexual e na prevenção de fatores de riscos relacionados à prática da sexualidade sem conhecimentos. Se a meta é educar, informar, ou ainda,

formar, a escola destaca-se, entre os grupos de referências, por ser esta a sua função precípua (SAITO et al., 2000).

Dessa forma, acredita-se que o ensino da sexualidade precisa ser repensado e recontextualizado, assim como o desenvolvimento do tema aborto em todos os níveis de ensino e o suporte aos profissionais na contextualização e atualização desse tema são essenciais na formação de um cidadão crítico e consciente. A utilização de uma forma lúdica como o jogo pode favorecer o desenvolvimento do tema transversal aborto contribuindo para uma reflexão mais crítica acerca do tema, pois a ausência de interação entre educação e comportamento sexual, expõe as adolescentes a uma série de graves conseqüências.

O jogo pode ser realizado em diferentes disciplinas como: a matemática, biologia, química e física. Por exemplo: nas aulas de matemática, as questões podem lastrear dados que o educador pode trabalhar no desenvolvimento do conteúdo específico do conteúdo como operações de adição, subtração, divisão e multiplicação, trabalho com gráficos, números ordinais, além de outros assuntos. Já, nas aulas de biologia, o jogo do aborto pode contribuir no estudo do corpo humano e genética.

O jogo objetiva estimular a interdisciplinaridade na abordagem do tema aborto. Além disso, esta pesquisa procurou transferir o conhecimento produzido à sala de aula contribuindo na discussão/aprendizagem do aborto e na formação do cidadão. Neste sentido, o jogo construído visou produzir conhecimento respeitando o contexto epistemológico e teórico, além de contribuir na construção metodológica.

O jogo contribui na elaboração de uma abordagem pedagógica que colabora na prática educativa do tema aborto colaborando para um ensino que permeia as relações entre a sociedade, ciências e tecnologia visando um ensino crítico-reflexivo acerca do tema favorecendo a compreensão e conscientização da relevância do estudo de um grave problema de saúde pública- o aborto e suas implicações para a qualidade de vida da população adolescente.

Esta pesquisa também demonstra a necessidade do Estado proporcionar aos educadores, de todos os níveis de ensino, possibilidades didáticas que permitam aos mesmos entender e trabalhar temas na educação em ciências que visem desenvolver uma maneira diferente de pensar do jovem, visto que o processo de

aprendizagem deve envolver questões de socialização buscando a construção de um ser humano com opinião própria e capaz de perceber a realidade que o cerca.

Assim, através de diversas ações, pode-se ter a educação em ciências como um meio que contribua para que o aborto deixe de ser um tabu e um tema pouco desenvolvido no sistema educacional brasileiro e, possa contribuir na extinção/diminuição do aborto como um grave problema de saúde pública refletindo em melhores condições de vida para a mulher e diminuição dos gastos públicos com as conseqüências resultantes do aborto. Então, a Educação em Ciências deve servir como um meio de aprendizagem que vai além das propostas pedagógicas, pois deve contemplar a aproximação dos aspectos científicos com a realidade social. Deve fazer parte de um ensino crítico e contextualizado com o cotidiano exercitando a percepção do aluno sobre o aborto, problematizando e refletindo sobre o mesmo e, assim proporcionar uma melhora educacional acerca do tema oportunizando uma educação de qualidade.

## 6. PERSPECTIVAS E SUGESTÕES

Esta pesquisa pretende proporcionar a comunidade acadêmica informações e instrumento a fim de facilitar a abordagem do tema aborto aos alunos visando a (re) construção de conhecimentos e maior autonomia na aprendizagem contribuindo na pesquisa e extensão.

O objeto de estudo desta pesquisa visa colaborar na construção de uma reflexão crítica acerca do tema aborto frente a educação em ciências, no qual a interdisciplinaridade desempenha papel relevante na formação do cidadão.

Sugiro que os professores dêem continuidade a seus estudos, participando de cursos de pós-graduação, buscando-se cada vez mais, docentes qualificados e com competências direcionadas à inovação, à criatividade, ao raciocínio e ao trabalho interdisciplinar, pois para que o professor tenha condições de oferecer ao aluno suporte educacional, o próprio docente precisa e necessita ser instrumentalizado.

Neste sentido, espera-se que os dados e o instrumento elaborado com base nos estudos prévios desta pesquisa contribuam para o efetivo sucesso na abordagem do tema transversal aborto a fim de fornecer ao aluno uma oportunidade para (re) elaborar seus conceitos, edificando conhecimentos, e fazer uso ou ser estimulado a desenvolver autonomia.

Como continuidade dos estudos, sugiro que a experiência seja realizada com outros grupos de professores e acadêmicos, segundo a mesma metodologia, para se avaliar se há ou não diferença de entendimentos acerca do aborto de um grupo para outro. A aplicação do jogo para outras turmas de ensino médio, a fim de a manutenção dos resultados para alunos diferentes submetidos à mesma metodologia.

Indico que os alunos que participarem dessa experiência de aprendizagem sejam avaliados até o término do curso, para a comparação do significado da aprendizagem em termos de permanência e importância, e também para se verificar mudança ou não de comportamento, gerados pela autonomia e construção de conhecimentos, os quais teriam sido impulsionados ou gerados pela pesquisa.

Proponho que pesquisas posteriores sejam conduzidas envolvendo alunos participantes de diferentes comunidades com localizações diversas como outro estado brasileiro, comparando-os com os jovens cujo estudo já foi aplicado verificando construção de conhecimentos a fim de colaborar no planejamento, replanejamento e avaliação do processo de ensino e aprendizagem de uma forma mais dinâmica, onde o professor seja um mediador e os alunos sujeitos ativos dentro desse processo.

## Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, M. (Org.). **Escola e violência**. Brasília: UNESCO, UCB, Observatório de Violências nas Escolas, 2002.

ABRAMOVAY, M., CASTRO, M. G. **Ensino médio: múltiplas vozes**. Brasília : UNESCO, MEC, 2003.

ALFRADIQUE, E. Direito à vida: aborto- estupro- feto anencefálico. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, n.22, agost.2005.  
Disponível em: < [http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=448](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=448)>. Acesso em 27 de abril 2011.

ALVERMANN, D.; HINCHMAN, K. El uso de los libros de texto por los docentes de ciencias: estudios sobre tres casos. In Santa, C. & Alvermann, D. (Org.). **Una Didáctica de las ciencias – procesos y aplicaciones**. Capital Federal: Aique Didáctica, 1994, 177-192.

ALTMANN, H. **A constituição da sexualidade na escola**. In: X ENDIPE. Rio de Janeiro, 2000.

APPROBATO, M. S. et al. O Misoprostol na Gestação. **Femina**, [S.l.], v. 30,n.5, p. 293-295, 2002.

ARAÚJO M.J. Implantação dos serviços legais na perspectivas dos direitos reprodutivos. In: BATISTA C, LARANJEIRA M (Orgs). **Aborto: desafios da legalidade**. Recife: Sos corpo; 1998.

ARRUDA, V.G. da SILVA. **Célula-tronco: corpo, espírito, técnica e política**. 2009.99f. Dissertação (Mestrado em Filosofia do Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BARALDI, A.C.P et al. Gravidez na adolescência: estudo comparativo das usuárias das maternidades públicas e privadas. **Rev Latino-americana de Enfermagem**. V.15, p.1-7, set/out 2007.

BARBETTA, P. A. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**. Florianópolis: UFSC, 2000, 2v.



BARCHIFONTAINE, C. P. **Em defesa da vida humana**. 15ªed. São Paulo: Loyola, 1999.

BARRETO, M.M. **Matemática e Educação Sexual**: modelagem do fenômeno da absorção/eliminação de anticoncepcionais orais diários. 2007. 216f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Ensino de Matemática) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

BARROSO, C.; BRUSCHINI, C. **Sexo e juventude: como discutir a sexualidade em casa e na escola**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

BECKER, D. **O que é adolescência**. 10.ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BRANDÃO, E.R; HEILBORN, M.L. Sexualidade e gravidez na adolescência entre jovens de camadas médias do Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, jul 2006, vol.22, n.7, p.1421-1430. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/csp/v22n7/07.pdf>>. Acesso em: 12 de jan 2010.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº9394, 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília, 1997a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília, 1997b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quatro ciclos. Apresentação dos temas transversais. Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Assistência à mulher com abortamento e no pós-aborto. **Parto, aborto e puerpério**: assistência humanizada à mulher. Brasília, 2001. p. 145-157. Disponível em:<<http://dtr2001.saude.gov.br/editora/produtos/livros/genero/livros.html#p>>. Acesso em 21 março 2007

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. **PCN+ Ensino Médio**: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais – Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias. Brasília: MEC/Semtec, 2002a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Planejamento familiar**: manual para o gestor. 1ed.Brasília, 2002b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica Saúde da Mulher. **Norma Técnica- Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes**. 2.ed. Brasília, 2005a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Atenção humanizada ao abortamento: norma técnica**. Brasília, 2005b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Marco teórico e referencial: saúde sexual e saúde reprodutiva de adolescentes e jovens**. Brasília; 2006.

\_\_\_\_\_. **Código Penal**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2007a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Painel de Indicadores do SUS- Temático Saúde da Mulher**. Brasília, v.1, 2007b.

Disponível em:

<[http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/painel\\_tematico\\_saude\\_da\\_mulher\\_2.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/painel_tematico_saude_da_mulher_2.pdf)>. Acesso em 7 de abril 2010.

\_\_\_\_\_. **Datasus**. Sistema de informações de saúde (SIS). 2008a. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtmexe?sim/cnv/matuf.def>>. Acesso em 24 de janeiro de 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Biologia: catálogo do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio**. Brasília, 2008b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Magnitude do Aborto no Brasil. Aspectos Epidemiológicos e Sócio-Culturais. Abortamento Previsto em lei em situações de violência sexual**. Brasília, 2008c.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Rede Interagencial de Informações para a Saúde (RIPSA). **Indicadores de mortalidade: razão de mortalidade materna**. 2008d. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2008/C03b.htm>. Acesso em: 23 de fev. 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio**. Brasília, 2009a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. **Aborto e Saúde Pública: 20 anos de Pesquisas no Brasil**. Brasília, 2009b. Disponível em:

<[http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/aborto\\_e\\_saude\\_publica\\_vs\\_preliminar.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/aborto_e_saude_publica_vs_preliminar.pdf)>. Acesso em 10 de outubro de 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Desenvolvimento do Milênio – Relatório Nacional de Acompanhamento**. Brasília, 2010. Disponível em: <[http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/relatorio\\_acompanhamento\\_odm5\\_220910.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/relatorio_acompanhamento_odm5_220910.pdf)>. Acesso em 7 de abril de 2010.

BUENO, S.M.V. **Educação preventiva em sexualidade, DST, Aids e drogas nas escolas** (tese livre-docência). 2001.236 f. (Tese de Livre Docência) - Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2001.

CABRAL, C. S. Contracepção e gravidez na adolescência na perspectiva de jovens pais de uma comunidade favelada do Rio de Janeiro. **Cadernos de Saúde Pública**. v.19, n.2,p. 283-92, 2003.

CANAVAL, E.G.E. et al Salud de los adolescentes y regulación de la fecundidad. **Invest Educ Enferm.**, v.24, n.1, p.26-35, 2006.

CANAVARRO, M. C.; PEREIRA, A. I. **Gravidez e maternidade na adolescência: perspectivas teóricas**. In M. C. CANAVARRO (Ed.), *Psicologia da gravidez e da maternidade*. Coimbra: Quarteto. 2001, 323-55.

CANO, M. A. T; FERRIANI, M. G. C; GOMES, R. Sexualidade na adolescência: um estudo bibliográfico. **Rev. Latino-americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 2, 2000.

CARDOSO, C. P; COCCO, M. I. M. Projeto de vida de um grupo de adolescentes à luz de Paulo Freire. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 11, n. 6, p. 778-785, 2003.

CASAGRANDE, G. L; MAESTRELLI, S. R. P. **A Genética Humana no Livro Didático de Biologia**. 2006.121f. Dissertação (Mestrado em Educação Científica e Tecnológica) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

CHAGAS, E.R.C. Educação Sexual: Reflexões e Proposta. In **Revista Educação**, Porto Alegre, n. 30, p.137-154, 1996.

CHAVES, J.H.B; PESSINI L, B. A.F.S; NUNES, R. Abortamento provocado e o uso de contraceptivos em adolescentes. **Revista Brasileira de Clínica Médica**, n.8, p. 94-100, 2010.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.

COELHO, C. A.S., JUNIOR, J. J. J. **Manual técnico-operacional para os Médicos-Legistas do Estado de São Paulo**. São Paulo: CREMESP, 2008.

CORRÊA, S; JANUZZI, P. de M.; ALVES, J.E.D. **Direitos e saúde sexual e reprodutiva: marco teórico-conceitual e sistema de indicadores**. Rio de Janeiro, set. 2003. Disponível em: <[http://www.abep.org.br/fotos/Dir\\_Sau\\_Rep.pdf](http://www.abep.org.br/fotos/Dir_Sau_Rep.pdf)>. Acesso em 20 março 2011.

DANTAS, T.M. et al. Educação em saúde como ferramenta na saúde sexual do adolescente. **Cadernos de Cultura e Ciência**, v. 1, n. 1, 2010.

DAVINI, A. et al, **Aborto**, São Paulo: Mackenzie, 2005.

DINIZ, D. et al. Aborto: 20 anos de pesquisas no Brasil. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v.25, n.4, p.939-942, abr. 2009.

DRIVER, R. et al. Constructing scientific knowledge in the classroom. **Educational Researcher**, v. 23, p. 5, 1994.

DUARTE, M. C. Investigação em ensino das ciências: influências ao nível dos manuais escolares. **Revista Portuguesa de Educação**, v.12, n.2, p. 227-248. 1999.

FÁVERO, F. **Medicina Legal**. 12.ed. Belo Horizonte: Vila Rica, 1991.

FARIAS JÚNIOR, J.C. et al. Comportamentos de Risco à Saúde em adolescentes no Sul do Brasil: prevalência e fatores associados. **Rev. Panam. Salud Pública**. v. 25, p. 34-52, 2009.

FERREIRA, A.B.H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1975.

FIGUEIREDO, B. et al. Ser jovem e ser mãe: um programa de intervenção psicológica para mães adolescentes. In J. Ribeiro, I. Leal, e M. Dias (Eds.), **Actas do 3º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde**. Lisboa: ISPA, 2000, p.11-26.

FIGUEIREDO, B. Maternidade na adolescência: do risco a prevenção. **Rev Portug Psicossom**, v.3, n.2, p.221-37, 2001.

FOUCAULT, M.A. **A história da sexualidade 1. A vontade de saber**. 12 ed. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Grall, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Glossário em Biossegurança**. 2011. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/glossario/Glossario.htm>>. Acesso em 20 março 2011.

FUKUNISHI, F. Aborto - da mistificação à realidade do 3º mundo. **Artigos Jurídicos**, 2007. Disponível em: <<http://www.forumjuridico.org/topic/4335-aborto-da-mistificacao-a-realidade-do-3-mundo/>>. Acesso em 3 fevereiro 2011.

GADOTTI, M. **Boniteza de um sonho: ensinar e aprender com sentido**. São Paulo: Instituto Paulo Freire; 2003. Disponível em: [http://www.paulofreire.org/Moacir\\_Gadotti/Livros/gadotti\\_livros\\_boniteza.htm](http://www.paulofreire.org/Moacir_Gadotti/Livros/gadotti_livros_boniteza.htm). Acesso em: 17 de jun 2007.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005.

GONDIM, S. **Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos**. Paidéia, 2003.

HUIZINGA, J. **Homo ludens: o jogo como elemento da cultura**. São Paulo: USP, 1971.

HUSSEINI, M. M. G. **Sobre a utilização de fetos humanos mortos em pesquisas científicas**. Jus Navigandi, Teresina, ano 9, n. 372, 14 jul. 2004. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/5451>>. Acesso em: 21 maio 2011.

INSTITUTE ALAN GUTTMACHER. **Aborto clandestino**: uma realidade latinoamericana. Nova Iorque: Alan Guttmacher Institute, 1994.

JACARD, J.; DODGE, T.; DITTUS, P. Do adolescents want to avoid pregnancy? Attitudes toward pregnancy as predictors of pregnancy. **J. Adolescent Health**, v. 33, n.2, p.79-83, 2003.

JIMÉNEZ-ALEIXANDRE, M.P. **Dubidar para Aprender**. Vigo:Xerais, 1996.

JUNIOR, N. N.; NERY, R. M. A. **Código Civil Anotado e Legislação Extravagante**. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

JUNIOR, N.F. **Representações de prevenção à gravidez precoce e DST em adolescentes**. 2004. 149f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, 2004.

KARDEC, A. **O livro dos Espíritos**. 3ª ed. São Paulo: Opus, 1982.

KAHHALE, E.M.P. **Subsídios para reflexão sobre sexualidade na adolescência**. In: Furtado O. (Org.). *Psicologia Sócio-histórica*. São Paulo: Cortez; 2001.

LEÃO JUNIOR, P. S. M.; PRAXEDES, H; BRANDÃO, D. da S. **Aborto**: argumentos e números inconsistentes. Rio de Janeiro, 2005.

LEOPARDI, M.T. **Metodologia da pesquisa na saúde**. Santa Maria: Pallotti; 2001.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez,1994.

LINS, L.C.S; PEREIRA, E.M.D.R; LIRA, I.V. Como anda a educação sexual dos jovens. **Rev Bras Enferm**, v.41, n.2, p.121-131, 1988.

LOPES, L. P. M. Sexualidades em sala de aula: discurso, desejo e teoria queer. In: MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Org.). **Multiculturalismo**: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LOUREIRO, D.C; VIEIRA, E.M. Aborto: conhecimento e opinião de médicos dos serviços de emergência de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil, sobre aspectos éticos e legais. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.20, n.3, may/June, 2004.

LOURO, G.L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica; 2001.

LUCATO, M.C. **O conceito da “pessoa humana” no âmbito da bioética brasileira**. 2009. 236f. (Tese de Doutorado). São Paulo: Faculdade de Odontologia da USP, 2009.

LUDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MATIELO, F. Z. **Aborto e o Direito Penal**. 3.ed. Porto Alegre: Sagra-DC Luzzatto editores. 1996.

MENEZES, G; AQUINO, E.M. Pesquisa sobre o aborto no Brasil: avanços e desafios para o campo da saúde coletiva. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 25 (Supl. 2),p.S193-S204, 2009.

MENEZES, R.A. **Em busca da boa morte**: antropologia dos cuidados paliativos. Rio de Janeiro: Garamond/Fiocruz, 2004.

MIRABETE, J. F. **Manual de Direito Penal II**. 24.ed. São Paulo: Atlas S.A., 2006.

MOIZÉS, J.S; BUENO, S.M.V. Compreensão sobre sexualidade e sexo nas escolas segundo professores do ensino fundamental. **Rev. Esc. Enferm USP**, v. 44, n.1, p.205-12, 2010.

MOORE, K.L. **Embriologia Básica**. 7.ed. São Paulo: Elsevier, 2008.

MONTEIRO, M.F.G; ADESSE, A. **Estimativas de aborto induzido no Brasil e Grandes Regiões (1992-2005)**. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu - MG –Brasil, de 18 - 22 de Setembro de 2006.

MORAES, A. de. **Direito Constitucional**. 13.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MORAIS, L.R. A legislação sobre o aborto e seu impacto na saúde da mulher. **Senatus**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 50-58, maio 2008.

MOREIRA, M.A. Aprendizaje significativo crítico. **Indivisa Boletín de Estudios e Investigación**, Madrid, v. 6, n. 5, p. 82-102, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v42n2/a14.pdf>> Acesso em 20 de abril 2011.

NANNI, R.A. A natureza do conhecimento científico e a experimentação no ensino de ciências. **Revista Eletrônica de Ciências**, n. 26, maio, 2004. Disponível em: <[http://www.cdcc.sc.usp.br/ciencia/artigos/art\\_26/natureza.html](http://www.cdcc.sc.usp.br/ciencia/artigos/art_26/natureza.html)>. Acesso em julho 2010.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa - características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**. São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 2. sem. 1996.

NUNES, R; MELO, H. A Ética e o direito no início da vida humana. **O embrião e o direito**. Coimbra: Gráfica Coimbra Ltda; 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Prevenção de abortos inseguros**. Genebra: OMS, 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Abortion**: a tabulation of available information. Genebra: OMS, 1998.

PALAZZANI, L. **Il concetto di persona umana tra bioética e diritto**. Torino: G. Giapichelli Editore, 1996.

PAULA, I.C. **Dignità e vita umana: due concetti fondamentali dell'ética medica**. Med Morale, 1995.

PINTO, L.F. A (des)educação sexual na televisão. Salvador: **Revista da FAEEBA**, n.3, jan/dez 1994.

PITANGHY, J; COSTA, L; ROMANI, A. Indicadores de saúde reprodutiva na América Latina e no Caribe. **CEPAL - Serie mujer y desarrollo 103**. Santiago do Chile: Nações Unidas, 2010.



POSENER, H. **A vida do embrião e o aborto.** Webartigos. São Paulo, jan.2011. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/57716/1/O-DIREITO-A-VIDA-DO-EMBRIAO-E-O-ABORTO/pagina1.html>> Acesso em: 19 maio 2011.

RAMÍREZ-GÁLVEZ, M.C. **Os impasses do corpo: ausências e preeminências de homens e mulheres no caso do aborto voluntário.** 1999. 157f.Dissertação. (Mestrado em Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Campinas, 1999.

RAMOS, D.L.P. **Fundamentos e princípios da bioética.** Notandun, v.9, 2002. Disponível em: <[www.hottopos.com/notand9/dalton.htm](http://www.hottopos.com/notand9/dalton.htm)>. Acesso em: 19 maio 2011.

RAMOS, D.L.P; JUNQUEIRA, C.R. Bioética- conceito, contexto cultural e princípios. In: RAMOS, D.L.P. **Bioética, pessoa e vida.** São Caetano do Sul: Difusão, 2009.

REDE FEMINISTA DE SAÚDE. **Campanha pela despenalização do aborto na América Latina e no Caribe.** Belo Horizonte: Rede Feminista de Saúde, 2003.

REGIS, A.H. de P. Início da vida humana e da personalidade jurídica: questões à luz da Bioética. **Jus Navigandi.** Teresina, v. 9, n. 617, 17 mar. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6462>>. Acesso em: 15 janeiro. 2011.

RENA, L.C.B. **Educação em saúde: construindo uma pedagogia do cuidado na Escola Pública.** In: Anais do 1º Congresso Internacional de Pedagogia Social; 2006; São Paulo, BR. São Paulo: Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC000000092006000100029&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000092006000100029&lng=en&nrm=abn)>. Acesso em: 3 agosto 2007.

REZENDE, J.D. **Obstetrícia.** 10.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

RIBEIRO, P; SILVEIRA DE SOUZA, N.G; SOUZA, D.O. Sexualidade na sala de aula: pedagogias escolares de professoras das séries iniciais do Ensino Fundamental. **Estudos Feministas.** Florianópolis, v.12, n.1, p. 360, janeiro-abril/2004.

RIBEIRO, M. **O prazer e o pensar:** orientação sexual para educadores e profissionais de saúde. São Paulo: Gente, 1999, v.2.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul. **8ª Coordenadoria Regional de Educação de Santa Maria**. Santa Maria, 2010.

ROCHA, M.I.B da. **Aborto no Brasil e países do Cone Sul**: panorama da situação e dos estudos acadêmicos. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2009.

ROCHA M.L; LISBOA K.O; GIUGLIANI E.R.J. **Planejamento familiar**. In: Duncan BB, Schimidt MI, Giugliani ERJ, editores. Medicina ambulatorial: condutas clínicas em atenção primária. Porto Alegre: Artes Médicas; 1996.

RODRIGUEZ, N.G.M. Sexualidade: uma discussão com pais, alunos e professores da 7ª série da escola Albert Einstein de Jaciara sobre o Tema Transversal Sexualidade. **Revista científica eletrônica de ciências sociais aplicadas da EDUVALE**. Jaciara, n. 05, out. 2010.

ROQUE, F. **Educação sexual**. Lisboa, 2005. Disponível em: <http://profviseu.com/pessoal/FRoque/EduSexual/>. Acesso em: 23 maio 2011.

SABROZA, A. R. et al. Perfil socio- demográfico e psicossocial de puerperas adolescentes do município do Rio de Janeiro, Brasil – 1999-2001. **Cadernos de Saúde Pública**, v.20, n. 1, p.112-20, 2004.

SAITO, M.I; LEAL, M.M. Adolescência e contracepção de emergência: Fórum 2005. **Revista Paulista de Pediatria**, v.25, p. 180-6, 2007.

SAITO, M.I. et al. Educação sexual na escola. **Revista Pediatria**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 44-48, 2000.

SALLA, L.F.; QUINTANA, A.M. A sexualidade enquanto tema transversal: educadores e suas representações. **Cadernos de Educação Especial**, n.19, 2002.

SANDI, S.F. e BRAZ, M. As mulheres brasileiras e o aborto: uma abordagem bioética na saúde pública. **Revista Bioética**. Brasília, v.18, n.1, p. 131 -153, 2010.

SANTOS, A.LD.; ROSENBERG, C.P; BURALLI, K.O. Histórias de perdas fetais contadas por mulheres: estudo de análise qualitativa. **Rev Saude Publica**, v.38, n.2, p.268-276, 2004.

SANTOS, M.A. dos. **Orientação Sexual no 1º E 2º ciclos do Ensino Fundamental: uma realidade distante?** 2001. 60f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2001.

SANTOS, M. E. **Mudança Conceptual na Sala de Aula. Um desafio pedagógico epistemologicamente fundamentado.** Lisboa: Livros Horizonte, 1998.

SANTOS JÚNIOR, J. D. Fatores etiológicos relacionados à gravidez na adolescência: vulnerabilidade à maternidade. In: SCHOR, N. et al. (orgs.). **Cadernos juventude, saúde e desenvolvimento.** Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, v. 1, 1999.

SAYÃO, Y. **Orientação Sexual na escola: os territórios possíveis e necessários.** In: AQUINO, J. G.(org.). Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997.

SCHOR, N. **Adolescência e Anticoncepção: Conhecimento e Uso.** 1995. (Tese de Livre Docência) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

\_\_\_\_\_. Investigação sobre ocorrência de aborto em pacientes de hospital de centro urbano do Estado de São Paulo, Brasil. **Rev. Saúde Pública**, vol.24, n.2, p.144-151, abr. 1990.

SGRECCIA, E. **Manuale di bioética I: Fondamenti ed ética biomédica.** Milano: Vita e Pensiero, 2007.

\_\_\_\_\_. **Manuale di bioética II: fundamentos e ética biomédica.** 2.ed. São Paulo: Loyola, 2002.

SILVA, J. A. da. **Curso de Direito Constitucional.** 9.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1992.

SILVA, R.S, VIEIRA, E.M. Aborto provocado: sua dimensão e características entre mulheres solteiras e casadas da cidade de São Paulo, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.25, n.1, p.179-187, jan, 2009.

SILVA, I. de O; SIQUEIRA, V.H.F. de; ROCHA, G.W. de F. Educação sexual e gravidez de adolescentes: significados construídos por docentes do curso de

formação de professores em uma escola pública do Rio de Janeiro, Brasil. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciências**. v.8, n.1, p.216-231, 2009.

SOARES, C.B; JACOBI, P.R. Adolescentes, drogas e AIDS: avaliação de um programa de prevenção escolar. **Cadernos de Pesquisa**, n.109, p. 213-237, março/2000.

SOUZA, V.L.C. et al. O aborto entre adolescentes. **Rev Latino-am Enfermagem**,v. 9, n.2, p. 42-7, 2001.

SPINDOLA, T., SILVA, L.F.F. Perfil epidemiológico de adolescentes atendidas no pré-natal de um hospital universitário. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v.13, n.1, p.99-107, jan/mar 2009.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI 3510**. Disponível em: < [http://www.stf.gov.br/processos/processo.asp?PROCESSO=3510&CLASSE=ADI&ORIGEM=AP&RECURSO=0&TIP\\_JULGAMENTO=M](http://www.stf.gov.br/processos/processo.asp?PROCESSO=3510&CLASSE=ADI&ORIGEM=AP&RECURSO=0&TIP_JULGAMENTO=M)>. Acesso em: 28 jun. 2005.

TALENTO, B. **Mudança na lei do aborto é decisão do governo, diz ministra**. Disponível em: < <http://www.forum.direitos.org.br/?q=node/print/2291>>. Acesso em: 16 jun.2005.

TONATTO, S.; SAPIRO, C. M. Os Novos Parâmetros Curriculares das Escolas Brasileiras e Educação Sexual: uma proposta de intervenção em ciências. **Psicologia & Sociedade**, n. 14, v.2, p. 163-175, jul./dez.2002.

VIEIRA, E.M.V. A questão do aborto no Brasil. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**. Rio de Janeiro, v. 32, n.3, p.103-4, 2010.

VIEIRA, E.M.; CORDEIRO, L.D; MONTEIRO, R.A. A mulher em idade fértil no Brasil: evolução da mortalidade e da internação por aborto. In: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Saúde Brasil 2007: uma análise da situação de saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde;p. 143-82, 2008.

VIEIRA, L. M. et al. Abortamento na adolescência: um estudo epidemiológico. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.12 n5. Rio de Janeiro Sept./Oct. 2007

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre a anticoncepção na adolescência no Brasil. **Rev.Bras. Saúde Mater. Infant.**, Recife, v. 6, n.1, mar. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbsmi/v6n1/a16v6n1> >.Acesso em: 25 março 2009.

VILLALOBOS, V.M. **Los derechos económicos, sociales y culturales: El derecho a La educación de lãs niñas.** Relatório Especial, Comissão de Direitos Humanos, 2006.

WERTHEIN, J. **Juventude aponta novos rumos para políticas de juventude.** Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 10 abr.2004. Disponível em: <<http://br.dir.groups.yahoo.com/group/jpsdbcapital/message/4634>>. Acesso em: 30 maio 2010.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Unsafe abortion: global and regional estimates of the incidence of unsafe abortion and associated mortality in 2000.** 4 ed. Geneva; 2004. Disponível em: <[http://www.who.int/reproductivehealth/publications/unsafe\\_abortion\\_estimates\\_04/estimates.pdf](http://www.who.int/reproductivehealth/publications/unsafe_abortion_estimates_04/estimates.pdf)>. Acesso em 26 fev. 2010.

YUS, R. **Temas transversais em busca de uma nova escola.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

# **ANEXOS**

Os estudos realizados deram origem a artigos e trabalhos apresentados em eventos, os quais são apresentados nos anexos:

**ANEXO A – Resumo publicado nos Anais da 24ª Jornada Acadêmica Integrada da Universidade Federal de Santa Maria**



# Anais 24<sup>a</sup> JAI

[Início](#) [Trabalhos](#)

---

## ABORTO: A PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA.

ALESSANDRA SCHERER LORENZONI<sup>1</sup>, IJONI HILDA COSTABEBER<sup>2</sup>, CRISTIANE KOHLER CARPILOVSKY<sup>3</sup>, FELIX ALEXANDRE ANTUNES SOARES<sup>3</sup>

### Objetivos

O aborto representa um grave problema de saúde pública e de justiça social relacionado à educação. Enfrentar com seriedade esse fenômeno significa entendê-lo como uma questão educacional, de cuidados em saúde e direitos humanos, já que o aborto é considerado uma das principais causas de mortalidade materna, além de inúmeras mulheres vítimas das seqüelas relacionadas com o ato abortivo. Assim, esta pesquisa visa realizar um estudo comparativo do entendimento de alunos das áreas humanas e da saúde em nível de educação superior quanto às questões referentes ao aborto tentando encontrar pontos em comum e pontos discordantes. Pretende, também, analisar as concepções encontradas através dos instrumentos aplicados aos acadêmicos, frente aos aspectos legais e bioéticos atuais, objetivando a construção de material didático para ser utilizado na abordagem do tema tanto na graduação como no ensino médio e fundamental.

### Metodologia

O presente estudo trata de uma pesquisa transversal de caráter descritivo e comparativo. A caracterização da amostra é constituída de acadêmicos do primeiro semestre das áreas de humanas e da saúde da UFSM, sendo que o número de questionários aplicados em cada área será calculado de acordo com Barbetta (2001),  $n_0=1/E_0^2$ , onde  $n_0$  é a primeira aproximação para o tamanho da amostra e  $E_0$  é o erro amostral tolerado, que neste trabalho será estabelecido como 9,5%. A partir desta primeira aproximação será calculado o tamanho da amostra de acadêmicos a serem entrevistados ( $n$ ) usando-se a fórmula  $n=N \times n_0 / N + n_0$ , onde  $N$  é o tamanho da população. Os participantes de cada amostra serão selecionados de forma aleatória através de sorteio. Esta pesquisa está registrada no Gabinete de Projetos (GAP: 024825) e no Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 0107.0.243.000-09).

## **Resultados**

Preliminarmente, foram aplicados 185 questionários aos acadêmicos que ingressaram nos cursos da área da saúde na UFSM no segundo semestre de 2009. Os acadêmicos dos cursos da área da saúde (medicina, terapia ocupacional, odontologia, fisioterapia, enfermagem e farmácia) defendem a possibilidade de abortar nos casos em que ocorre estupro e risco de vida para a mãe. Todos os alunos entrevistados, exceto os acadêmicos do curso de enfermagem, concordam com a realização do aborto quando existir no feto malformação incompatível com a vida.

## **Conclusão**

O estudo apresenta resultados parciais, sendo que dos dados coletados até o momento (70%) verifica-se que a maioria dos acadêmicos que ingressaram nos cursos da área da saúde no segundo semestre de 2009 na UFSM são favoráveis ao aborto nas seguintes situações: estupro, risco de vida para a mãe e feto malformado com alterações incompatíveis com a vida. Entre os acadêmicos entrevistados, somente os do curso da Fisioterapia concordaram, em unanimidade, com a realização de aborto em casos de estupro.

<sup>1</sup> autor, <sup>2</sup> orientador, <sup>3</sup> co-autor

**ANEXO B – Resumo expandido publicado no Seminário Internacional  
“Bioética E Saúde Pública: Desafios e Perspectivas”**

## **7. ABORTO: A PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA<sup>1</sup>**

Alessandra Scherer Lorenzoni<sup>2</sup>

Ijoni Hilda Costabeber<sup>3</sup>

Cristiane Kohler Carpilovsky<sup>4</sup>

Felix Alexandre Antunes Soares<sup>4</sup>

Marília Rossato Marques<sup>4</sup>

**Descritores:** Aborto; Saúde Pública; Educação

**INTRODUÇÃO:** O estudo sobre aborto é um tema que envolve aspectos de natureza ética, educacional, política, religiosa, assim como questões sócio-econômicas, psicológicas e, sobretudo, de saúde pública. O aborto, na atualidade, coloca-se como um problema cuja existência concreta não pode ser ignorada exigindo uma ampla discussão pela sociedade brasileira e envolve diretamente a dignidade humana, direito constitucional brasileiro, vindo, principalmente nos últimos anos, a ser objeto da discussão pública, sobretudo no contexto do debate bioético. O impacto da biotecnologia e das ciências médicas sobre o homem tem aberto possibilidade de alteração na natureza, na vida e no corpo humano provocando inquietantes questionamentos de ordem ética e moral, nem sempre convenientemente respondidos pelos estudiosos e pesquisadores. Em relação às delimitações clássicas da educação, também se insinuam novos paradigmas de compreensão das questões levantadas pela ciência, tais como: sua função, utilidade e controle social. E foi derivando dessas reflexões, que se passou a falar em Bioética, ou em uma ética orientadora da atuação das ciências biológicas cujos princípios básicos pudessem fundamentar a aplicação e limitação jurídica dos inventos científicos, em distintos contextos sociais. Nesse universo, o aborto é um tema presente desde os tempos mais remotos e com o passar dos anos vem crescendo o interesse sobre o mesmo, visto que se trata de uma questão multidisciplinar de relevância significativa, visto que segundo a Organização Mundial da Saúde estima-se que na América Latina, aproximadamente quatro milhões de mulheres por ano realizem aborto, sendo que cerca de dez mil mulheres morrem em função das complicações causadas. No Brasil, de acordo como o Ministério da Saúde (2001), as complicações pós-aborto são a 4<sup>a</sup> causa de morte de mulheres no país. O aborto representa um grave problema de saúde pública e de justiça social relacionado à educação. A prática do aborto é crime, sendo permitido pela lei penal somente em duas circunstâncias: no caso de violência sexual (estupro) ou riscos à vida da mulher (artigo 128, I e II do Código Penal). No entanto, o aborto é amplamente praticado, através de meios inadequados que podem causar danos e provocar a morte da mulher. O estudo sobre aborto é um tema que envolve aspectos de natureza ética, educacional, política, religiosa, assim como questões sócio-econômicas, psicológicas e, sobretudo, de saúde pública. O aborto, na atualidade, coloca-se como um problema cuja existência concreta não pode ser ignorada

1 Trabalho de Pesquisa e Extensão UFSM

2 Curso de Farmácia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, RS, Brasil

3 Docente da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, RS, Brasil

4 Curso de Fisioterapia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, RS, Brasil

exigindo uma ampla discussão pela sociedade brasileira. O maior desafio, no Brasil, é encontrar dados exatos sobre o número de abortos realizados, já que grande parte deles é feita de forma clandestina. O último estudo realizado pelo Ministério da Saúde do Brasil (2005), sobre a magnitude do aborto no Brasil, estimou que 1.054.242 abortos foram induzidos em 2005. A fonte de dados para o cálculo da estimativa foram as internações por abortamento registradas no Serviço de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde. Ao número total de internações foi aplicado um multiplicador baseado na hipótese de que 20% das mulheres que induzem aborto foram hospitalizadas, sendo que na adolescência os estudos registram, do total de abortos induzidos, uma concentração entre 72,5% e 78% na faixa etária de 17 a 19 anos. Conforme o Ministério da Saúde do Brasil (2002), um estudo divulgado pela Organização Mundial da Saúde revelou que cerca de 45 milhões de abortos são realizados anualmente. Entre esses abortos, em média 20 milhões são realizados em condições inseguras e ilegais, causando a morte de mais de 70 mil mulheres por ano.

É nos países do terceiro mundo que se dão 50% dos abortos realizados no mundo. Tal discussão deverá traçar diretrizes para a abordagem sobre o tema aborto na sociedade acadêmica, e também fornecer subsídios que propiciem o "repensar" do tema em futuras políticas educacionais e de saúde, assim como as questões de natureza ético-jurídicas que permitam uma política social capaz de atender às necessidades da Saúde Reprodutiva da Mulher de modo integral e desmistificada.

**OBJETIVOS:** O aborto representa um grave problema de saúde pública e de justiça social relacionado à educação. Enfrentar com seriedade esse fenômeno significa entendê-lo como uma questão educacional, de cuidados em saúde e direitos humanos, já que o aborto é considerado uma das principais causas de mortalidade materna, além de inúmeras mulheres vítimas das seqüelas relacionadas com o ato abortivo. Assim, esta pesquisa visa realizar um estudo comparativo do entendimento de alunos das áreas humanas e da saúde em nível de educação superior quanto às questões referentes ao aborto tentando encontrar pontos em comum e pontos discordantes. Pretende, também, analisar as concepções encontradas através dos instrumentos aplicados aos acadêmicos, frente aos aspectos legais e bioéticos atuais, objetivando a construção de material didático para ser utilizado na abordagem do tema tanto na graduação como no ensino médio e fundamental.

**MATERIAIS E MÉTODOS:** O presente estudo trata de uma pesquisa transversal de caráter descritivo e comparativo. A caracterização da amostra é constituída de acadêmicos do primeiro semestre das áreas de humanas e da saúde da UFSM, sendo que o número de questionários aplicados em cada área será calculado de acordo com Barbetta (2001),  $n_0=1/E_0^2$ , onde  $n_0$  é a primeira aproximação para o tamanho da amostra e  $E_0$  é o erro amostral tolerado, que neste trabalho será estabelecido como 9,5%. A partir desta primeira aproximação será calculado o tamanho da amostra de acadêmicos a serem entrevistados ( $n$ ) usando-se a fórmula  $n=N \times n_0/ N + n_0$ , onde  $N$  é o tamanho da população. Os participantes de cada amostra serão selecionados de forma aleatória através de sorteio. Esta pesquisa está registrada no Gabinete de Projetos (GAP: 024825) e no Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 0107.0.243.000-09).

**RESULTADOS:** Preliminarmente, foram aplicados 185 questionários aos acadêmicos que ingressaram nos cursos da área da saúde na UFSM no segundo semestre de 2009. Os acadêmicos dos cursos da área da saúde (medicina, terapia ocupacional, odontologia, fisioterapia, enfermagem e farmácia) defendem a possibilidade de abortar nos casos em que ocorre estupro e risco de vida para a mãe. Todos os alunos entrevistados, exceto os acadêmicos do curso de enfermagem, concordam com a realização do aborto quando existir no feto malformação incompatível com a vida.

**CONCLUSÃO:** O estudo apresenta resultados parciais, sendo que dos dados coletados até o momento (70%) verifica-se que a maioria dos acadêmicos que ingressaram nos cursos da área da saúde no segundo semestre de 2009 na UFSM são favoráveis ao aborto nas seguintes situações: estupro, risco de vida para a mãe e feto malformado com alterações incompatíveis com a vida. Entre os acadêmicos entrevistados, somente os do curso da Fisioterapia concordaram, em unanimidade, com a realização de aborto em casos de estupro.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Assistência à mulher com abortamento e no pós-aborto. **Parto, aborto e puerpério: assistência humanizada à mulher.** Brasília, 2001. p. 145-157. Disponível em: <<http://dtr2001.saude.gov.br/editora/produtos/livros/genero/livros.html#p>>. Acesso em: 21 março 2007.

Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Manual dos comitês de mortalidade materna.** 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. 75p. Disponível em: <[http://209.85.165.104/search?q=cache:LVnMFy5ASNsJ:bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd07\\_13.pdf+%22manual+dos+comit%C3%AAs+de+mortalidade+materna%22&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=2&gl=br&lr=lang\\_pt](http://209.85.165.104/search?q=cache:LVnMFy5ASNsJ:bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd07_13.pdf+%22manual+dos+comit%C3%AAs+de+mortalidade+materna%22&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=2&gl=br&lr=lang_pt)>. Acesso em: 25 set.2007.

Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Atenção humanizada ao abortamento:** norma técnica. Brasília, 2005. 32 p. (Cadernos de direitos sexuais e direitos reprodutivos, 4.) Disponível em: <[http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao\\_humanizada.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_humanizada.pdf)>. Acesso em: 21 março 2007.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 3.ed. São Paulo : Atlas, 1996.

SILVA, J. A. da **Curso de Direito Constitucional.** 9ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1992.

**ANEXO C – Trabalho Completo publicado no I Seminário Internacional em Ciências**

# **ABORTO E ANENCEFALIA: A CONCEPÇÃO DE ACADÊMICOS DA ÁREA DA SAÚDE E HUMANAS**

**Cristiane Kohler Carpilovsky\* ; Daiana Sonogo Temp\* ; Míriam Meira\***

\* PPG Educação em Ciências- Química da Vida e Saúde- UFSM

Eixo Temático: Educação em Ciências

**Palavras-chave:** aborto; anencefalia; educação; saúde; humanas.

## **RESUMO**

No Brasil, a realização de aborto de anencéfalos é considerada crime, sendo um tema polêmico que inclui aspectos inter e transdisciplinares relacionados à Educação em Ciências. O sistema educacional brasileiro instituiu os Parâmetros Curriculares Nacionais que contemplam o aborto como um dos temas transversais. Esta pesquisa visou verificar a concepção dos acadêmicos da área da saúde e da área das humanas da Universidade Federal de Santa Maria. Como instrumento de coleta foi utilizado um questionário adaptado e validado, com questões pré-elaboradas, sistemáticas e sequencialmente dispostas em itens que constituem o tema do estudo. Os acadêmicos acreditam que o aborto é legalmente permitido quando existe malformação comprovada do feto e há risco de saúde para a gestante. Ainda, mais de 65% dos alunos que ingressaram na UFSM dos alunos prováveis formandos do primeiro semestre de 2010 são favoráveis a possibilidade da realização do aborto nos caso de anencefalia.

## **ABSTRACT**

In Brazil, the performance of an abortion for rape is considered a crime, and it is a controversial issue that includes aspects inter and transdisciplinares related to Education in the Sciences. The Brazilian educational system imposed the National Curricular Parameters that include abortion as a cross-cutting themes. This research aimed to verify the design of healthcare academics and area of humanas da Universidade Federal de Santa Maria. As an instrument for gathering was used a questionnaire adapted and validated, with prepackaged, systematic and issues sequentially arranged in items that are the subject of study. Scholars believe that abortion is legally permitted when there is proven malformation of the foetus and health risk to the pregnant woman. Still, more than 65% of the students who joined the

.



student likely UFSM trainees of the first half of 2010 are in favour of the possibility of performing of abortion in the case of anencephaly.

## **Introdução**

O aborto é um tema presente desde os tempos mais remotos e com o passar dos anos vem crescendo o interesse sobre o mesmo, visto que se trata de uma questão multidisciplinar de relevância significativa. O estudo sobre o aborto tem o potencial de articular questões centrais e relevantes ao campo da saúde reprodutiva, desde as relações de gêneros e os processos de decisão na esfera reprodutiva até a provisão de assistência e a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, sendo que o maior questionamento sobre esse tema está em determinar quando o feto passa a ter direito à vida.

É cada vez mais comum, no Brasil, as ações judiciais em que gestantes de fetos anencefálicos buscam autorização para interromper a gravidez. A problemática circunscrita à interrupção da gestação dos fetos anencefálicos, que sublinha valores religiosos, ideológicos e morais, vem sendo enfrentada pelo Poder Judiciário Brasileiro há pelo menos 22 anos, já que a primeira sentença judicial de que se tem notícia, data de 1989.

O aborto representa um grave problema de saúde pública relacionado à educação. É relevante que a aprendizagem tenha como base as concepções prévias dos alunos (SANTOS, 1998, ALVERMANN e HINCHMAN, 1994; DUARTE, 1999; JIMÉNEZ-ALEXAINDRE, 1996; MOREIRA 2005), reconstruindo o conhecimento dos mesmos de modo que além de adquirir conhecimento científico, estes contribuam de forma positiva na sua realidade, utilizando este conhecimento de forma efetiva, como ferramenta para as mudanças necessárias da vida em sociedade.

Visando atender às novas propostas de globalização educacional, no ano de 1995, o Ministério da Educação Brasileiro criou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1999), fazendo-o através da eleição de temas transversais, dentre os quais se insere a Saúde. Propôs, assim, discussões amplas e difundidas sobre temas que abordem aspectos da vida como sexualidade, gravidez e aborto, proporcionando melhoria da qualidade de vida do cidadão e de toda a sociedade mediante a difusão e utilização do conhecimento científico. Desse modo, nos PCNs, o aborto é um tema transversal, devendo ser desenvolvido ao longo do ensino.

## **Aborto: questão histórica**

Desde a Antigüidade o aborto é empregado como método de controle da natalidade, o qual se dá não pelo impedimento da concepção, mas pela morte da vida recém-concebida. Sob o ponto de vista de sua moralidade, as atitudes variavam e variam muito nas culturas antigas.

Há abortos espontâneos, nos quais o próprio organismo se encarrega de realizá-lo, independe da vontade da mulher. Caracteriza-se pela inviabilidade natural do conceito e sua morte devido a diferentes fatores etiológicos. E, existem os abortos provocados que são aqueles realizados intencionalmente, ocasionando, então, a morte do feto por vontade da própria gestante e/ou de outrem. Este tipo de aborto pode ser legal ou criminoso (DAVINI, 2005).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), seis milhões de mulheres praticaram aborto induzido na América Latina no ano de 2008 (PITANGUY et al, 2010). Conforme o Ministério da Saúde do Brasil (2002), um estudo divulgado pela OMS revelou que cerca de 45 milhões de abortos são realizados anualmente. Entre esses, em média, 20 milhões são realizados em condições inseguras e ilegais, causando a morte de mais de 70 mil mulheres por ano.

A prática do aborto, no Brasil, é crime, sendo permitido pela lei penal somente em duas circunstâncias: quando a gestação resulta de estupro ou quando há riscos à vida da mulher (artigo 128, I e II do Código Penal). No entanto, o aborto é amplamente praticado, através de meios inadequados que podem causar danos e provocar a morte da mulher.

As pesquisas brasileiras demonstram que o número de complicações após o aborto tem alta incidência, resultando em graves problemas de saúde, com gastos significativos para o poder público. As consequências da realização do aborto para a saúde da mulher podem ser caracterizadas como físicas e/ou psíquicas, decorrentes da decisão sobre a interrupção da gravidez, das circunstâncias familiares e econômicas, apontando para a necessidade de acompanhamento profissional e cuidados especiais (SANDI e BRAZ, 2010).

Segundo Vieira (2010), os custos financeiros, sociais, emocionais e físicos de 250 mil internações hospitalares anuais de mulheres poderiam ser evitados, ou pelo menos minimizados, se a prevenção da gravidez indesejada estivesse acessível a todos.

## **Anencefalia: vida, aborto e educação**

Os defeitos do fechamento do tubo neural (DFTNs) são malformações congênitas frequentes que ocorrem devido a uma falha no fechamento adequado do tubo neural embrionário, durante a quarta semana de embriogênese (NORTHROP, VOLCIK, 2002). Apresentam um espectro clínico variável, sendo os mais comuns a anencefalia e a espinha bífida (DRUGAN, WEISSMAN, EVANS, 2001).

Segundo Botto et al (1999) e Melvin et al (2000), embora varie consideravelmente nas diversas regiões geográficas, a incidência dos DFTNs, de uma maneira geral, situa-se em torno de 1:1.000 nascimentos vivos. Conforme Nazer, López Camelo, Castilla (2001), o risco de recorrência em futuras gravidezes de um casal que teve um filho com DFTN é cerca de 25 a 50 vezes maior que o risco da população em geral, situando-se entre 4 e 5%.

No Brasil, devido à precariedade do sistema de saúde, os índices de fetos anencefálos chegam a 18 para cada 10 mil nascidos vivos, um número considerado elevado, já que no Brasil nascem entre 2,7 a 3,0 milhões de bebês/ano (LIMA, 2007). A anencefalia consiste em malformação caracterizada pela ausência total ou parcial do encéfalo e da calota craniana, proveniente de defeito de fechamento do tubo neural, resultante de falha no início do desenvolvimento embrionário. Não há, portanto, a formação dos hemisférios cerebrais e nem do córtex cerebral (que constituem a estrutura cerebral). E, geralmente leva à morte do feto ainda no útero materno ou do recém-nascido nos primeiros minutos de vida (PONTES, 2005).

Segundo a Organização Mundial da Saúde, o Brasil é o quarto país do mundo em partos de bebês anencefálos, ficando atrás apenas do México, Chile e Paraguai (CANTARINO, 2005).

Para Rocha (1991) o avanço incessante das ciências biomédicas e da biologia molecular possibilitou, na questão do diagnóstico pré-natal, a abertura de novos caminhos. Desde as primeiras semanas da gravidez já é possível diagnosticar anomalias cromossômicas e, portanto, verificar a realidade de enfermidades hereditárias, de caráter genético. É evidente que toda e qualquer intervenção para fins terapêuticos poderá, nessa fase, ser acolhida.

Mas não é somente em nível dessa intervenção curativa que o diagnóstico precoce é importante; o diagnóstico pré-natal traz à colação a questão da interrupção da gravidez quando dá concreto embasamento à conclusão de que o nascituro possa nascer com graves e irreversíveis malformações físicas ou psíquicas.

Nos últimos anos, com os avanços tecnológicos que permitem exames precisos para este tipo de malformação fetal, juízes têm dado autorizações para que as mulheres com gravidezes de fetos anencéfalos possam efetuar a interrupção da mesma. Conforme Soares (2003), no Brasil, os casos de anomalia fetal incompatível com a vida, apesar de não estarem contemplados nos permissivos da lei, também têm sido atendidos nos serviços de saúde, por meio de autorização judicial.

A dignidade humana é um conceito em constante processo de construção e desenvolvimento e, justamente por se tratar de uma crença social, jamais poderá ser conceituado de maneira fixista, o que não se harmonizaria com o pluralismo e a diversidade de valores que se manifestam nas diversas sociedades contemporâneas e ao longo do tempo.

Com relação à educação em ciências, os parâmetros que delineavam o Ensino em Ciências centravam-se na mera memorização de conteúdos e na simples aplicação de regras com o intuito de solucionar e resolver questões (COSTA, 1999). Preenchia-se a mente dos educandos e aprendizes com o maior número de dados e informações possíveis, percebendo-se tal método como revestimento do conhecimento de absoluta verdade.

Hoje, segundo os PCNs, faz-se necessário ampliar a noção de conteúdo para além dos conceitos, acrescentando procedimentos, atitudes e valores como conhecimentos tão relevantes quanto os temas tradicionalmente abordados. Também se deve enfatizar a necessidade de tratar de outros conceitos, nas diferentes áreas curriculares e no convívio escolar, o que nos remete aos temas transversais.

Desse modo, nos PCNs, o aborto é um tema transversal, podendo ser desenvolvido ao longo do ensino. Esse tema necessita ser amplamente abordado nos livros de ensino médio, uma vez considerada a faixa etária em que ocorre com maior frequência, bem como suas graves consequências.

No entanto, o tema aborto surge, recentemente, no cenário escolar, por meio de breve conceituação em alguns livros de biologia. Esse fato é observado através da análise do Plano Nacional do Livro Didático do Ensino Médio (PNLEM) implantado em 2004, que visa distribuir livros didáticos para o ensino médio público de todo o Brasil. Os livros de Biologia foram distribuídos pela primeira vez no ano de 2007.

]

## **Metodologia**

A população de estudo foi constituída por acadêmicos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) de cursos das áreas da saúde e humanas. A pesquisa incluiu os acadêmicos que ingressaram no segundo semestre de 2009 e os prováveis formandos do primeiro semestre de 2010. Segundo Diniz et al. (2009), a saúde é a área que tem maior concentração de estudos acerca do aborto, porém nos últimos dois anos os estudos sobre o tema nas áreas das humanas têm crescido, principalmente na área jurídica, em especial, no que se refere ao aborto por anomalia fetal.

A área das humanas incluiu a análise dos cursos de direito, administração, ciências econômicas e ciências contábeis e na área da saúde participaram acadêmicos dos cursos de medicina, fisioterapia, enfermagem, fonoaudiologia, odontologia e terapia ocupacional. Este último curso foi representado somente no grupo dos ingressos, porque a primeira turma ingressou no segundo semestre de 2009.

Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um questionário adaptado e validado de uma pesquisa realizada na cidade de Ribeirão Preto, intitulada “Aborto: conhecimento e opinião de médicos dos serviços de emergência de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil, sobre aspectos éticos e legais”, publicado no Caderno de Saúde Pública vol.20, no.3, no Rio de Janeiro em Maio/Junho de 2004, com questões pré-elaboradas, sistemáticas e sequencialmente dispostas em itens que constituem o tema do estudo.

Para a análise dos resultados foram utilizadas as técnicas da Estatística Descritiva para a análise dos dados (BARBETTA, 2000). A primeira fase do tratamento dos resultados foi a análise univariada, através da verificação das frequências e o cálculo das medidas de localização central e de dispersão para cada variável, isoladamente. Após, foi realizado o cálculo das frequências absolutas (números absolutos de cada valor) e as frequências relativas (as proporções em percentagens ou permilagens), a média, desvio-padrão e a mediana.

A população pesquisada constituiu-se de 480 acadêmicos, divididos de acordo com a Figura 1.

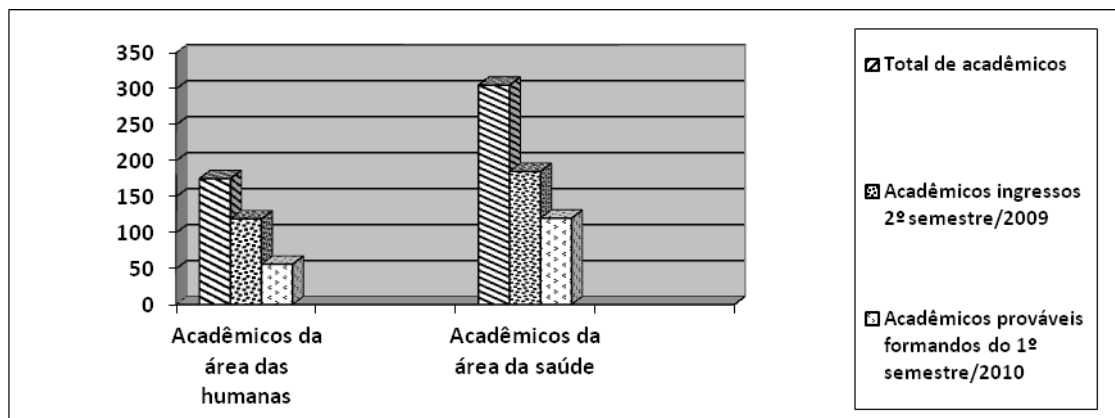


Figura 1- Distribuição da população pesquisada nas diferentes áreas.

Referente aos critérios éticos, a pesquisa respeitou as orientações da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde (Brasil, 2006). A pesquisa teve início após a aprovação do projeto pelo Comitê de Pesquisa e Ética da Universidade Federal de Santa Maria (CAAE nº 0107.243.000.-09).

## Resultados e discussão

Na população pesquisada, a maioria dos acadêmicos que estava ingressando na Universidade apresentava idade entre 17 a 20 anos (71,4%) e o grupo de prováveis formandos estava na faixa etária dos 20 aos 23 anos (56,7%). Conforme os dados do Ministério da Saúde (2008) mostram que a faixa etária com maior concentração de abortos é de 20 a 29 anos e, considerando a realização de abortos induzidos na população adolescente, a faixa etária de 17 a 19 anos registra uma maior realização (entre 72,5% e 78%) deste tipo de aborto.

A população feminina predomina tanto entre os alunos que ingressaram no segundo semestre de 2009 (62,4%), assim como entre os prováveis formandos do primeiro semestre de 2010 (66,7%). A maioria dos alunos de ambos os grupos são solteiros (89%). Segundo Silva e Vieira (2009) as mulheres solteiras engravidam numa escala muito menor e, ao engravidarem, recorrem mais largamente ao aborto provocado.

A pesquisa sobre a religiosidade das mulheres que abortam, pouco é tratada nos estudos e quando existe referência elas se declaram católicas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2009) e o catolicismo foi também a religião predominante nos grupos pesquisados, na qual mais de 60% dos alunos das duas áreas se definem como católicos.

Mais de 60% dos alunos que estavam ingressando na Universidade e 79% dos prováveis formandos entendem que o aborto é uma das principais causas de morte materna. Assim, como mais de 83% dos acadêmicos consideram o aborto um problema de saúde pública e mais de 93% entendem que o planejamento familiar não é adequado no Brasil.

No Brasil, o Código Penal de 1940, vigente até os dias atuais, permite a realização do aborto somente em caso de estupro ou quando a gestante apresenta risco de vida. Nestes casos, a gestante ou seu representante legal necessitam autorizar o aborto. Os alunos de ambas as áreas têm conhecimento sobre estas possibilidades legais.

No entanto, os acadêmicos acreditam também, que o aborto é legalmente permitido quando existe malformação comprovada do feto e há risco de saúde para a gestante. Porém, tais permissivos não estão previstos na legislação brasileira.

Assim, percebe-se que a escassez de informações ao nível educacional podem refletir na vida do cidadão, pois mais de 50% dos universitários acredita que a realização de aborto quando houver comprovação de malformação fetal incompatível com a vida não implica em infração (Figura 2). Esta falta de informação pode estar relacionada com o fato de mais 30% dos acadêmicos dos prováveis formandos do primeiro semestre de 2010 e 20% dos alunos que ingressaram na Universidade no segundo semestre de 2009 nunca terem, durante a sua vida educacional, participado de abordagem referente ao tema aborto.

Os dados demonstram a falta de informação dos universitários, já que a presença de malformação comprovada do feto somente pode resultar em interrupção legal da gestação se a justiça autorizar. Em 19 de dezembro de 1992 a justiça autorizou, pela primeira vez no Brasil, um aborto legal de feto portador de anencefalia, numa gestação de 20 semanas.

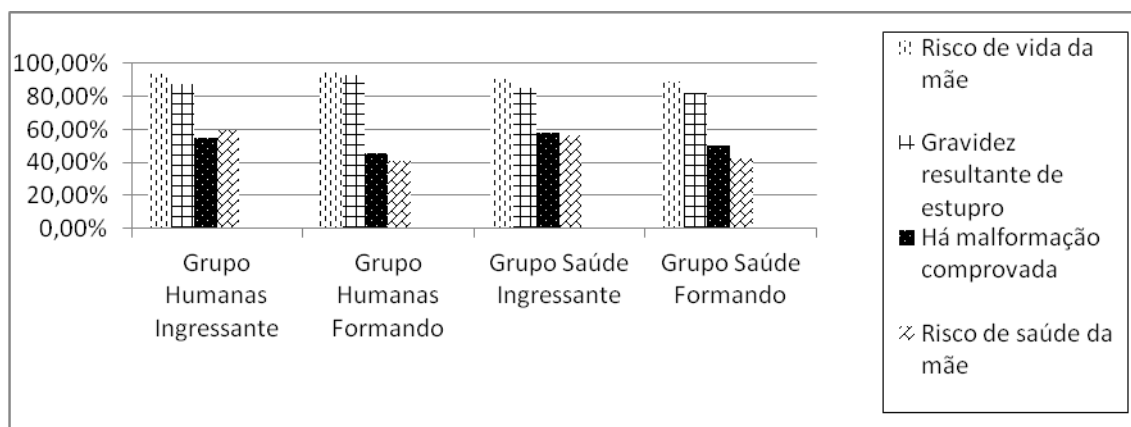


Figura 2- Distribuição dos acadêmicos conforme o entendimento das possibilidades de realização legal do aborto no Brasil.

Mais de 60% da população pesquisada, quando questionada acerca da realização de aborto de fetos anencéfalos, declara-se favorável à possibilidade da realização do aborto quando há existência de malformação fetal incompatível com a vida, como a presença da anencefalia. Salienta-se a diferença significativa entre os acadêmicos prováveis formandos, pois 82,8% das mulheres concordam com a possibilidade de realização do aborto quando houver malformação do feto incompatível com a vida, enquanto somente 67,2% dos acadêmicos do sexo masculino aprovam o aborto nesta situação (Figura 3).

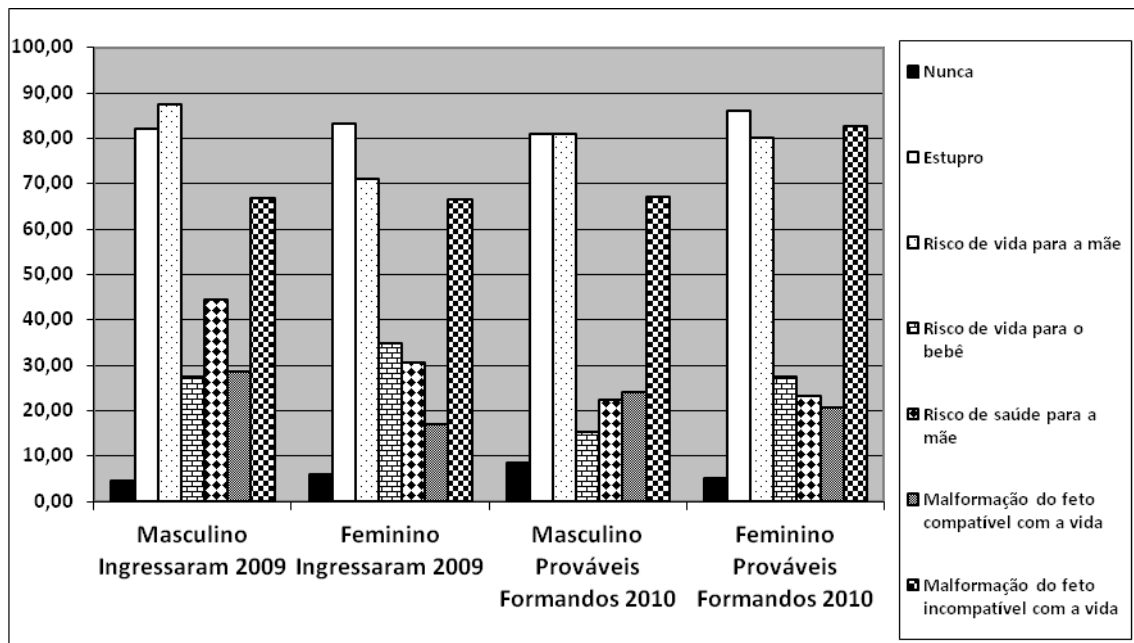


Figura 3- Situações em que o aborto deve ser permitido segundo as populações masculina e feminina dos grupos questionados.

É possível observar que o aborto de anencéfalos é defendido pela comunidade universitária; portanto, a educação em ciências apresenta papel relevante neste contexto de informações que devem ser transmitidas adequadamente aos alunos, visando formar cidadãos que tenham conhecimento sobre seus direitos e deveres. Constitui um direito da mulher, garantido pela Constituição Federal e pelas Normas e Tratados Internacionais de Direitos Humanos, o acesso à assistência médica integral e à plena garantia de sua saúde sexual e reprodutiva.

A Educação em Ciências deve servir como um meio de aprendizagem que vai além das propostas pedagógicas, pois deve contemplar a aproximação dos aspectos científicos com a realidade social. Deve fazer parte de um ensino crítico e contextualizado com o cotidiano,



exercitando a percepção do aluno sobre o aborto de fetos anencéfalos, problematizando e refletindo sobre o mesmo, e assim proporcionar uma melhora educacional acerca do tema, oportunizando uma educação de qualidade.

## Referências

ALVERMANN, D.; HINCHMAN, K. El uso de los libros de texto por los docentes de ciencias: estudios sobre tres casos. *In* Santa, C. & Alvermann, D. (Org.). **Una Didáctica de las ciencias – procesos y aplicaciones**. Capital Federal: Aique Didáctica, 177-192. 1994.

BARBETTA, P. A., **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**. UFSC, Florianópolis, v.2, 2000.

BOTTO L.D; MOORE C.A; KHOURY J.M; ERICKSON J.D. Neural tube defects - Review articles. **Medical Progress**, 341(20):1509-17, 1999.

BRASIL. **Código Penal**. 3.ed.São Paulo: Saraiva, 2007.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei 9394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em 20 de julho de 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos.

Departamento de Ciência e Tecnologia. **Aborto e Saúde Pública: 20 anos de Pesquisas no Brasil**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em:

<[http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/aborto\\_e\\_saude\\_publica\\_vs\\_preliminar.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/aborto_e_saude_publica_vs_preliminar.pdf)>.

Acesso em 10 de outubro de 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Biologia: catálogo do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1999.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio**, 2009.

CANTARINO, C. **Mulher ou sociedade: quem decide sobre o aborto**. Disponível em: <[http://www.comciencia.br/reportagens/2005/05/05\\_impr.shtml](http://www.comciencia.br/reportagens/2005/05/05_impr.shtml)>. Acesso em: 28 março 2011.

COSTA, J.A. O papel da escola na sociedade actual: implicações no ensino das ciências. **Millenium**. Revista do Instituto Superior Politécnico de Viseu, v.15, , p.56-62, 1999.

DAVINI, A. et al. **Aborto**, São Paulo: Mackenzie, 2005.

DE MARCO, P.; MERELLO, E.; MASCELLI, S.; CAPRA, V. Current perspectives on the Genetic causes of neural tube defects. **Neurogenetics** 7: 201-221, 2006. Disponível em <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/entrez/dispmim.cgi?id=60134>>. Acesso em 10 de dez 2007. PubMed ID:16941185.

DINIZ, D.; CORRÊA, M.; SQUINCA, F.; BRAGA, K.S. Aborto: 20 anos de pesquisas no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 25(4):939-942, abr/2009.

DUARTE, M. C. Investigação em ensino das ciências: influências ao nível dos manuais escolares. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, 12 (2), 227-248, 1999.

DRIVER, R.; ASOCKO, H.; LEACH, J.; MORTIMER, E.; SCOTT, P. Constructing scientific knowledge in the classroom. **Educational Researcher**, Washington, vol. 23, p. 5, 1999.

DRUGAN A; WEISSMAN A; EVANS M.I. Screening for neural tube defects. **Clinics in Perinatology**, 28(2):279-87, 2001.

JIMÉNEZ-ALEIXANDRE, M.P. **Dubidar para Aprender**. Vigo: Xerais, 1996.

LIMA, R. **O aborto de fetos anencéfalos. Disponível em**

[http://www.webartigos.com/articles/1101/1/O-Aborto-de-Fetos Anencefalos/Pagina1.html](http://www.webartigos.com/articles/1101/1/O-Aborto-de-Fetos-Anencefalos/Pagina1.html) >.

Acesso em: 10 de dez 2007.

MELVIN CE; GEORGE TM; WORLEY G; FRANKLIM A; MACKKEY J; VILES K, et al. Genetic studies in neural tube defects. **Pediatric Neurosurgery**, Switzerland, 32:1-9, 2000.

MOREIRA, M.A. Aprendizaje significativo crítico. **Indivisa Boletín de Estudios e Investigación**, Madrid, v. 6, n. 5, p. 82-102, 2005.

NANNI, R.A. A natureza do conhecimento científico e a experimentação no ensino de ciências. **Revista Eletrônica de Ciências**, n. 26, maio, 2004. Disponível em:

<[http://www.cdcc.sc.usp.br/ciencia/artigos/art\\_26/natureza.html](http://www.cdcc.sc.usp.br/ciencia/artigos/art_26/natureza.html)>. Acesso em julho 2010.

NAZER H.J; LÓPEZ CAMELO J.S; CASTILLA E.E. Estudio de 30 años de vigilancia epidemiológica de defectos de tubo neural en Chile y en Latino América. **Revista Médica de Chile**, Chile, 129:531-9, 2001.

NORTHROP H.; VOLCIK K.A. Genetics of neural tube defects. **Seminars in Pediatric Neurology**, 8(3):160-4, 2001.

PITANGHY, J; COSTA, L; ROMANI, A. Indicadores de saúde reprodutiva na América Latina e no Caribe. **CEPAL - Serie mujer y desarrollo 103**. Santiago do Chile: Nações Unidas, 2010.

ROCHA MALR. Bioética e nascimento: o diagnóstico pré-natal, perspectiva juridico-penal. **Revista Portuguesa de Ciência Criminal**, Coimbra,1991;12(1):175-204.

SANDI, S.F. e BRAZ, M. As mulheres brasileiras e o aborto: uma abordagem bioética na saúde pública. **Revista Bioética**, Brasília, 18 (1): 131 -153, 2010.

SANTOS, M. E. **Mudança Conceptual na Sala de Aula. Um desafio pedagógico epistemologicamente fundamentado**. Lisboa: Livros Horizonte, 1998.

SCHOR, N. Investigação sobre ocorrência de aborto em pacientes de hospital de centro urbano do Estado de São Paulo, Brasil. **Rev. Saúde Pública**, vol.24, no.2, p.144-151, abr. 1990.

SILVA, R.S, VIEIRA, E.M. Aborto provocado: sua dimensão e características entre mulheres solteiras e casadas da cidade de São Paulo, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 25(1):179-187, jan/2009.

VIEIRA, E.M. V. A questão do aborto no Brasil. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**. Rio de Janeiro.32(3):103-4, 2010.

## **ANEXO D – Artigo apresentado no XVI SIEDUCA**

# **ABORTO COMO UM PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA: COMPARAÇÃO DAS CONCEPÇÕES DOS ACADÊMICOS DAS ÁREAS DA SAÚDE E HUMANAS**

## **Cristiane Kohler Carpilovsky**

Docente do Departamento de Morfologia; UFSM e Doutoranda do PPG- Educação em Ciências- Química da vida e Saúde; UFSM  
E-mail:criskoh@terra.com.br

## **Daiana Sonogo Temp**

Mestranda do PPG- Educação em Ciências- Química da vida e Saúde; UFSM  
E-mail:daianatemp@yahoo.com.br

## **Míriam dos Santos Meira**

Docente do Departamento de Morfologia; UFSM e Doutoranda do PPG- Educação em Ciências- Química da vida e Saúde; UFSM  
E-mail: miriameira@gmail.com

## **Félix Alexandre Antunes Soares**

Docente do PPG- Educação em Ciências- Química da vida e Saúde; UFSM  
E-mail: felix\_antunes\_soares@yahoo.com.br

### **RESUMO:**

O aborto é um tema presente desde os tempos mais remotos e com o passar dos anos vem crescendo o interesse sobre o mesmo, visto que se trata de uma questão multidisciplinar de relevância significativa. O aborto representa um grave problema de saúde pública, sendo amplamente praticado, através de meios inadequados que podem causar danos e provocar a morte da mulher. Este tema foi acrescentado na educação brasileira sugeridos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais através do desenvolvimento dos temas transversais. Neste contexto, esta pesquisa objetiva averiguar o entendimento de alunos, em nível de educação superior das áreas da saúde e humanas a fim de auxiliar no ensino do tema aborto e contribuir na formação do cidadão.

Palavras-chave: educação; aborto; saúde pública.

## **Introdução**

O aborto é um tema presente desde os tempos mais remotos e com o passar dos anos vem crescendo o interesse sobre o mesmo, visto que se trata de uma questão multidisciplinar de relevância significativa, já que segundo a Organização Mundial da Saúde seis milhões de mulheres praticaram aborto induzido na América Latina no ano de 2008 (PITANGUY et al, 2010).

Nesse universo, o aborto é um tema que envolve aspectos de natureza ética, educacional, política, religiosa, assim como questões sócio-econômicas, psicológicas e, sobretudo, de saúde pública. No Brasil, o aborto provocado é crime, sendo permitido pela lei penal somente em duas circunstâncias: estupro ou riscos à vida da mulher (art. 128, I e II do Código Penal).

Apesar dos esforços de reduzir o número de abortos no Brasil (DATASUS, 2008), as estimativas não têm mudado significativamente nos últimos anos. Assim, o aborto se apresenta como uma importante questão de saúde pública (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005a). A realização de abortos provocados tem ocasionado uma alta incidência de complicações de saúde para a gestante aumentando os gastos públicos.

As consequências da realização do aborto para a saúde da mulher podem ser caracterizadas como físicas e/ou psíquicas, decorrentes da decisão sobre a interrupção da gravidez, das circunstâncias familiares e econômicas, apontando para a necessidade de acompanhamento profissional e cuidados especiais (SANDI e BRAZ, 2010).

Neste sentido, verificou-se a necessidade de pesquisar o entendimento acerca do tema aborto, por parte dos graduandos das áreas da saúde e humanas que ingressaram na Universidade Federal de Santa Maria.

## **Aborto e Saúde Pública: o papel da educação na formação do cidadão**

Segundo estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS), no Brasil, no ano de 2005, 31% das gravidezes resultaram em aborto, ocorrendo aproximadamente 1,4 milhões de abortamentos inseguros e/ou espontâneos por ano, o que é alarmante (MORAIS, 2008).

O maior desafio, no Brasil, é encontrar dados exatos sobre o número de abortos realizados, já que grande parte deles é feita de forma clandestina. O último estudo realizado pelo Ministério da Saúde do Brasil (2009) sobre a magnitude do aborto no país estimou que 1.054.242 abortos foram realizados em 2005. A fonte de dados para o cálculo da estimativa foram as internações por abortamento registradas no Serviço de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (AIH/DataSUS). Ao número total de internações foi aplicado um multiplicador baseado na hipótese de que 20% das mulheres que induzem aborto foram hospitalizadas, sendo que na adolescência os estudos registram, do total de abortos induzidos, uma concentração superior a 72%.

A gravidade da prática abortiva se apresenta reflexa e diretamente no Sistema Único de Saúde (SUS), devido ao alto índice de internação de mulheres após a realização de aborto, sendo que na última década, a curetagem pós-aborto tem sido sistematicamente um dos procedimentos obstétricos mais realizados nas unidades de internação na rede pública de serviços de saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005b). Segundo VIEIRA (2010), os custos financeiros, sociais, emocionais e físicos de 250 mil internações hospitalares anuais de mulheres poderiam ser evitados, ou pelo menos minimizados, se a prevenção da gravidez indesejada estivesse acessível a todos, sendo os direitos reprodutivos respeitáveis como uma importante dimensão dos direitos humanos.

O aborto representa um grave problema de saúde pública relacionado à educação. É relevante que a aprendizagem tenha como base as concepções prévias dos alunos (DUARTE, 1999; MOREIRA, 2005) reconstruindo o conhecimento dos mesmos de modo que, além de adquirir conhecimento científico, este contribua de forma positiva na sua realidade, utilizando esse conhecimento como ferramenta efetiva para as mudanças necessárias da vida em sociedade. O Ensino em Ciências pode ser comparado a um processo de “enculturação” científica diferente da do senso comum, que deve conduzir a uma análise consciente e reflexiva da realidade (NANNI, 2004; MOREIRA, 2005).

Visando atender as novas propostas de globalização educacional, no ano de 1995 o Ministério da Educação Brasileiro criou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), fazendo-o através da eleição de temas transversais, dentre os quais se insere a Saúde. Propôs, assim, discussões amplas e difundidas sobre



temas que abordem aspectos da vida como sexualidade, gravidez e aborto, proporcionando melhoria da qualidade de vida do cidadão e de toda a sociedade mediante a difusão e utilização do conhecimento científico. Desse modo, nos Parâmetros Curriculares Brasileiros, o aborto é um tema transversal, devendo ser desenvolvido ao longo do ensino.

No Brasil, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), faz-se necessário ampliar a noção de conteúdo para além dos conceitos, acrescentando procedimentos, atitudes e valores como conhecimentos tão relevantes quanto os temas tradicionalmente abordados. Desse modo, no Plano Curricular Brasileiro, o aborto é um tema que faz parte de uma realidade sociocultural, cuja contextualização é definida na forma de análise crítica das ideias e dos recursos da área e das questões do mundo que podem ser respondidas ou transformadas por meio do pensar e do conhecimento científico (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2002).

Os PCNs sugerem que o tema “Orientação Sexual” seja desenvolvido em todas as áreas de conhecimento, abordando tanto as questões técnicas-científicas quanto as de caráter social da gravidez na adolescência (BARRETO, 2007). O tema sexualidade deve ser abordado, não apenas nas disciplinas de Ciências e Biologia, mas também, nas aulas de Artes, Física ou Matemática (WERTHEIN, 2004).

## **Resultados e Discussão:**

A metodologia aplicada na pesquisa acerca da concepção da comunidade universitária inclui um estudo transversal de caráter descritivo e comparativo, com abordagem quantitativa. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Humanos sob CAAE número 0107.243.000-09.

Como instrumento de coleta foram utilizadas questões pré-elaboradas, sistemáticas e sequencialmente dispostas em itens que constituem o tema deste estudo. Para o tratamento do *corpus* foram utilizadas as técnicas da Estatística Descritiva (BARBETTA, 2000).

Considerando os dados do Departamento de Registro e Controle Acadêmico da UFSM (DERCA) e excluindo os acadêmicos que não realizaram matrícula, abandonaram o curso, foram transferidos ou cancelaram a matrícula, cento e sessenta e dois novos alunos ingressaram no segundo semestre de 2009 nos

cursos da área das humanas, sendo que 119 responderam ao questionário. Já, na área da saúde 218 acadêmicos ingressaram, neste mesmo período, e 185 responderam ao questionário.

A população pesquisada incluiu estudantes da área das humanas abrangendo a análise dos cursos de direito, administração, ciências econômicas e ciências contábeis e na área da saúde participaram acadêmicos dos cursos de medicina, fisioterapia, enfermagem, fonoaudiologia, odontologia e terapia ocupacional.

Segundo Diniz et al (2009) a saúde é a área que tem maior concentração de estudos acerca do aborto, porém nos últimos dois anos os estudos sobre o tema nas áreas das humanas tem crescido, principalmente na área jurídica, em especial sobre o aborto por anomalia fetal.

Os dados relacionados à idade demonstram que 66,4% dos alunos da área das humanas e 71,4% da área da saúde apresentam entre 17 e 20 anos. A população desta idade, conforme o Ministério da Saúde (2009), apresenta a maior concentração de realização de abortos, aproximadamente 78% das mulheres que induzem aborto estão na adolescência, período que o indivíduo está passando por inúmeras transformações físicas e psicológicas.

Quanto ao sistema de ensino, onde poderia ser marcada mais de uma alternativa, verificou-se que mais de 30% de ambas as áreas nunca tiveram aula sobre aborto, considerando desde o ensino fundamental até o universitário para aqueles que já realizaram outro curso. Menezes e Aquino (2009) afirmam que a diminuição da ocorrência de abortos demanda de ações que extrapolem o âmbito do setor da saúde, sendo necessário investir na educação. A maior escolaridade é apontada em estudos como um grande diferencial em relação aos comportamentos reprodutivos, sendo o maior acesso à educação uma ferramenta indispensável para os jovens manejarem a contracepção de forma mais adequada.

Outro fato relevante está relacionado ao Sistema Único de Saúde, pois apesar de mais de 85% dos alunos de ambas as áreas responderem que o acesso ao planejamento familiar contribui para a prevenção do aborto, mais de 90% confirmam que este acesso não é adequado.

No Brasil, o Código Penal Brasileiro, promulgado em 1940, prevê a prática legal do aborto quando não houver outro meio de salvar a vida da gestante ou

quando a gravidez resultar de estupro. Neste sentido, há entendimento de ambas áreas, já que 94,1% da área das humanas e 90,3% da área da saúde responderam que é legal o aborto quando há risco de vida para a gestante e mais de 85% dos dois grupos responderam ser possível o aborto quando a gravidez resultar de estupro.

Porém, mais de 50% dos alunos das duas áreas responderam que é legal o aborto quando há risco de saúde para a mãe ou existe malformação comprovada. Estes dados demonstram a falta de informação dos acadêmicos universitários, já que risco de saúde da gestante não é caso previsto em lei para realização do aborto e a presença de malformação comprovada do feto somente pode resultar em interrupção legal da gestação se a justiça autorizar.

A falta de informação e discussão mais ampla sobre o tema também é observada nas duas áreas quando a área da saúde em 72,8% e a área das humanas em 73% responderam que há exigência de boletim de ocorrência para a realização do aborto legal. Nesse sentido, também mais de 80% de ambas as áreas responderam que é necessário o laudo do IML para abortar legalmente. Disso, mais de 10% dos alunos entrevistados confirmaram ser necessária a autorização do parceiro para a realização do aborto, sendo este índice maior na área das humanas, na qual predominam alunos do sexo masculino.

Quanto à opinião dos jovens das duas áreas a respeito sobre em que situações o aborto deve ser autorizado, sendo possível assinalar mais de uma alternativa, o estupro e o risco de vida para a gestante aparecem como fatos que devem continuar permitindo a realização de aborto legal, mas por outro lado 62,2% dos alunos da área da saúde e 70,3% da área das humanas responderam que a existência de malformação do feto incompatível com a vida também deveria ser uma causa de permissão de legalidade do aborto.

O direito brasileiro, nos últimos anos, muito tem discutido acerca da possibilidade de legalidade da realização do aborto nos casos de existência de malformação do feto incompatível com a vida. A jurisprudência brasileira, na sua maior parte, tem permitido a realização desse tipo de aborto quando é devidamente comprovada a malformação e os pais ajuízam processo solicitando a realização do procedimento de forma legal.

Os alunos, quando questionados sobre a discriminação do aborto ou a sua proibição total e podendo marcar mais de uma alternativa, mais de 10% responderam que o aborto deveria ser autorizado sempre. No entanto, 4,3% dos alunos da área da saúde e 6,7% dos alunos das áreas das humanas consideraram que o aborto não deve ser autorizado em nenhuma situação.

Outro dado que chama atenção é a concordância de opinião dos acadêmicos da área das humanas (41,2%) e da área da saúde (33%) quanto à realização do aborto quando existir risco de saúde para a mãe. Porém, somente 18,5% dos alunos da área das humanas e 23,2% da área da saúde concordaram na realização do aborto quando o feto apresentar malformação compatível com a vida. Esses dados demonstram a preocupação das mulheres com a sua qualidade de vida e a sua saúde, pois o risco com a sua saúde é um fator mais relevante na possibilidade de realizar o aborto do que a existência de malformação do feto compatível com a vida.

## **Conclusões**

A educação em ciências é um importante meio de contribuição na conscientização da sexualidade e no desenvolvimento de temas transversais como o aborto. Acredita-se que a pesquisa seja um caminho para a construção do conhecimento objetivando um ensino crítico, esclarecedor e reflexivo acerca do aborto e visando à formação do aluno como cidadão.

O desenvolvimento do Ensino de Ciências deve favorecer uma aprendizagem comprometida com as dimensões sociais, políticas e econômicas que permeiam as relações entre ciência, tecnologia e sociedade. Assim, conhecer a sociedade, na qual o educador atua, facilita o processo de ensino-aprendizagem.

A temática da gravidez na adolescência possui relevante importância na educação sexual e na prevenção de fatores de riscos relacionados à prática da sexualidade sem conhecimentos. Se a meta é educar, informar, ou ainda, formar, a escola destaca-se, entre os grupos de referências, por ser esta a sua função precípua (SAITO et al., 2000).

Os alunos questionados de ambas as áreas têm a percepção de que o aborto é um relevante problema de Saúde Pública na nossa sociedade. As pesquisas brasileiras feitas pelo Ministério da Saúde (2001) demonstram que as complicações

após o aborto têm registrado uma alta incidência, resultando em graves problemas de saúde e em gastos significativos para o poder público.

Os acadêmicos apresentaram desconhecimento sobre a não necessidade de apresentação de documentos ou autorização do companheiro para a realização do aborto legal.

A pesquisa evidencia que o aborto ainda é visto como um tabu e é pouco desenvolvido no sistema educacional brasileiro, resultando na falta de informações dos alunos e na desvalorização dos mesmos como cidadãos da sociedade. Tal fato contribui para o crescimento do aborto como um grave problema de saúde pública que se reflete nas condições de vida da mulher e aumento dos gastos públicos com a saúde, resultando em um problema que pode continuar crescendo, assim como as suas consequências.

Assim, a educação na formação do cidadão exerce um papel relevante. Os alunos de ambas as áreas desconhecem aspectos relevantes acerca do aborto no cenário brasileiro, sendo que esta realidade pode ser modificada se o sistema educacional efetivar no ensino a aplicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, valorizando o desenvolvimento dos temas transversais, assim como a utilização de material de apoio em sala de aula, pois os livros didáticos não apresentam conteúdo sobre aborto ou quando apresentam as informações são insuficientes.

## **Referências Bibliográficas**

BARBETTA, P. A. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**. Florianópolis: UFSC, 2000, 2v.

BARRETO, M.M. **Matemática e Educação Sexual: modelagem do fenômeno da absorção/eliminação de anticoncepcionais orais diários**. 216f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Ensino de Matemática) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

BRASIL. **Código Penal**. 3.ed.São Paulo: Saraiva, 2007.

\_\_\_\_\_. **Datasus**. Sistema de informações de saúde (SIS). 2008. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtmexe?sim/cnv/matuf.def>>. Acesso em 24 de janeiro de 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. **PCN+**: Ensino Médio - orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, 2002.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. **Aborto e Saúde Pública: 20 anos de Pesquisas no Brasil**. Brasília, 2009. Disponível em: <[http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/aborto e saude publica vs preliminar.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/aborto_e_saude_publica_vs_preliminar.pdf)>. Acesso em 10 de outubro de 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica Saúde da Mulher. **Norma Técnica- Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes**. 2.ed. Brasília, 2005a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Atenção humanizada ao abortamento**: norma técnica. Brasília, 2005b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. **Aborto e Saúde Pública: 20 anos de Pesquisas no Brasil**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: <[http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/aborto e saude publica vs preliminar.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/aborto_e_saude_publica_vs_preliminar.pdf)>. Acessado em 10 de outubro de 2010.

DINIZ, D.; Corrêa, M.; Squinca, F.; Braga, K.S. Aborto: 20 anos de pesquisas no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 25(4):939-942, abr, 2009.

WERTHEIN, J. **Juventude aponta novos rumos para políticas de juventude**. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 10 abr.2004. Disponível em: <<http://br.dir.groups.yahoo.com/group/jpsdbcapital/message/4634>>. Acesso em: 30 maio 2010.

MENEZES, G; AQUINO, E.M. Pesquisa sobre o aborto no Brasil: avanços e desafios para o campo da saúde coletiva. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 25 Sup 2:S193-S204, 2009.

MORAIS, L.R. A legislação sobre o aborto e seu impacto na saúde da mulher. **Senatus**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 50-58, maio 2008.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Abortion**: a tabulation of available information. Genebra: OMS, 1998.

PITANGHY, J; Costa, L; Romani, A. Indicadores de saúde reprodutiva na América Latina e no Caribe. **CEPAL - Serie mujer y desarrollo 103**. Santiago do Chile:Nações Unidas, 2010.

SAITO, M.I. et al. Educação sexual na escola. **Revista Pediatria**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 44-48, 2000.

SANDI, S.F. e BRAZ, M. As mulheres brasileiras e o aborto: uma abordagem bioética na saúde pública. **Revista Bioética**,18 (1): 131 -153, 2010.

VIEIRA, E.M. V. A questão do aborto no Brasil. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**. 32(3):103-4, 2010.

**Anexo E-** Artigo publicado pela Revista Vidya.

Artigo publicado no periódico VIDYA, v. 30, n. 1, p. 43-52, jan./jun., 2010 - Santa Maria, 2010. **ISSN** 2176-4603 X. Versão impressa e disponível em: [http://sites.unifra.br/Portals/35/Artigos/2010/vol\\_1/educacao.pdf](http://sites.unifra.br/Portals/35/Artigos/2010/vol_1/educacao.pdf)



# EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL: AÇÃO DOS PROFESSORES FRENTE À TEMÁTICA DA EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA PÚBLICA

## *ELEMENTARY EDUCATION: TEACHERS' ACTION ON THE ISSUE OF SEX EDUCATION IN PUBLIC SCHOOLS*

CRISTIANE KÖHLER CARPILOVSKY<sup>\*</sup>  
DAIANA SONEGO TEMP<sup>\*\*</sup>  
IJONI COSTABEBER<sup>\*\*\*</sup>  
FELIX ALEXANDRE ANTUNES SOARES<sup>\*\*\*\*</sup>  
JÉSSICA ARRIAL<sup>\*\*\*\*\*</sup>  
KELLY BORDIN TRELLES<sup>\*\*\*\*\*</sup>

### RESUMO

Com a nova Lei de Diretrizes Básicas (LDB), a Educação Sexual é colocada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) como tema transversal. Essa expressão "Tema Transversal" caracteriza a Educação Sexual como assunto que deve ser tratado em todas as disciplinas, com a participação ativa e consciente dos professores. Nesse sentido, torna-se necessário averiguar se os professores estão preparados para falar sobre temas amplos e polêmicos, como gravidez na adolescência, virgindade e doenças sexualmente transmissíveis. Com esse intuito, este estudo analisou as respostas de professores de diferentes disciplinas, obtidas por meio de questionário, que abordou diversos temas relacionados à sexualidade, revelando que os docentes não se sentem preparados para trabalhar com este tema e, por conta disso, solicitam a inclusão de trabalhos que abordem a sexualidade, a fim de fornecer apoio e condições dentro da sala de aula.

**Palavras-chave:** Lei de Diretrizes Básicas; Sexualidade; Professores; Escola.

### ABSTRACT

With the new Law of Basics Guidelines (BDL), the Sex Education is placed on the National Curriculum Parameters (PCN) as a crosscutting theme. This expression "Transverse Theme" featuring Sex Education as a subject that should be treated in all subjects with active and conscious participation of teachers. In this sense, it becomes necessary to determine if teachers are prepared to talk about broad themes and controversial topics such as teen pregnancy, virginity, sexually transmitted diseases. With this aim, this study examined the responses of teachers from different subjects, obtained through the questionnaire, which dealt with various issues related to sexuality, revealing that they do not feel prepared to work with this theme and, therefore, requested the inclusion of works that deal with sexuality in order to provide support and conditions inside the classroom.

**Keywords:** Law of Basics Guidelines; Sexuality, teachers, school.

## INTRODUÇÃO

A sexualidade é um fator relevante no contexto de uma população, sendo a educação um dos principais meios de desmistificar este assunto. Para Foucault (1999, p. 58),

[...] não se deve descrever a sexualidade como um ímpeto rebelde, estranha por natureza e indócil por necessidade, a um poder que, por sua vez, esgota-se na tentativa de sujeitá-la e muitas vezes fracassa em dominá-la inteiramente. Ela aparece mais como um ponto de passagem particularmente denso pelas relações de poder; entre homens e mulheres, entre jovens e velhos, entre pais e filhos, entre educadores e alunos, entre padres e leigos, entre administração e população. Nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento rígido, mas um dos dotados da maior instrumentalização: utilizável no maior número de manobras, e podendo servir de ponto de apoio, de articulação, às mais variadas estratégias.

Sendo a escola o local onde os alunos ficam grande parte do dia, é necessário que sejam tomadas iniciativas para levar a estes jovens às informações que lhes forem negligenciadas no âmbito familiar.

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998, p. 31),

[ ] é necessário que o educador tenha acesso à formação específica para tratar de sexualidade com crianças e jovens na escola, possibilitando a construção de uma postura profissional e consciente no trato desse tema. Os professores necessitam entrar em contato com suas próprias dificuldades diante do tema através de formação continuada, questões teóricas, leituras e discussões referentes à sexualidade e suas diferentes abordagens.

Para Luz e Dinis (2007), certamente os PCNs representam alguma conquista, já que os primeiros programas de educação sexual abordavam o tema de uma perspectiva biologizante, apenas com aulas sobre anatomia e fisiologia dos sistemas reprodutores.

Nos últimos anos, a preocupação com a aprendizagem dos alunos leva a repensar as formas de ensino. Neste mundo globalizado e informatizado, não basta ir à escola com a vontade de decorar o que o professor está explicando, é necessário questionar as mudanças que estão ocorrendo, esclarecer dúvidas, para assim poder viver neste mundo cheio de divergências.

Sabe-se que a aprendizagem de conceitos está interligada com as pré-concepções que os alunos possuem. Estas têm suas origens no cotidiano de cada um, sendo aprendidas na escola, na igreja, com os amigos e na família. Segundo

Giordan e Vecchi (1996, p. 12), “por concepção entendemos um processo pessoal, através do qual um aprendiz estrutura progressivamente os conhecimentos que integra. Esse saber elabora-se, na grande maioria dos casos, num período bastante longo da sua vida [...]”.

É importante compreender a forma como os educadores encaram a discussão da sexualidade. De acordo com Louro et al. (2007), muitos professores pensam que, se deixarem de tratar desse problema, a sexualidade ficará fora da escola. Os alunos dotados de concepções já estabelecidas levam para dentro da sala de aula inúmeras visões do mundo, sendo então o professor o responsável sobre a reorganização destes conceitos.

Dessa forma, o objetivo principal deste trabalho foi apontar as principais dúvidas referentes à abordagem em sala de aula do tema, Educação Sexual, entre os professores do Ensino Fundamental, principalmente nas séries finais de uma escola pública em Santa Maria, RS.

Este trabalho justifica-se pela necessidade de conhecer as dificuldades que os professores enfrentam, no cotidiano profissional, ao tratar a temática da sexualidade, para oportunizar a esses profissionais um trabalho de formação continuada que os oriente no trabalho interdisciplinar na escola. Neste sentido, Louro (1999) coloca que o corpo é educado na escola, tal como a mente é educada e ensinada.

Uma proposta de educação sexual, em nível escolar, torna-se indispensável, pois abre caminho para jovens e crianças ampliarem a educação recebida anteriormente. No cenário familiar, normalmente, as informações estão repletas de preconceitos e moralidade, não respondendo as dúvidas desses educandos que acabam, muitas vezes, procurando respostas na mídia (que erotiza e banaliza a sexualidade) ou com amigos que apresentam as mesmas inquietações.

## **BREVE HISTÓRICO DA SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

No Brasil, a inserção da educação sexual data desde a década de 20. Nesta época, a principal preocupação girava em torno dos “desvios sexuais” que afloravam na população. A escola passa a ter papel fundamental no cuidado com seus alunos e a ela é dada a tarefa de encontrar alunos com desvios e encaminhá-los para acompanhamento médico (DAVIS apud FONSECA, 2007).

Segundo César (2008), em 1933 foi fundado, na cidade do Rio de Janeiro, o Círculo Brasileiro de Educação Sexual, que ditou um periódico, denominado Boletim, com temas referentes à higiene, pois, desde o final do século XVIII, o sexo já era objeto de discussões entre médicos e educadores que defendiam a presença de uma educação para a higiene dos jovens.

Nos anos 60 e 70, a inclusão obrigatória nas escolas da temática da sexualidade é altamente discutida, para que os jovens da época possam exercê-la sem riscos. Já na metade dos anos 60, algumas escolas apresentam projetos para inserção da educação sexual no currículo, outras já exerciam este trabalho. Contudo, essas iniciativas foram reprimidas nos anos 70, quando um pronunciamento da comissão de moral e civismo homologa um parecer contrário a um projeto anterior, que colocava a educação sexual como obrigatória nas escolas. Cabia às escolas a implantação ou não desta educação, sendo que esta deveria estar inserida nos programas de saúde.

A partir desse momento, a educação sexual fica a cargo da família, que deve orientar seus filhos de acordo com suas crenças e valores morais. Como a sociedade da época estava oprimida por um governo ditador, as escolas possuíam receios na abordagem da sexualidade, pois se os ensinamentos não estivessem de acordo com o que o governo estabelecia, a instituição era punida.

Jurberg (2001, p. 13) enfatiza que

[...] tanto a família quanto a escola, os principais agentes socializadores, acabam sendo, na verdade, falsos educadores. A ciência, por sua vez, ao promover, reforçar ou legitimar falsas diferenciações e tipologias, torna-se cúmplice da discriminação social dirigida a grupos que não se enquadram nos padrões tidos como normativos.

No entanto, a partir da década de 80, com o surgimento da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), aumentou a preocupação entre os governantes em esclarecer à população os riscos que esta nova doença trazia. Porém, falar sobre sexo e AIDS constitui receio em certas famílias. Nesse sentido, a abordagem da temática da sexualidade em nível escolar tornou-se essencial, considerando os inúmeros veículos de informação que levam os jovens a uma infinidade de conceitos sobre o assunto, mas que, na maioria das vezes, não possuem caráter informativo. São destinados a mostrar a sexualidade com uma conotação apelativa, levando em consideração apenas o prazer.

Bueno (2001) afirma que, desde a década de 80, a educação nacional vem passando por reflexões políticas e filosóficas sobre a realidade, incluindo a discussão sobre a inserção da orientação sexual nas escolas. Em virtude disto, no ano de 1996, entra em vigor a nova Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996), trazendo em seu conteúdo a educação sexual como tema transversal, o qual deve ser abordado em todas as disciplinas, não ficando mais a cargo exclusivo dos professores de ciências e biologia, com o propósito de informar e esclarecer os alunos sobre as diferentes abordagens da sexualidade.

Segundo o Ministério de Educação e Desportos (BRASIL, 1994, p. 19),

Somando-se as instituições que interferem na educação sexual do adolescente encontramos a escola, parte essencial do nosso estudo. Sabe-se que a escola é um cenário muito apropriado para o desenvolvimento de um programa de educação sexual, por que além de uma ação direta que exerce sobre os educandos, indiretamente incentiva a própria família a desempenhar o seu papel.

Ao falar em educação, não se refere somente à educação de conteúdos, mas àquela que promove a discussão de temas extraescolares, refletindo a atual sociedade, levando os alunos a criticar e observar o que está acontecendo. Assim, eles não ficarão passivos frente às injustiças do mundo e estarão instrumentalizados para uma ação mais consciente e segura, inclusive no campo sexual.

Segundo Jimenez (1991), as pessoas aprendem reconstruindo os conhecimentos, pondo-os em relação com os esquemas cognitivos que possuem. Isto reforça a tese de que não é válido tentar exterminar as pré-concepções que os alunos possuem, antes, é preciso trabalhá-las para que o aprendizado ocorra de forma mais concreta. Assim, os professores precisam apresentar formação para desenvolverem novas concepções sobre sexualidade junto aos alunos.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

Este artigo fundamentou-se numa pesquisa realizada a partir de extensa revisão bibliográfica. Os dados extraídos de cada obra foram transcritos, em fichas, ressaltando os pontos pertinentes ao assunto em questão.

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi utilizada a abordagem qualitativa. Segundo Ludke e André (1986), a pesquisa qualitativa possui o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador, como instrumento principal. A pesquisa qualitativa, ainda, supõe o contato direto do pesquisador com o ambiente e a

situação que está sendo investigada, via de regra por meio de trabalho intensivo de campo. De acordo com Pope e Mays (apud NEVES, 1996), os métodos qualitativos trazem como contribuição ao trabalho do pesquisador uma mistura de procedimentos de cunho racional e intuitivo, capazes de contribuir para a melhor compreensão dos fenômenos.

A pesquisa de campo foi realizada com trinta e cinco professores pertencentes ao quadro de docentes de uma escola pública de Ensino Fundamental, localizada no município de Santa Maria, RS.

Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se um questionário composto de dez perguntas, do tipo aberto. Os temas abordados incluíram a indagação acerca da importância e o espaço da educação sexual na escola, presença de aluno portador de Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), conhecimento da hora certa para ter relações sexuais, virgindade, gravidez, além de questões envolvendo assuntos como masturbação, camisinha e pílula.

Os professores também foram questionados sobre temas relacionados à sexualidade, para verificar se receberam alguma orientação de como trabalhá-los em sala de aula com seus alunos.

O estudo atendeu ao rigor científico e seguiu preceitos éticos na realização de Pesquisa com Seres Humanos, respeitando a Resolução 196/96 e obtendo aprovação do Comitê de Bioética da Universidade Federal de Santa Maria (CAE 0107.243.000-09).

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A importância da educação sexual na escola foi o principal tema abordado pelos professores participantes da pesquisa, os quais colocaram seu tratamento como de fundamental importância nas escolas. Os professores consideraram, ainda, que os alunos devem receber orientação suficiente para o exercício de sua sexualidade.

Com relação ao tema “sexualidade” ser trabalhado nas escolas, 100% dos professores entrevistados afirmaram que a escola não pode se omitir em orientar e discutir temas relacionados à educação sexual. Neste sentido, ainda, declararam que a omissão não é o papel adequado a ser desempenhado pelas escolas:

*Não, porque por experiência própria, algumas famílias não gostam de tocar no assunto, de orientar, apenas proíbem.*

*Não, creio que situações em que o aluno esteja de frente com problemas relacionados à sexualidade apresentam-se em qualquer lugar, não apenas na família.*

A partir das respostas, percebe-se que os professores acreditam que a sexualidade deve ser trabalhada na escola, pois é um local para orientação. Esta postura é muito importante, pois comprova que estão conscientes de sua missão de orientar seus alunos na questão da sexualidade, visto que, na família, muitas vezes, esta orientação não ocorre. Para Saito (2000), se a meta é informar ou, melhor ainda, formar, a escola destaca-se entre os grupos de referência.

Da mesma forma, sobre o fato de questões referentes à sexualidade receberem destaque no planejamento escolar, também houve 100% de respostas afirmativas, reforçando a necessidade de adequação das escolas para trabalhar com temas relacionados à sexualidade. Os professores salientam a importância dos temas relacionados à sexualidade nas escolas:

*Sim, esses assuntos são fundamentais. Sempre quando eles são colocados em pauta os alunos demonstram grande interesse.*

*Sim, acho importante e necessário, pois a sexualidade faz parte da formação integral de cada um de nós.*

As respostas mostram que os professores são favoráveis à inclusão do tema sexualidade no planejamento escolar, pois só dessa forma estarão preparados e legalmente amparados para trabalhar temas diversos em sala de aula. A necessidade de incluir a educação sexual na escola não é novidade, pois nos PCNs é apresentada como tema transversal, visto que causa inquietação e demanda cuidado e uma ação concreta, urgente e eficiente. Sayão (1997) confirma a visão dos professores, ao afirmar que, tendo a disponibilidade pessoal para se responsabilizar pelo trabalho, a área de conhecimento do professor não é o fator mais importante.

Com relação à reação frente a um estudante HIV+, todos os professores apresentaram uma postura de não discriminá-lo. As respostas foram diversas, mas todas tiveram em comum a consciência da não discriminação e de proporcionar a esse aluno um ambiente de estudo agradável e respeitoso.

Algumas palavras que caracterizaram as respostas: *preocupação, ajuda, naturalidade, aprofundamento, estudo, orientação, tranquilidade, igualdade,*

*informação, conversa, apoio, atualidade, piedade, inclusão, medo, aceitação, tristeza, proteção, dificuldade e problemas.*

Essas palavras refletem a reação e a concepção dos professores em relação ao assunto, o que também é evidente nas seguintes respostas:

*Buscar imediatamente apoio, informação, porque pouco sabemos a respeito.*

*Tratá-lo normalmente, sem dar a impressão de piedade ou repulsa.*

O tema AIDS gera uma série de respostas e sentimentos. As respostas mostram que os professores não possuem medo, receio ou preconceito em relação ao aluno HIV+, mas pedem auxílio para saber como proceder em sala de aula com esse aluno e com a turma, enfatizando a necessidade de melhor formação do professor, para que esteja mais apto ao desenvolver seu trabalho em relação a temas relacionados à sexualidade.

Em relação ao momento certo de perder a virgindade, 20% dos entrevistados responderam que não possuíam conhecimento para abordar o tema, 55% tratariam o tema sem preconceito e os demais entrevistados não saberiam como reagir frente ao questionamento. As respostas mostram que os professores estão cientes de que a prática sexual está acontecendo cada vez mais cedo e que é papel da escola auxiliar nessa orientação.

A grande maioria dos entrevistados colocou que não há um momento certo, pois este depende de cada um, devendo considerar os sentimentos e o preparo para a prática do sexo. Salienta-se este posicionamento dos professores na seguinte resposta:

*Diria que não existe regra, mas que se deve estar consciente do que se quer, estar envolvida emocionalmente com a outra pessoa e conhecer métodos de prevenção contra Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e gravidez indesejada.*

Num outro enfoque, sobre o preparo para trabalhar temas polêmicos como masturbação, 57% dos entrevistados responderam que não estão à vontade e nem preparados para falar sobre assuntos tão polêmicos e diversos, 14% estão parcialmente prontos para conversar e 29% responderam que, independente do assunto, eles orientam e esclarecem as dúvidas dos alunos. Os professores enfatizaram que a falta de conhecimento e formação adequada não permitem o desenvolvimento destes assuntos em sala de aula. Assim, dessa forma, a educação



sexual na escola deve preparar, primeiramente, o educador para que ele possa realizar seu papel de forma eficiente.

Este tipo de formação continuada é abordada por Freire (1998) como necessária e essencial, para que a prática educativa do professor consiga promover uma educação eficaz.

Os resultados mostram que uma parcela significativa de professores (71%) se sente despreparada para trabalhar a orientação sexual de forma efetiva, para eles há necessidade de auxílio por parte da escola neste preparo.

Com relação ao trabalho sobre sexualidade em sala de aula, 71,4% dos professores responderam que, pelo menos uma vez, já haviam discutido algum assunto relacionado. Os temas trabalhados foram: *prevenção, relação sexual, DST, preservativos, gravidez, corpo, sentimentos, hormônios, planejamento familiar, HIV, namoro, higiene, aborto, ficar, casamento, menstruação.*

Os temas trabalhados mostram que, mesmo sem um planejamento escolar, os professores, de forma individual, trabalham alguns temas com seus alunos, porém de uma forma estranha ao processo escolar como um todo. No momento que a escola trabalhar em conjunto com os professores, pais e alunos, essa atividade terá resultados mais positivos e duradouros.

A temática virgindade mostrou que os professores, atualmente, têm uma visão mais igualitária em relação a ser homem ou mulher, pois em nenhuma resposta foi colocado que é obrigatório à mulher ser virgem até o casamento. Essa visão sem preconceitos é fundamental para o exercício de um trabalho de orientação, pois não haverá julgamentos, regras e nem certo ou errado. Existirá apenas orientação e, a partir dela, cada um fará sua escolha.

Ao se deparar com uma aluna adolescente e grávida, 75% dos professores colocam que estão abertos ao diálogo e dispostos a auxiliar no que for preciso, pois estão “acostumados” com o crescente número de adolescentes grávidas nas escolas. Porém, se houvesse orientação, aconselhamento e um trabalho contínuo sobre o tema, tais alunas estariam cientes dos métodos de prevenção e das consequências da gravidez na adolescência. Nesse sentido, convergem as respostas dos professores, como:

*Orientá-la para que não se desespere.*

*Sob consentimento da família, orientaria sobre os cuidados na gestação.*

*Tratá-la com naturalidade, incentivando os cuidados pré-natais.*

Os PCNs demonstram a necessidade da interdisciplinaridade do tema, pois, desta forma, os educandos estarão em constante contato com o assunto e não precisarão esperar que o tema seja abordado em uma aula de biologia.

Ao tratar sobre sexo seguro, 98% dos professores citaram o uso da camisinha como fator essencial para esta prática e valorização do corpo. Este fato está ligado, principalmente, às DST, AIDS e gravidez na adolescência. Para a valorização do corpo e dos sentimentos, na relação sexual, não se deve priorizar apenas o prazer físico, uma vez que os sentimentos também são importantes para uma realização plena e isso mostra que as pessoas se valorizam e têm respeito pelos seus sentimentos. Sobre esse aspecto, o posicionamento dos professores é majoritário, traduzido nas respostas:

*É uma relação entre pessoas responsáveis pelos seus atos, com as devidas precauções como o uso de camisinhas, pílulas.*

*Não transar com todos os garotos, esperar por uma relação estável, sincera e duradoura.*

*Relação sexual que envolva cuidado com a saúde, o prazer e o sentimento entre os parceiros. Com preservativos, é claro!*

Em relação à formação continuada na escola, apenas 2,8% dos professores responderam que já receberam algum tipo de orientação sobre como tratar sexualidade em sala de aula. Porém, 100% dos professores acreditam ser necessário e urgente receber treinamento sobre o tema orientação sexual na escola.

Dos entrevistados, apenas um afirmou ter participado de um curso sobre orientação sexual (porém numa escola em outra cidade) na sua trajetória escolar, mostrando que essas instituições não estão planejando a educação sexual, como se a sexualidade não fosse parte importante para a formação da pessoa. Talvez, devido à escassez desses trabalhos de educação sexual, o número de meninas grávidas que abandonam a escola, de meninos que param de estudar para poder sustentar uma família e de portadores de DST aumenta assustadoramente. As respostas mostram claramente a importância e a urgente necessidade de trabalhos relacionados à sexualidade na escola. Então, cabe ao âmbito escolar planejar, em conjunto com a comunidade, a forma, os temas e outros fatores, para a realização de um trabalho que oriente e auxilie na formação de indivíduos conscientes e

esclarecidos sobre sua sexualidade, capazes de escolher os caminhos que consideram corretos para o desenvolvimento dessa sexualidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao abordar um tema tão polêmico como sexualidade, depara-se com uma grande variedade de respostas, conceitos e inquietações.

Hoje, a escola assume um papel fundamental na orientação. Não apenas em ensinar conteúdos, mas estar apta e aberta a preparar os alunos para a vida nos seus diferentes aspectos: social, sexual, familiar.

Conforme Alencar (2008, p. 162),

Embora haja um consenso entre os estudiosos sobre a necessidade de promover a discussão de questões referentes à sexualidade, na prática, educadores e pais ainda apresentam dificuldades em abordar o tema com os jovens.

As dúvidas que professores apresentam ao abordar o tema sexualidade mostram que eles têm a consciência da necessidade de trabalhar esse assunto na escola, mas, ao mesmo tempo, consideram-se despreparados para a realização dessa tarefa seja por falta de conhecimento, seja por medo ou vergonha.

Por isso, com esse estudo deixa-se um alerta para que as escolas insiram no seu currículo a orientação sexual e que forneçam apoio e condições para que o professor trabalhe o tema em sala de aula de forma eficiente. Caso contrário, os problemas relacionados à sexualidade desregrada e sem limites tenderão a aumentar. Esse estudo também serve como instrumento aos professores, para que exijam de suas escolas um trabalho efetivo e sério em relação ao tema, pois apenas dessa forma pode-se auxiliar os alunos na sua formação.

Então, é preciso se preocupar com a formação dos educadores, para que, no futuro, se encontrem educandos de hoje com capacidade para criticar e ensinar às novas gerações sobre a necessidade da incessante busca da compreensão da sociedade. Espera-se que os educadores do amanhã possam dizer que sua personalidade crítica, reflexiva e justa é o reflexo do aprendizado ocorrido durante sua vida escolar, na qual os verdadeiros mestres estavam sempre prontos para esclarecer dúvidas e aceitar a transformação do mundo. Para Freire (1998), o ser humano precisa estar sempre em formação, pois o conhecimento é infinito.

A sexualidade trabalhada de forma correta, sem preconceitos, tabus e julgamentos, leva à formação de pessoas preparadas para exercer sua sexualidade de forma segura e saudável. Com um trabalho preventivo nas escolas, as chances são maiores quanto à formação de uma sociedade consciente e responsável por sua sexualidade. Quanto maior a bagagem cultural, emocional e social que cada um possui, maiores serão as chances em optar por uma conduta sexual preventiva.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, R. A. Desenvolvimento de uma proposta de educação sexual para adolescentes. **Ciência e Educação**, v. 14, n.1, p. 159-168, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros curriculares nacionais: temas transversais**. Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. Lei 9394/96. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Projetos Educacionais Especiais. **Diretrizes para uma política Educacional em Sexualidade**. Série Educação Preventiva Integral. Brasília, 1994.

BUENO, S. M. V. **Educação preventiva em sexualidade, DST-AIDS**. 2001. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2001.

CÉSAR, M. R. A. **A invenção da adolescência no discurso pedagógico**. São Paulo: UNESP, 2008.

FONSECA, L. Corpo falado: sexualidade, poder e educação. **Educação, Sociedades e Culturas**, n. 25, p. 135-168, 2007.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. 13 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GIORDAN, A.; VECCHI, G. **As origens do saber: das concepções dos aprendentes aos conceitos científicos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

JIMENEZ, A. Cambiando las ideas sobre el cambio biológico. **Enseñanza de las Ciencias**, Barcelona, v. 9, n. 3, p. 248-256, 1991.

JURBERG, M. B. A construção social da sexualidade: da identidade biológica a identidade sócio-cultural de genero. **Revista Scientia Sexualis**, v. 7, n. 2, p. 25-40, 2001.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado**. Minas Gerais: Autêntica, 1999. p. 9-34.

LUDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUZ, A.; DINIS, N. **Educação sexual na perspectiva histórico-cultural**. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa - características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 2. sem. 1996.

SAITO, M. I.; LEAL, M. M. Educação sexual na escola. **Revista Pediatria**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 44-48, 2000.

SAYÃO, R. Saber o sexo? Os problemas da informação sexual e o papel da escola. In: AQUINO, J. G. **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. 3. ed. São Paulo: Summus, 1997. p. 97-105.

**ANEXO F-** Artigo submetido ao periódico Revista Ciência & Ensino em novembro de 2010

**ABORTO: UM PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA E SUA  
ABORDAGEM NOS LIVROS DIDÁTICOS DE ENSINO MÉDIO  
ABORTION: A PUBLIC HEALTH PROBLEM AND ITS  
APPROACH IN SCHOOL TEXTBOOKS  
ABORTO: UN PROBLEMA DE SALUD PÚBLICA Y SU  
ENFOQUE EN LIBROS DE TEXTO ESCOLARES**

Maria Rosa Chitolina Schetinger<sup>1</sup>; Cristiane Kohler Carpilovsky<sup>2</sup>; Liliani Mathias Brum<sup>3</sup>; Daiana Sonogo Temp<sup>4</sup>; Cati Reckelberg Azambuja<sup>5</sup>; Debora Basso<sup>6</sup>; Félix Alexandre Antunes Soares<sup>7</sup>

<sup>1</sup> Docente do Departamento de Química, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Universidade Federal de Santa Maria. Endereço: Universidade Federal de Santa Maria – Avenida Roraima, nº 1000, Cidade Universitária, Departamento de Química, Bairro Camobi, Santa Maria, RS, CEP 97105-900. Fone: (55) 3220-9557. E-mail: [mariachitolina@gmail.com](mailto:mariachitolina@gmail.com)

<sup>2</sup> Docente do Departamento de Morfologia da Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: [criskoh@terra.com.br](mailto:criskoh@terra.com.br)

<sup>3</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Centro de Ciências da Saúde Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: [lilianibrum@gmail.com](mailto:lilianibrum@gmail.com)

<sup>4</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Centro de Ciências da Saúde Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: [daianatemp@yahoo.com.br](mailto:daianatemp@yahoo.com.br)

<sup>5</sup> Aluna Especial do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Centro de Ciências da Saúde Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: [cati.razambuja@hotmail.com](mailto:cati.razambuja@hotmail.com)

<sup>6</sup> Aluna Especial do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Centro de Ciências da Saúde Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: [deborababas@yahoo.com.br](mailto:deborababas@yahoo.com.br)

<sup>7</sup> Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Centro de Ciências da Saúde Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: [felix\\_antunes\\_soares@yahoo.com.br](mailto:felix_antunes_soares@yahoo.com.br)



**ABORTO: UM PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA E SUA  
ABORDAGEM NOS LIVROS DIDÁTICOS DE ENSINO MÉDIO  
ABORTION: A PUBLIC HEALTH PROBLEM AND ITS  
APPROACH IN SCHOOL TEXTBOOKS  
ABORTO: UN PROBLEMA DE SALUD PÚBLICA Y SU  
ENFOQUE EN LIBROS DE TEXTO ESCOLARES**

**RESUMO**

O aborto é um grande problema de saúde pública, cuja gravidade se reflete diretamente no SUS devido ao alto índice de internação de mulheres após a realização do mesmo. Segundo estimativas da Alan Guttmacher Institute (AGI), anualmente, 20 milhões de abortos são praticados sob condições de risco. A maioria desses abortos ocorre durante a adolescência e a educação pode desempenhar um papel relevante na formação do cidadão, reduzindo o índice de abortos e de suas complicações, as quais incluem a mortalidade materna. A educação pode desempenhar um papel relevante na formação do cidadão, reduzindo o índice de abortos e consequentemente de suas complicações, entre as quais, a mortalidade materna. Os livros didáticos são importantes meios de divulgação do conhecimento na educação brasileira, amplamente utilizados no ensino médio. Sendo assim, a abordagem do tema aborto nos livros didáticos é uma ferramenta importante de informação, pois alcança grande número de pessoas.

Palavras-chave: aborto, educação, saúde pública, livros escolares.

**ABSTRACT**

Abortion is a major problem of public health, whose severity if reflects directly in the SUS due to the high index of internment of women after the completion of the same. According to estimates by Alan (UFA Guttmacher Institute), annually, 20 million abortions are carried under conditions of risk. The majority of these abortions occurs during adolescence and education can play a role in the training of the citizen, reducing the index of abortions and its complications, which include maternal mortality. Education can play an important role in formation of the citizen, reducing the index of abortions and consequently its complications, among which, maternal mortality. The textbooks are important means of dissemination of knowledge in Brazilian education, widely used in middle education. Thus, the theme in

textbooks abortion is an important tool for information, because reaches large number of people.

**Keywords:** abortion, education, public health, school textbooks

## **RESUMEN**

El aborto es un importante problema de salud pública, cuya gravedad se refleja directamente en sus debido al alto índice de internamiento de la mujer después de la finalización de la misma. Según las estimaciones de Alan (UFA Guttmacher Institute), anualmente, 20 millones de abortos efectuados en condiciones de riesgo. La mayoría de estos abortos ocurre durante la adolescencia y la educación puede desempeñar un papel en la formación de los ciudadanos, reducir el índice de abortos y sus complicaciones, que incluyen la mortalidad materna. La educación puede desempeñar un papel importante en la formación de los ciudadanos, reducir el índice de abortos y en consecuencia sus complicaciones, entre las cuales, la mortalidad materna. Los libros de texto son importantes medios de difusión de los conocimientos en educación de Brasil, ampliamente utilizado en educación media. Así, el tema en libros de texto el aborto es un instrumento importante para información, porque llega gran número de personas.

**Palabras-clave:** el aborto, la educación, la salud pública, libros escolares.

# **ABORTO: UM PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA E SUA ABORDAGEM NOS LIVROS DIDÁTICOS DE ENSINO MÉDIO**

Maria Rosa Chitolina Schetinger; Cristiane Kohler Carpilovsky; Liliani Mathias Brum; Daiana Sonogo Temp; Cati Reckelberg Azambuja; Debora Basso; Félix Alexandre Antunes Soares

## **Introdução**

Nas últimas décadas, a gravidez na adolescência vem sendo observada como um grave problema social e a gestação interrompida por abortamento se revela como um importante problema de saúde pública (Menezes, Aquino, 2009) em consequência da sua realização clandestina através de meios inseguros e por profissionais nem sempre capacitados. Segundo o Ministério da Saúde (2008) aproximadamente 78% das mulheres que induzem aborto estão na adolescência.

Segundo estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS), no Brasil, 31% das gravidezes resultam em aborto, ocorrendo aproximadamente 1,4 milhões de abortamentos inseguros e/ou espontâneos por ano.

A crescente incidência das complicações devido ao aborto é fenômeno mais evidente nas últimas décadas, destacando-se entre as principais causas de mortalidade materna. As consequências para a saúde da mulher podem ser caracterizadas como físicas e/ou psíquicas, decorrentes da decisão sobre a interrupção da gravidez, das circunstâncias familiares e econômicas, apontando para a necessidade de acompanhamento profissional e cuidados especiais (Sandi, Braz, 2010).

Nesse sentido, o SUS (Sistema Único de Saúde) sofre consequências com o elevado número de abortos, uma vez que grande parte das mulheres necessita internação pós-aborto para a realização de certos procedimentos como curetagens, entre outros. Segundo Vieira (2010), os custos financeiros, sociais, emocionais e físicos de 250 mil internações hospitalares anuais de mulheres poderiam ser evitados, ou pelo menos minimizados, se a prevenção da gravidez indesejada estivesse acessível a todos, sendo os direitos reprodutivos respeitados como uma importante dimensão dos direitos humanos.

Sabe-se que o início da vida sexual dos jovens tem acontecido, de forma geral, cada vez mais precoce. Muitos dos problemas relacionados à sexualidade nesta idade, entre eles, a

gravidez indesejada e o abortamento, podem estar diretamente ligados à desinformação e ao equívoco.

Dessa forma, o sistema educacional brasileiro representa um meio de formação de cidadãos capazes de construir conhecimentos que contribuam para a redução do número de abortos e suas complicações, principalmente entre adolescentes. Considerando-se este aspecto, as ações de educação em saúde, desenvolvidas no campo da sexualidade junto a este público, são fundamentais e contribuem para um estilo de vida mais saudável e tomada de decisões mais conscientes.

### **Educação: adolescência e sexualidade**

Os limites da adolescência, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) estende-se dos 10 aos 19 anos, abrangendo a pré-adolescência, o período etário entre 10 a 14 anos, e a adolescência propriamente dita, dos 15 aos 19 anos.

Adolescência pode ser definida com um período de profundas mudanças biopsicossociais, especialmente relacionadas à maturação sexual e a busca da identidade adulta. A gravidez nesse momento de vida oferece implicações no desenvolvimento tanto para o adolescente quanto para aqueles envolvidos nessa situação (Santos Júnior, 1999).

A sexualidade é um aspecto muito importante desta fase da vida e que tem por objetivo a formação da identidade sexual do ser humano, associada, ainda, ao afeto, responsabilidade e promoção da saúde. A difícil tarefa educativa, diante da banalização do sexo e da sexualidade e distorção dos valores, busca alternativas na parceria escola/família/saúde. Desta maneira, além do desafio dos pais, os educadores e profissionais de saúde devem se comprometer com os jovens auxiliando no entendimento da necessidade da prevenção da gravidez indesejada.

Neste contexto, as atividades de educação em ciência, segundo Ferreira (2006), podem ser compreendidas como um recurso que oferece subsídios para a obtenção de novos hábitos e condutas de saúde. O autor refere, ainda, que essas atividades devem ser voltadas para o desenvolvimento das capacidades, individuais e coletivas, com o objetivo de melhoria da qualidade vida e saúde dos indivíduos.

Além disso, a orientação sexual é extremamente necessária para fornecer suporte à formação do adolescente durante esse período conturbado, marcado por dúvidas, anseios e receios em relação a algumas mudanças que estão ocorrendo, como por exemplo, as transformações corporais, a personalidade e a sexualidade (Dantas et al., 2010). Em uma

pesquisa realizada com uma população de 702 mulheres, a respeito do nível de conhecimento sobre abortamento espontâneo, Vieira et al. (2007) salientam que os temas relacionados à sexualidade necessitam ser abordados desde o ensino fundamental.

De acordo com pesquisa divulgada pela ECOS (Comunicação em Sexualidade) as orientações educativas devem começar o mais cedo possível. Os jovens devem ser esclarecidos sobre os riscos a que se expõem quando praticam relações sexuais desprotegidas, como a possibilidade de uma gravidez indesejada ou não planejada e das complicações a que estão sujeitas as mulheres ao vivenciarem um abortamento.

Ainda, confirmando a importância das ações educativas, Saito et al. (2000), relatam que adolescentes que receberam aulas de orientação sexual nas escolas usaram preservativos em maior escala na primeira relação. Referem, também, que os jovens sempre apontam a escola como fonte de informação sobre sexualidade, valorizando não só esses conhecimentos como o local onde os receberam. Muito da formação do adolescente, no que diz respeito a sua sexualidade, acaba sendo delegada aos profissionais da saúde e da educação, uma vez que a maioria das famílias não está preparada para discutir este tipo de assunto. Porém, verificou-se que a maioria destes profissionais enfrenta semelhante situação (Cano, Ferriani, Gomes, 2000).

Neste sentido, a problemática da gravidez na adolescência, segundo Cardoso e Cocco (2003), evidencia que muitos adolescentes não compreendem a real situação de ocorrência de fecundação. Além disso, apesar de terem recebido informações sobre o assunto, manifestam uma visão distorcida sobre métodos contraceptivos e preventivos.

Para Altmann (2000) estar consciente do verdadeiro da sexualidade é poder escolher caminhos que levem a uma vivência na qual o sexo e a sexualidade são exercidos de forma harmoniosa, onde as pessoas irão procurar utilizar métodos de prevenção que promovam segurança durante o ato

Segundo Vieira et al. (2006) um dos problemas decorrente da falta de orientação sexual durante o desenvolvimento do adolescente é a gravidez não planejada, responsável por 80,3% das internações nessa faixa etária em todas as regiões do país e por tanto, um problema de saúde pública.

De acordo com a literatura, 80% das adolescentes não fazem uso de qualquer método anticoncepcional na primeira experiência sexual. O estudo de Vieira et al. (2007) aponta que, de 1.437 adolescentes, 35% vivenciavam a prática sexual e que apenas 10,7% fizeram uso de contraceptivos. Em virtude das experiências sexuais e da falta de uso de métodos anticoncepcionais por esse grupo etário, o índice de gravidez na adolescência

registrado no Brasil no ano de 1998 foi de 23,6% e, por região, verificou-se um percentual de 31,2% para a região Norte; 26,0% para o Nordeste; 20,7% para região Sudeste; 21,5% para região Sul e 27,1% para a região Centro-Oeste. Tais dados permitem ressaltar a importância da ampliação ao acesso de informações a esse grupo etário, buscando reduzir a possibilidade da ocorrência de um abortamento, assim como as consequências advindas da experiência.

### **A Educação Brasileira no contexto da Saúde Pública frente à problemática do Aborto**

Aproximadamente 78% das mulheres que induzem o aborto, segundo o Ministério da Saúde (2008), estão na adolescência, período que o indivíduo está passando por inúmeras transformações físicas e psicológicas. De acordo com dados da OMS elevados índices de gravidez ocorridas até os 20 anos incompletos mostram um aumento na taxa de fecundidade para esta população quando comparada a mulheres adultas, principalmente nos países da América Latina.

Souza et al. (2001) assinalam que a fase de adolescência é caracterizada por etapas de desenvolvimento físico, mental, emocional e social, passando de uma fase de dependência socioeconômica total a outra de relativa independência. Sabe-se que a transição da infância para a fase adulta é um processo lento; no entanto, se uma adolescente engravida, esta fase é transposta aos saltos, quando ainda está se adaptando às transformações que estão ocorrendo em seu corpo.

Observa-se, ainda, que a gravidez na adolescência tem diferentes causas, entre elas, o crescimento da população de jovens e as modificações na forma como é atualmente vivida a sexualidade, além do início precoce da vida sexual aliado à falta de informações sobre meios contraceptivos e a deficiência de programas de apoio ao adolescente (Sabroza et al., 2004). Recentemente, descrevem-se o fenômeno de forma distinta, como resultante de múltiplas características e variáveis influenciadoras do desenvolvimento (Jacard, Dodge, Dittus, 2003; Canavarro, Pereira, 2001).

Nesse sentido, a preocupação com esse fenômeno surge por se considerar que, na maioria dos casos, a adolescente não está preparada para o desempenho das tarefas associadas à maternidade. Por outro lado, na cultura ocidental, a gravidez adolescente tende a ser vista como um ato não-normativo, comprometendo a construção da identidade e o desenvolvimento da autonomia emocional e comportamental (Figueiredo, 2001; Figueiredo et al., 2000). Além disso, Cabral (2003) considera a imaturidade psíquica dos jovens pais como um fator de risco ao adequado desenvolvimento do bebê, bem como, para educar e criar uma criança.

Normalmente, a mulher é responsabilizada pela gravidez, enquanto que os homens são eximidos de qualquer responsabilidade nesta questão. A ideia que predomina é a culpabilidade da mulher pela gravidez, mesmo nos casos de violência sexual ou risco de morte materna (Araújo, 1998). Dessa forma, o aborto passa a ser considerado como a única, ou pelo menos, a mais imediata “solução” para a eventual gravidez.

Dessa forma, o aborto é um relevante problema de saúde pública considerando que um estudo realizado pelo Ministério da Saúde (2008) demonstrou que em 2005 foram realizados 1.054.242 abortos conforme o cálculo estimado das internações por abortamento registradas no Serviço de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde.

Portanto, este grave problema de saúde pública faz parte da realidade do público adolescente que está cursando o ensino médio dentro de um contexto educacional em construção.

Neste contexto, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) representa uma importante mudança, das tantas que a Educação Brasileira tem apresentado nas últimas décadas. Buscando a democratização ao acesso às universidades federais através da proposição de um sistema de seleção que está sendo utilizado como uma das formas de ingresso ao ensino superior.

Assim, a Educação Brasileira tem apresentado inúmeras mudanças, sendo que o ENEM é uma das principais, pois busca colocar aos adolescentes temas importantes, como questões relacionadas à sexualidade, que acabam sendo questionadas pelos mesmos. Buscando a democratização ao acesso às universidades federais, o ENEM propõe um sistema de seleção que está sendo utilizado como uma das formas de ingresso ao ensino superior.

Sendo a escola o local onde os alunos ficam grande parte do dia é necessário que a mesma tome iniciativas para levar a estes jovens as informações que lhes forem negligenciadas no âmbito familiar. Havendo um trabalho preventivo nas escolas as chances são maiores quanto à formação de uma sociedade consciente e responsável por sua sexualidade. Quanto maior a bagagem cultural, emocional e social que cada um possui maiores serão as chances em optar por uma conduta sexual preventiva.

Em Libâneo encontra-se que

A responsabilidade social da escola e dos professores é muito grande, pois lhes cabe escolher qual concepção de vida e de sociedade deve ser trazida à consideração dos alunos e quais conteúdos e métodos lhe propiciam o domínio dos conhecimentos e a capacidade de raciocínio

necessários à compreensão da realidade social e à atividade prática na profissão, na política e nos movimentos sociais. (Libâneo,1994,p.22)

O conteúdo abrangido pelo exame é amplo e apresenta como eixos cognitivos comuns a todas as áreas de conhecimento a dominação da linguagem, compreender os fenômenos, enfrentar situações-problemas, construir argumentações e elaborar propostas.

O ENEM compreende diversas matrizes de referência as quais envolvem referência de linguagens, códigos e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências humanas e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias. Nessa matriz se insere a competência da área quatro, a qual objetiva compreender interações entre organismos e ambiente, em particular à saúde humana, relacionando conhecimentos científicos, aspectos culturais e características individuais. O desenvolvimento desta competência visa identificar padrões em fenômenos e processos vitais dos organismos como a sexualidade. Também, salienta-se que o ENEM aborda os temas de forma interdisciplinar e considerando, além dos aspectos biológicos, os sociais, ambientais e econômicos.

Neste contexto, o ENEM tem abordado temas da atualidade no Brasil e/ou mundo, entre os quais se insere o aborto. Logo, é uma problemática social que pode ser solicitada inclusive como tema de redação do exame.

No Brasil, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1998) faz-se necessário ampliar a noção de conteúdo para além dos conceitos, acrescentando procedimentos, atitudes e valores como conhecimentos tão relevantes quanto os temas tradicionalmente abordados. Também, deve-se enfatizar a necessidade de tratar de outros conceitos, nas diferentes áreas curriculares e no convívio escolar, os temas transversais.

Desse modo, no Plano Curricular Brasileiro, o aborto é um tema transversal, podendo ser desenvolvido ao longo do ensino. Esse tema necessita ser amplamente abordado nos livros de ensino médio, uma vez considerada a faixa etária em que ocorre com maior frequência, bem como suas graves consequências.

No entanto, o tema aborto surge, recentemente, no cenário escolar por meio de breve conceituação em alguns livros de biologia. Esse fato é observado através da análise do Plano Nacional do Livro Didático do Ensino Médio (PNLEM) implantado em 2004 visando distribuir livros didáticos para o ensino médio público de todo o Brasil. Os livros de Biologia foram distribuídos pela primeira vez no ano de 2007.

Conforme o Ministério da Educação, 95,5% das secretarias estaduais e municipais de educação e escolas federais aderiram ao programa para o próximo ano, índice este que é



um recorde histórico. Este programa distribuiu os livros didáticos, também, às bibliotecas públicas.

O Decreto nº 7.084, de 27 de janeiro de 2010 traça os objetivos dos programas de distribuição de livros pelo Ministério da Educação, entre os quais se destacam a democratização do acesso às fontes de informação e o estímulo à atitude investigativa dos alunos.

De acordo com o Guia de Livros Didáticos o livro didático deve atender a vários critérios para ser utilizado em sala de aula como: observância aos princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano; coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica assumida. No que diz respeito à proposta didático – pedagógica explicitada e aos objetivos visados e a correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos.

Assim, esta pesquisa objetivou analisar qualitativamente aspectos gerais e específicos do tema transversal aborto nos livros recomendados pelo PNLEM 2010 para a disciplina de biologia.

## **Metodologia**

Esta pesquisa objetivou revisar a frequência e estrutura da abordagem do tema aborto, conteúdo de cunho transversal, nos livros de biologia indicados para o ensino médio pelo PNLEM.

A seleção dos livros utilizados para esta análise é da versão 2009, para o ano de 2010 (tabela 1) visto que o edital de 2010/2011 visou apenas selecionar bibliografia complementar.

**Tabela 1: Lista de livros indicados para biologia pelo PNLEM 2010**

<b>Obra</b>	<b>Autor(es)</b>	<b>Editora</b>	<b>Ano/Edição</b>
<b>Biologia - Vol Único</b>	S. Linhares e F. Gewandsznajder	Ática	2005/1ª Ed
<b>Biologia - Vol Único</b>	J. A. Favaretto e C. Mercadante	Moderna	2005/1ª Ed
<b>Biologia - Vol Único</b>	J. Laurence	Nova Geração	2005/1ª Ed

<b>Biologia - Vol Único</b>	A. Adolfo, M. Crozetta e S. Lago	IBEP	2005/2ª Ed
<b>Biologia – Vols 1, 2 e 3</b>	C. da Silva Júnior e S. Sasson	Saraiva	2005/8ª Ed
<b>Biologia – Vols 1, 2 e 3</b>	J. M. Amabis e G. R. Martho	Moderna	2005/2ª Ed
<b>Biologia – Vols 1, 2 e 3</b>	W. R. Paulino	Ática	2005/1ª Ed
<b>Biologia – Vol Único</b>	S. Lopes e S. Rosso	Saraiva	2005/1ª Ed
<b>Biologia – Vols 1, 2 e 3</b>	O. Frota-Pessoa	Scipione	2005/1ª Ed

Os critérios utilizados para a análise foram organizados em eliminatórios e de qualificação, seguindo as orientações do catálogo do PNLEM que avalia as obras quanto aos conteúdos e procedimentos que mobiliza, que devem ser compatíveis e atualizadas.

Além disso, a obra didática deve contribuir para o alcance dos objetivos estabelecidos pelo Art. 35 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB; Lei 9.394/96) para o Ensino Médio, da seguinte forma: I – Consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos; II – Proporcionar preparação básica para o trabalho e cidadania, para o educando continuar aprendendo, fornecendo capacidade de adaptação com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III – Aprimorar o educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento humano; IV – Relacionar a teoria com a prática para a compreensão dos fundamentos científicos-tecnológicos dos processos produtivos.

Desta maneira, as obras didáticas não podem conter preconceitos de qualquer espécie, ignorar as discussões atuais das teorias e práticas pedagógicas, repetir estereótipos, conter informações e conceitos errados ou análises equivocadas ou contrariar a legislação vigente.

Os critérios eliminatórios incluem a correção e adequação conceituais e correção das informações básicas, a coerência e pertinência metodológicas e os preceitos éticos.

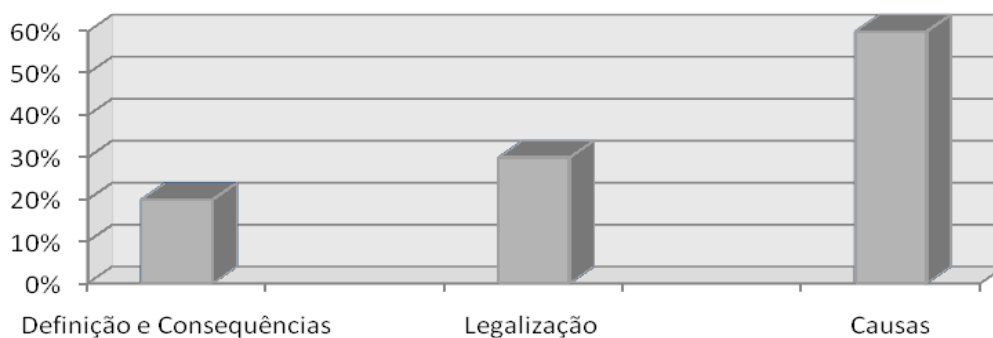
Já para os critérios de qualificação, espera-se que a obra didática aborde criticamente as questões de sexo e gênero, de relações étnico-raciais e de classes sociais; utilize linguagem gramatical correta; contenha um livro do professor estruturado, com sugestões de atividades e que seja capaz de orientar o professor a respeito de conhecimentos utilizados; além dessas especificações, também é necessário que a obra siga várias regras de editoração.

## **Resultados e Discussão**

Foram analisados 60% dos livros indicados pelo PNLEM, porém, visando manter as questões éticas educacionais, os dados verificados e discutidos nesse trabalho, não foram identificados de forma isolada.

Dos livros analisados, somente 12% dos mesmos citam o aborto como sendo uma das principais conseqüências das doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) ou que as mulheres podem apresentar abortos espontâneos repetidos. E, nos demais livros, o tema aborto é tratado, no máximo, em quatro parágrafos.

Em 10% das obras analisadas, o aborto é definido como a interrupção da gravidez pela morte do embrião ou do feto e, 20% dos livros relatam que sejam realizados anualmente,



no mundo, mais de 40 milhões de abortos provocados e que a maioria deles realizados em condições precárias, com sérios riscos para a saúde da mulher podendo provocar infecções, esterilidade e até a morte. E, geralmente é realizado por pessoas sem treinamento médico e sob condições de higiene precárias.

O gráfico 1 apresenta a distribuição das abordagens a respeito do assunto nas literaturas consultadas. A definição de aborto, assim como as conseqüências do mesmo são relatadas em apenas 20% da literatura verificada.

### **Gráfico 1- Distribuição das abordagens sobre aborto encontradas nos livros de Biologia do Ensino Médio**

Em 30% dos livros pesquisados há informação que no Brasil é crime o aborto induzido realizado pela mulher, sendo que o aborto somente é permitido quando a gestante

apresentar problemas e não houver outro meio de salvar sua vida ou quando a gravidez for resultado de estupro.

A existência de inúmeras discussões de natureza ética, política, social e religiosa acerca do aborto é citada por 20% da literatura pesquisada demonstrando a contextualidade do tema.

No entanto, 60% dos livros verificados consideram que o aborto pode ser provocado por algumas doenças infecciosas, como a sífilis, e problemas no feto ou com a gestante, além de poder resultar da realização de exames como a amniocentese.

Salienta-se que um livro da literatura pesquisada trata do aborto como método anticoncepcional, enquanto outra salienta que o aborto não é um dos meios utilizados para evitar a gestação.

Somente um dos livros consultados comenta sobre a polêmica, no Brasil, da possibilidade de realização de aborto quando o feto apresentar mal- formação congênita diagnosticada através de exames pré-natais.

## **Conclusão**

A utilização do aborto entre a população de adolescentes, como um dos métodos anticoncepcionais e a solução para a ocorrência de uma gravidez indesejada, ocorre devido a grande lacuna nas bibliografias utilizadas em sala de aula que abordem o tema aborto.

A análise dos livros de Biologia demonstra que o aborto continua um tema pouco mencionado na literatura indicada pelo PNLEM e, quando abordado é realizado de maneira superficial e o aluno não é estimulado a pesquisar acerca do tema para discutir seus inúmeros aspectos sociais, religiosos, éticos e científicos em sala de aula. Portanto, o tema aborto ocupa pouco ou nenhum espaço nos capítulos e os livros didáticos acabam por não cumprir a função de orientação a qual é proposto.

Assim, uma melhor abordagem, nos livros didáticos sobre o aborto pode contribuir na saúde, visto que uma adequada educação em saúde poderia repercutir favoravelmente nos índices de morbimortalidade materna, relativos a esta faixa etária. A ausência de interação entre educação e comportamento sexual, expõe as adolescentes a uma série de graves consequências, entre elas a da gravidez que, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), é um importante fator de risco neste grupo etário (Schor et al., 1990).

Portanto, a temática da gravidez na adolescência possui relevante importância na educação sexual e na prevenção de fatores de riscos relacionados à prática da sexualidade sem

conhecimentos. Se a meta é educar, informar, ou ainda, formar, a escola destaca-se, entre os grupos de referências, por ser esta a sua função precípua (Saito et al., 2000).

A literatura indicada ao Ensino Médio, assim como as escolas devem buscar ampliar seus horizontes visando abranger conhecimentos relevantes sobre adolescência e sexualidade, o que possibilitará a formação do cidadão.

## **Colaboradores**

Os autores trabalharam juntos em todas as etapas de produção do manuscrito.

## **Referências**

ALTMANN, H. **A constituição da sexualidade na escola**. In: X ENDIPE. Rio de Janeiro, 2000.

ALFONSO, L.M.; DÍAZ, Z.R. **Conducta sexual, embarazo y aborto en la adolescencia. Un enfoque integral de promoción de salud**. Rev Cubana Salud Publica. 29(2):183-87, 2003.

AMABIS, J.M; MARTHO, G.R. **Conceitos de Biologia: classificação, estrutura e função nos seres vivos**. São Paulo: Moderna, 2v, 2002.

ARAÚJO, M.J. Implantação dos serviços legais na perspectivas dos direitos reprodutivos. In: BATISTA C.; LARANJEIRA, M. (orgs). **Aborto: desafios da legalidade**. Recife: SOS corpo, 1998.

CABRAL, C.S. Contracepção e gravidez na adolescência na perspectiva de jovens pais de uma comunidade favelada do Rio de Janeiro. **Cadernos de Saúde Pública**, 19(2): 283-92, 2003.

CABRAL, S. "Gravidez na adolescência" e identidade masculina: repercussões sobre a trajetória escolar e profissional do jovem. **Revista Brasileira Estudos de População.**, 19(2):179-95, 2002.

CANAVARRO, M.C.; PEREIRA, A.I. Gravidez e maternidade na adolescência: perspectivas teóricas. In: M. C. CANAVARRO (Ed.) **Psicologia da gravidez e da maternidade**. Coimbra: Quarteto, 323-55, 2001.

CARDOSO, C.P; COCCO, M.I.M. Projeto de vida de um grupo de adolescentes à luz de Paulo Freire. **Revista Latino-americana de Enfermagem**. Ribeirão Preto, 11(6):778-785, 2003.

CANO, M.A.T; FERRIANI, M.G.C; GOMES, R. Sexualidade na adolescência: um estudo bibliográfico. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**. Ribeirão Preto, 8(2), 2000.

CHEIDA, L.E. **Biologia Integrada**. São Paulo: FTD, 2v, 2002.

DANTAS, T.M. et al. Educação em saúde como ferramenta na saúde sexual do adolescente. **Cadernos de Cultura e Ciência**, 1(1), 2010.

FERREIRA, M.A. A educação em saúde na adolescência: grupos de discussão como estratégia de pesquisa e cuidado-educação. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, 15(2), 2006.

FIGUEIREDO, B.; MATOS et. al, **Ser jovem e ser mãe: um programa de intervenção psicológica para mães adolescentes**. In: J. Ribeiro, I. Leal, e M. Dias (Eds.), Actas do 3º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde. Lisboa: ISPA; 11-26. 2000

\_\_\_\_\_ Maternidade na adolescência: do risco a prevenção. **Rev Portug Psicossom**, 3(2):221-37, 2001.

INSTITUTE ALAN GUTTMACHER. **Aborto clandestino: uma realidade latinoamericana**. Nova Iorque: Alan Guttmacher Institute; 1994.

JACARD, J.; DODGE, T.; DITTUS, P. Do adolescents want to avoid pregnancy? Attitudes toward pregnancy as predictors of pregnancy. **J Adolescent Health**, 33(2):79-83, 2003.

MENEZES, G; AQUINO, E.M.L. Pesquisa sobre o aborto no Brasil: avanços e desafios para o campo da saúde coletiva. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 25 Sup 2:S193-S204, 2009

SABROZA, A.R. et al. Perfil sócio- demográfico e psicossocial de puerperas adolescentes do município do Rio de Janeiro, Brasil – 1999-2001. **Cad. de Saúde Pública**, 20(1):112-20, 2004.

SAITO, M.I.; LEAL, M.M., Educação sexual na escola. **Artigos Originais Pediatría**, 22(1):44-48, 2000.

SANDI, S.; BRAZ, M.. As mulheres brasileiras e o aborto: uma abordagem bioética na saúde pública. **Revista Bioética**, América do Norte, 18(1):131-53, 2010.

SANTOS JÚNIOR, J.D. Fatores etiológicos relacionados à gravidez na adolescência: vulnerabilidade à maternidade. In: SCHOR, N. et al. (orgs.). **Cadernos juventude, saúde e desenvolvimento**. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, 1, 1999.

SHOR, N.; LOPEZ, F. Adolescência e anticoncepção 1. Estudo de conhecimento e uso em puérperas internadas por parto ou aborto. **Revista de Saúde Pública**, 24(6), 1990.

SOUZA, V.L.C. et. al. O aborto entre adolescentes. **Rev Latino-am Enfermagem**, 9(2):42-7, 2001.

VIEIRAL, L.M. et al. Abortamento na adolescência: um estudo epidemiológico., **Ciência & Saúde Coletiva**, 12(5), 2007.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre a anticoncepção na adolescência no Brasil. **Rev. Bras. Saúde Mater. Infant.**, Recife, 6(1), 2006.

VIEIRA, E.M.A questão do aborto no Brasil. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.** [online]. 32(3):103-4, 2010. Disponível em; < <http://www.scielo.br/pdf/rbgo/v32n3/a01v32n3.pdf>> Acesso em: 17 set. 2010. doi: 10.1590/S0100-72032010000300001.

**Anexo G-** Artigo submetido ao periódico Revista Brasileira em  
Educação em Ciências





# 1 Uma visão dos universitários de Ensino Superior acerca do aborto

The view of undergraduate students concerning  
abortion

## 1.1.1 Cristiane Kohler Carpilovsky

Docente do Departamento de Morfologia; UFSM e Doutoranda do  
PPG- Educação em Ciências- Química da vida e Saúde; UFSM  
[criskoh@terra.com.br](mailto:criskoh@terra.com.br)

## 1.1.2 Ijoni Costabeber

Docente do Departamento de Morfologia; UFSM  
[ijonicostabeber@gmail.com](mailto:ijonicostabeber@gmail.com)

## 1.1.3 Daiana Sonogo Temp

Mestranda do PPG- Educação em Ciências- Química da vida e  
Saúde; UFSM  
[daianatemp@yahoo.com.br](mailto:daianatemp@yahoo.com.br)

## 1.1.4 Kelly Bordin Trelles

Acadêmica do Curso de Fisioterapia; UFSM  
[crisnoal2005@yahoo.com.br](mailto:crisnoal2005@yahoo.com.br)

## 1.1.5 Jessica Arrial

Acadêmica do Curso de Fisioterapia; UFSM  
[jessica\\_arrial\\_fisio@hotmail.com](mailto:jessica_arrial_fisio@hotmail.com)

## 1.1.6

## Félix Alexandre Antunes Soares

Docente do Departamento de Química; UFSM  
[felix\\_antunes\\_soares@yahoo.com.br](mailto:felix_antunes_soares@yahoo.com.br)

## *1.2 Resumo*

O aborto é um tema que envolve aspectos éticos e educacionais, assim como questões sócio-econômicas, psicológicas e de saúde pública. A educação pode apresentar um papel importante na formação do cidadão, reduzindo o índice de abortos e de suas complicações, inclusive da mortalidade materna. Este artigo trata de uma pesquisa transversal de caráter descritivo e comparativo, com abordagem quantitativa. O objetivo foi verificar o entendimento dos acadêmicos, dos cursos das áreas da saúde e humanas, sobre aborto, educação e saúde. Além disso, analisou-se o grau de conhecimento dos alunos sobre os temas ao ingressarem na universidade e no último semestre de vida acadêmica do nível superior. Concluiu-se que os jovens entrevistados são esclarecidos sobre o tema aborto. Contudo, possuem opiniões diferentes quanto às questões de ser favorável e tipo de procedimento a ser feito para a realização do aborto.

## *1.3 Palavras-chave: aborto, saúde, educação.*

## *1.4 Abstract*

Abortion is an issue that involves ethical and educational aspects, as well as socio-economic, psychological and public health issues. It is a problem that cannot be ignored requiring discussion by the Brazilian society to involve the human dignity. This article is a search transversal descriptive and comparative character, with a quantitative approach. The objective was to verify the understanding of the students in the field of human health and social sciences, about abortion, education and health. In addition, it was examined whether the degree of knowledge of students about the themes to join in University and in the latter half of top-level academic life. Analyzing the conceptions reached-if the conclusion that young people interviewed have knowledge about the theme abortion. However, they have different opinions on the issues concerning the support and the type of procedure to be performed to the achievement of abortion.

## *1.5 Keywords: abortion, public health, education.*

## Introdução

O entendimento da população acerca das ações que envolvem o tema aborto tem o potencial de articular questões centrais e relevantes ao campo da saúde reprodutiva, desde as relações de gêneros e os processos de decisão na esfera reprodutiva até a provisão de assistência e a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos. O maior questionamento sobre esse tema é a idade em que o feto passa a ter direito à vida, uma vez que tanto um ser humano adulto como uma criança recém-nascida tem esse direito.

Para as jovens, o aborto reforça ainda mais a argumentação de que as gestações que o originaram são consideradas sempre “não desejadas”. Entretanto, o aborto na juventude deve ser analisado em uma perspectiva mais ampla à luz das mudanças ocorridas na sociedade ocidental, como a massificação da escolarização feminina, a disseminação dos valores do feminismo e o uso de contraceptivos eficazes. Nesse cenário, as normas sociais relativas à reprodução, ao estabelecerem como ideal um número reduzido de filhos e definirem o momento propício para tê-los, qualificam a gravidez na juventude e, particularmente, na adolescência como despropósito, configurando um obstáculo às aspirações escolares e profissionais, sobretudo para aquelas que detêm maior capital sócio-cultural (SILVA, 1998). Ao discutir sobre o aborto não se pode desconhecer a situação brasileira de desigualdade e exclusão social existente em parcela da população, cujos efeitos atingem, particularmente, mulheres e jovens. Essa heterogeneidade social conforma distintas possibilidades

para indivíduos de diferentes estratos, com diversas configurações de família, redes de sociabilidade, percursos escolares, perspectivas e inserções no mercado de trabalho. Nessas trajetórias, os projetos de maternidade/paternidade assumem lugares e significados específicos. Diante de uma gravidez não prevista, esses determinantes implicarão, para eles e elas, possibilidades diversas frente à decisão de sua interrupção.

As situações de subordinação das mulheres se refletem no escasso diálogo com seus companheiros, na reticência ou mesmo na recusa destes em usar certos métodos contraceptivos. Embora a contracepção continue como um domínio feminino, a escolha do método pode ser feita em função de preferências dos homens; ainda é possível que, mesmo sem consultá-los, as mulheres antecipem as reações destes, ao interiorizarem sua responsabilidade em evitar a gravidez, ou em situações em que não tenham confiança na atitude do parceiro (BAJOS, 2002).

A gravidez tem um significado simbólico particular para cada mulher. Varia de acordo com a estrutura de personalidade, associada à história de vida pregressa e o momento atual de cada uma. Quando não desejada, a maternidade pode ser opressiva, já que a gestação altera o senso físico da mulher e convida-a a reorganizar vários aspectos de sua identidade, como a relação com o seu corpo, com o pai da criança e seus planos para a vida (NORO, 2000). A decisão do aborto provocado costuma ser atribuída unicamente às mulheres, negligenciando-se a influência de outros atores, variável segundo as fases do ciclo de vida destas. A atitude inicial das mulheres, apesar de crucial na decisão, está sujeita a modificações em função de projetos pessoais, das circunstâncias do momento, das reações do parceiro e das redes familiar e social (BAJOS, 2002). A gravidez indesejada é um problema universal que afeta mulheres, suas famílias e a sociedade, e que pode advir da falha do método anticoncepcional, não utilização de serviços de orientação sobre contracepção, e, mais dificilmente em decorrência de estupro (NORO, 2000).

A experiência sexual das adolescentes está caracterizada atualmente em todo mundo, mesmo nas sociedades mais rígidas, por um início sexual cada vez mais cedo. A sede da educação sexual deveria ser a família, até mesmo porque ela deve ocorrer desde o início da vida, de acordo com as várias fases do desenvolvimento da sexualidade. O papel da escola deveria ser complementar, entretanto, na maioria das vezes, pelo menos no que se refere às informações sobre sexo, as adolescentes as recebem especialmente na mídia, com os colegas de escola e com seus companheiros (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002). O fato das jovens terem aula de sexualidade não influencia sua decisão de iniciar a atividade sexual, havendo, porém entre elas um menor número de gestações, pois após as aulas as adolescentes passaram a usar preservativos em maior escala (SAITO, 2002).

A maioria das pessoas gostaria que nenhuma mulher tivesse que provocar um aborto, e mesmo muitas mulheres que terminam fazendo a interrupção de sua gravidez expressavam opinião contrária a essa prática até terem-se visto na situação que as levou a essa conduta (BENGTSSON, 1991). É fato que, apesar das proibições legais e religiosas, o aborto continua existindo e constitui causa de 10 a 15% dos óbitos maternos no Brasil (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2009).

O Código Penal Brasileiro não prevê punição para o aborto praticado por médico quando a gravidez é resultado de estupro ou se não há outro meio de salvar a vida da mulher (CÓDIGO PENAL, 1996). Todos os demais casos são passíveis de punição, com penas que variam de um a dez anos de prisão para a mulher e para a pessoa que realiza o aborto, sendo que, para esta última, a pena pode dobrar caso ocorra a morte da gestante (TORRES, 1999). A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que, no mundo, cerca de 500 mil mulheres morrem a cada ano de causas relacionadas à gestação, sendo que 98% dessas ocorrem nos países em desenvolvimento. Nesses locais, complicações de aborto são responsáveis por 15% do total das mortes maternas a cada ano, em alguns casos, atinge cerca de 50% dessa mortalidade (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 1995).

No Brasil, o maior desafio é encontrar dados exatos sobre o número de abortos realizados, já que grande parte deles é feita de forma clandestina. O último estudo realizado pelo Ministério da Saúde, no ano de 2005, sobre a magnitude do aborto, estimou que 1.054.242 abortos foram induzidos.

Na atualidade, o aborto coloca-se como um problema cuja existência concreta não pode ser ignorada, exigindo uma ampla discussão pela sociedade brasileira e envolve diretamente a dignidade humana, direito constitucional brasileiro vindo, principalmente nos últimos anos, a ser objeto da discussão pública, sobretudo no contexto do debate bioético. Tal discussão deverá traçar diretrizes para abordagem sobre o tema aborto na sociedade acadêmica e também fornecer subsídios que propiciem o “repensar” do tema em futuras políticas educacionais e de saúde, assim como as questões de natureza ético-jurídicas que permitam uma política social capaz de atender às necessidades de Saúde Reprodutiva da Mulher de modo integral e desmistificado.

Assim, torna-se necessário pesquisar acerca da concepção dos alunos de graduação que estão ingressando em diferentes áreas na universidade para compreender os entendimentos de diferentes categorias e poder verificar as divergências e pontos de igual pensamento existentes entre eles, pois o problema é grave e complexo e não se resume à esfera penal, religiosa ou da saúde, e sim à questão social, cultural, econômica, política e direitos da mulher. Por que só quando se tiver um consenso entre ambas às áreas é que se poderá chegar a uma solução para uma situação tão desesperadora.

Pesquisas brasileiras demonstram que as complicações após aborto têm registrado uma alta incidência, resultando em graves problemas de saúde e com gastos significativos para o poder público, apesar do esforço da sociedade educacional em procurar abordar o tema durante o percurso de aprendizagem do aluno.

### 1.5.1 Metodologia

Trata-se de uma pesquisa transversal de caráter descritivo e comparativo. O estudo foi comparativo, pois se pretendia conhecer as concepções de alunos das áreas das humanas e da saúde, comparando se há diferenças significativas nas suas percepções sobre o tema abordado e suas possíveis consequências para a sociedade.

A população de estudo foi constituída por acadêmicos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) que realizam cursos das áreas humanas ou da saúde. A pesquisa incluiu os acadêmicos que ingressaram no segundo semestre de 2009 (119 alunos da área das humanas e 185 da área da saúde) e os prováveis formandos do primeiro semestre de 2010 dos cursos das áreas da saúde (120 alunos) e humanas (56 alunos), por apresentarem no currículo disciplinas que abordam temas relacionados ao aborto.

Os acadêmicos da área das humanas pertenciam aos cursos do direito, da administração, das ciências econômicas e contábeis. Da área da saúde eram dos cursos de medicina, fisioterapia, enfermagem, fonoaudiologia e odontologia, com exceção da terapia ocupacional, pois a primeira turma teve ingresso no segundo semestre de 2009.

O instrumento utilizado foi um questionário adaptado e validado no estudo “Aborto: conhecimento e opinião de médicos dos serviços de emergência de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil, sobre aspectos éticos e legais”, realizado em Ribeirão Preto, publicado no Caderno de Saúde Pública, vol. 20, nº. 3, no Rio de Janeiro, nos meses de Maio/Junho de 2004, com questões pré-elaboradas, sistemáticas e sequencialmente dispostas em itens que constituem o tema do estudo (LOUREIRO E VIEIRA, 2004). O questionário era composto por 24 questões sendo que três eram de múltipla escolha, quinze de verdadeiro ou falso e seis estavam relacionadas a dados pessoais.

Foram utilizadas as técnicas da Estatística Descritiva para a análise dos dados (BARBETTA, 2000). A primeira fase do tratamento dos resultados foi a análise univariada, através da verificação das frequências e o cálculo das medidas de localização central e de dispersão para cada variável,

isoladamente. Após, foi realizado o cálculo das frequências absolutas (números absolutos de cada valor) e as frequências relativas (as proporções em percentagens ou permilagens), a média, desvio-padrão e a mediana.

## Resultados e discussão

A população pesquisada constitui-se de 480 acadêmicos, sendo 175 do grupo da área das humanas e 305 do grupo da área da saúde. Cento e dezenove alunos da área das humanas ingressaram no segundo semestre de 2009 e 56 eram prováveis formandos do primeiro semestre de 2010, já na área da saúde 185 alunos que responderam ao questionário ingressaram no segundo semestre de 2009 e 120 eram prováveis formandos do primeiro semestre de 2010.

Segundo Diniz et al (2009) a saúde é a área que tem maior concentração de estudos acerca do aborto, porém nos últimos dois anos os estudos sobre o tema nas áreas das humanas tem crescido, principalmente na área jurídica, em especial sobre o aborto por anomalia fetal. A maioria dos acadêmicos que estava ingressando na Universidade apresentava idade entre 17 a 20 anos (63,4% da área das humanas e 71,4% da área da saúde) e o grupo de prováveis formandos estava na faixa etária dos 20 aos 23 anos (39,3% dos alunos da área das humanas e 56,7% da saúde). Dados do Ministério da Saúde, no ano de 2008, mostram que a faixa etária com maior concentração de abortos é de 20 a 29 anos e, considerando a realização de abortos induzidos na população adolescente, a faixa etária de 17 a 19 anos registra uma maior realização (entre 72,5% e 78%) deste tipo de aborto.

A existência de diversidade de opiniões entre a população masculina e feminina sobre o tema aborto é comprovada nesta pesquisa, visto que na área da saúde há um predomínio de alunos do sexo feminino, enquanto que na área das humanas existe um maior número de acadêmicos do sexo masculino.

Os PCNs (1998) propõem o desenvolvimento do tema aborto a partir dos denominados temas transversais que correspondem a um conjunto de conteúdos educativos e eixos condutores de atividades escolares que estão relacionados a todas disciplinas e corresponde a problemáticas sociais atuais e urgentes, consideradas de abrangência nacional e até mesmo de caráter universal. Os conteúdos desenvolvidos nestes temas devem estar conectados com as preocupações diárias do cidadão, úteis para a vida de todos os indivíduos, independentemente de sua posterior qualificação no sentido de sua inserção no mundo do trabalho (YUS, 1998).

A ausência de estudo do tema aborto no âmbito escolar e/ou universitário é uma realidade para 30% dos profissionais que estão ingressando no mercado de trabalho. Entre os alunos que estão ingressando no ensino superior, o aborto continua não fazendo parte dos estudos de 20% dessa população, demonstrando que os temas transversais propostos pelos Parâmetros Curriculares não estão sendo abordados na íntegra no sistema educacional brasileiro. Os acadêmicos quando questionados sobre o período que tiveram aulas sobre aborto podiam optar dentre as alternativas, aquelas adequadas a sua realidade (Figura 1).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) objetivam promover ao aluno “o conhecer o próprio corpo e dele cuidar, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva”. É responsabilidade do sistema escolar, promover a educação integral da criança e do adolescente e, portanto, discutir a sexualidade com vista a promoção da Educação Sexual (MOIZÉS e BUENO, 2010). Desta forma, desde o ensino fundamental os alunos deveriam ser informados com relação aos

cuidados com seu corpo, entre eles, conhecer e escolher as melhores atitudes sobre sua sexualidade. Além disso, o aborto é um tema transversal devendo ser desenvolvido durante todos os níveis de ensino visando a formação do cidadão.

É evidente a importância do papel da educação em ciências na construção interdisciplinar na abordagem de temas como o aborto que contribuem na formação do cidadão. Tonatto e Sapiro (2002, p. 171) “entendem a interdisciplinaridade enquanto contribuição (...) para a busca de resoluções fundadas em raciocínio crítico e conhecimento na problematização dos temas referentes à sexualidade por parte dos adolescentes, de uma forma integrada e não alienada ao contexto em que vivem”.

É importante trabalhar sexualidade de forma mais ampla na escola utilizando a multi, a inter e a transdisciplinaridade, considerando as dimensões biológica, psicológica, social, contribuindo para o fortalecimento da auto-estima e da identidade pessoal (BUENO, 2001; RENA, 2007).

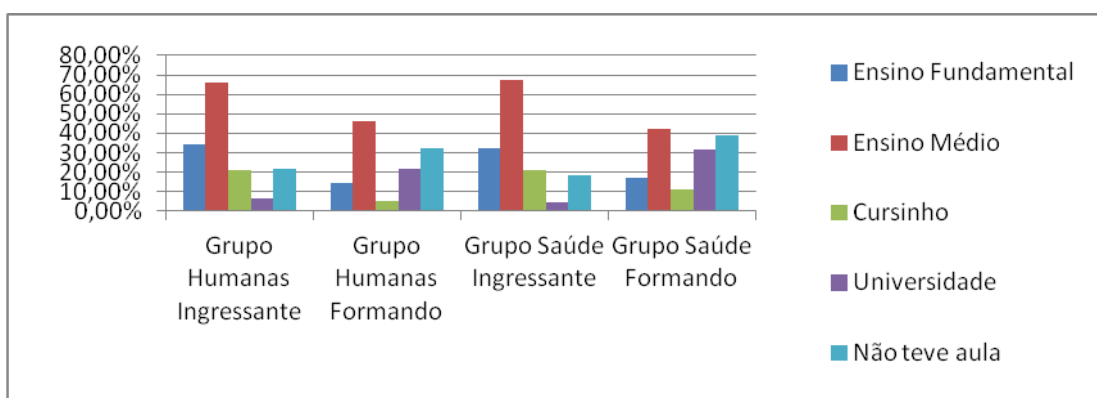


Figura 1: Nível de ensino onde os alunos estudaram conteúdos relacionados ao tema aborto

De acordo com o Instituto Alan Guttmacher (1994), no Brasil, há uma taxa anual de 3,7 abortos para cada 100 mulheres, na faixa etária de 15 a 49 anos, e no total, de 4.693.300 gestações ocorridas no país no ano de 1991, um número de 1.433.350 terminaram em aborto, ou seja, 31% das gestações foram interrompidas. Nesse sentido, o último estudo realizado pelo Ministério da Saúde (2009) estima que mais de um milhão de abortos foram realizados no país durante o ano de 2005.

O estudo da compreensão do processo do abortamento permite constatar tal experiência não como um acontecimento único e transitório, mas como um evento que possui histórico prévio, o qual envolve aspectos biopsicossociais e que não termina após a alta hospitalar, ou seja, um acontecimento relacionado e resultante de uma história de vida passada, presente e futura (VIEIRA et al, 2010).

Os alunos ingressos e os prováveis formandos concordam que o aborto é um problema de saúde pública responsável por mortes maternas, sendo possível a sua prevenção com a realização do planejamento familiar, porém mais de 90% dos alunos de ambas as áreas entendem que esse acesso não é adequado. De acordo com Belo e Silva (2004), a maternidade na adolescência se configura como um problema de saúde pública no Brasil sendo, portanto, necessário entender a complexidade e os fatores associados que tornam os jovens vulneráveis à ocorrência de uma gravidez precoce e a elevação do número de gestações nesta faixa etária (Tabela 1).

Questões sobre Aborto	Área Saúde Ingressante (%)	Área Saúde Formando	Área Humanas Ingressante	Área Humanas Formandos
-----------------------	----------------------------	---------------------	--------------------------	------------------------

		(%)	(%)	(%)
O aborto é responsável pelas mortes maternas	60,1	79,2	74,8	60
O acesso ao planejamento familiar no Brasil é adequado	6,5	4,2	3,4	5,4
Prevenção do aborto pelo planejamento familiar	85,3	85,8	85,7	91,1
Aborto como problema de saúde pública	83,2	96,7	83,2	85,7

Tabela 1: Opinião dos acadêmicos do início e do final do curso das áreas da saúde e humanas sobre assuntos relacionados ao aborto

No Brasil, as ações de planejamento familiar não consideram os direitos reprodutivos e sexuais estando reduzidas à questão reprodutiva resultando em um planejamento familiar de baixa qualidade (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002). Além disso, o uso inadequado e a falta de informação mais consistente sobre os métodos contraceptivos destacam-se como causas da gravidez na adolescência (SANTOS, ROSENBURG, BURALLI, 2004).

O Código Penal Brasileiro permite a realização do aborto somente em caso de estupro ou quando a gestante apresenta risco de vida. Nestes casos, a gestante ou seu representante legal necessitam autorizar o aborto. Os alunos de ambas as áreas têm conhecimento sobre estas possibilidades legais. No entanto, os acadêmicos acreditam também, que o aborto é legalmente permitido quando existe malformação comprovada do feto e há risco de saúde para a gestante. Porém, tais permissivos não estão previstos na legislação brasileira. Assim, percebe-se que a escassez de informações a nível educacional pode refletir na vida do cidadão, pois mais de 50% acredita que a realização de aborto quando o feto tiver malformação comprovada não implica em infração. Além disso, as repostas dos acadêmicos acerca das possibilidades legais para a realização do aborto no Brasil demonstram o desconhecimento dos mesmos, inclusive dos prováveis formandos sobre o tema (Figura 2).

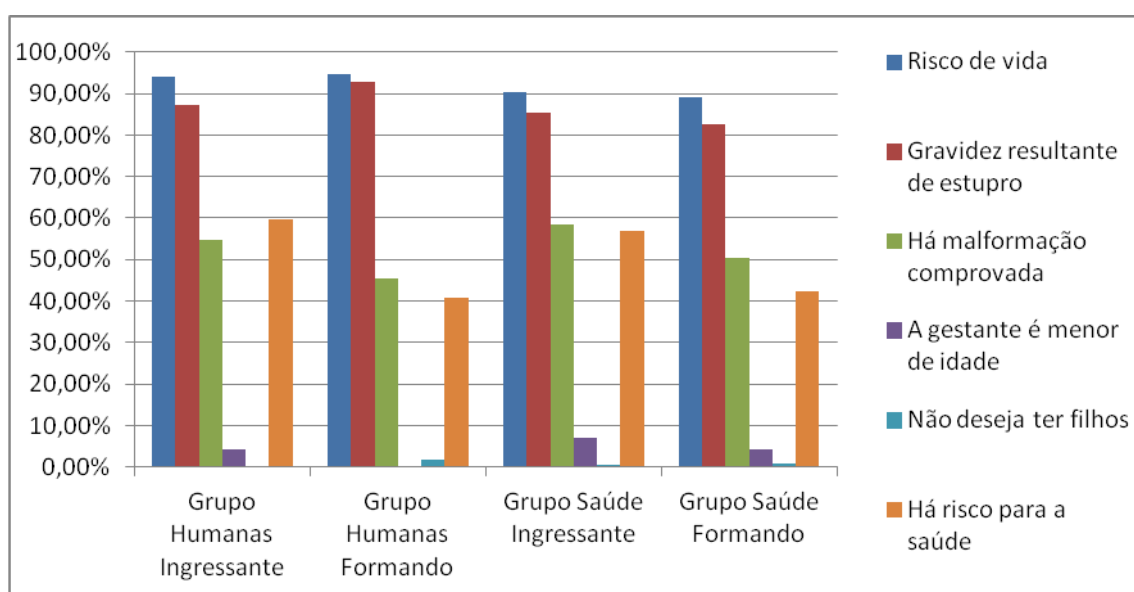


Figura 2: Entendimento dos acadêmicos das possibilidades de realização legal do aborto no Brasil

Quando questionados sobre quais os documentos necessários para a realização legal do aborto e, podendo escolher mais de uma alternativa, mais de 72% dos alunos afirmaram ser necessário o Laudo do Instituto Médico Legal; 59% afirmaram ser a existência de Boletim de Ocorrência (BO) e, para até 30% dos alunos deve haver o consentimento do marido para a realização legal do aborto (figura 3). Estes entendimentos demonstram o pouco conhecimento sobre a Norma Técnica que orienta sobre a Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes e a Norma do Ministério da Saúde que não exige o Boletim de Ocorrência para a realização de aborto legal por vítima de estupro.

Para Baraldi et al (2007) a intervenção com os adolescentes no ambiente escolar tem como vantagem a educação da população feminina, e também da masculina, no que diz respeito aos métodos contraceptivos e direitos reprodutivos, já que a intervenção dos serviços de saúde com os rapazes nessa idade é deficiente. Ao incrementar a educação no país e incentivar os brasileiros e as brasileiras em prosseguir seus estudos além do ensino fundamental, favorece o aparecimento de resultados positivos que se repercutem na saúde reprodutiva da população.

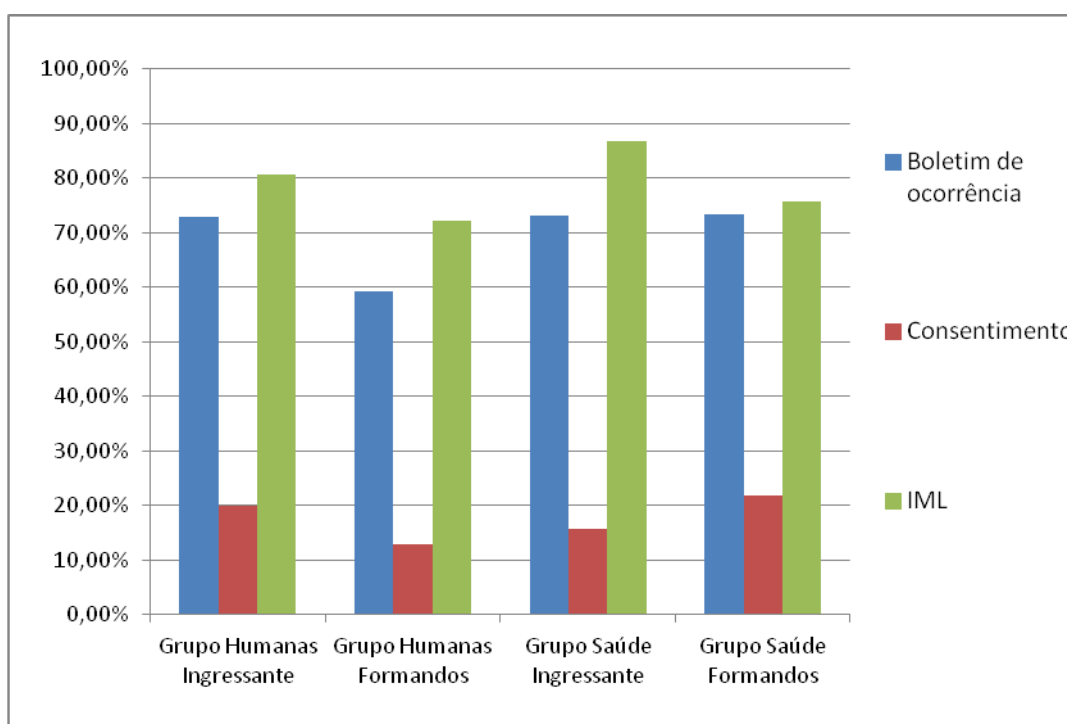


Figura 3: Opinião dos acadêmicos acerca dos documentos necessários para a realização do aborto

Mais de 80% dos acadêmicos manifestaram-se a favor da permissão do aborto quando a gestação resultar de estupro. Além disso, os alunos defendem a possibilidade da realização de aborto quando existir risco de vida para a mãe (84,1% dos acadêmicos que estavam ingressando na área das humanas e 63,5% dos formandos dessa área, além de 74,6% dos ingressos na área da saúde e 78,3% dos prováveis formandos dos cursos da saúde) (Figura 4).



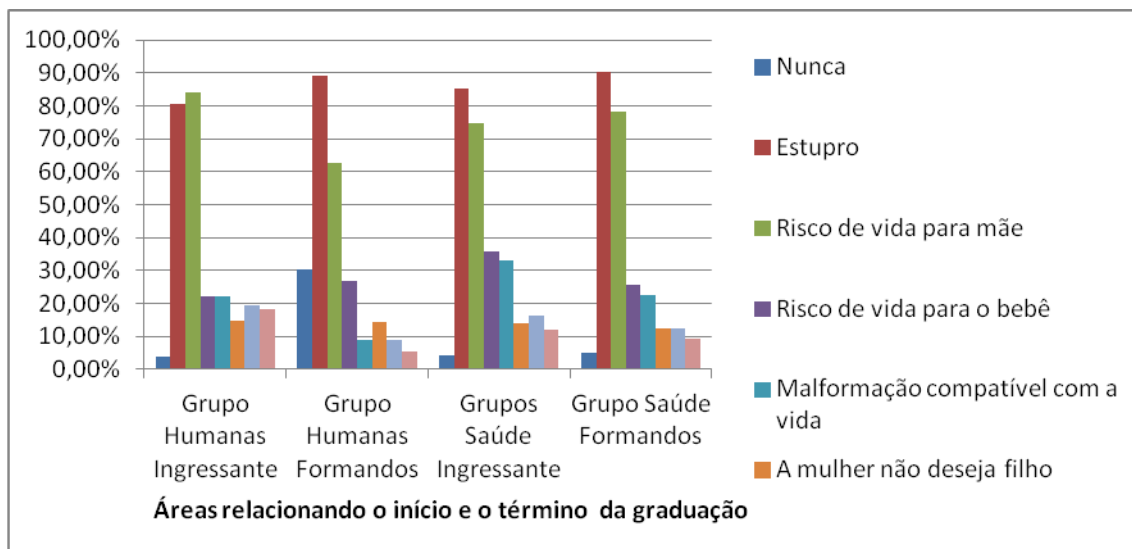
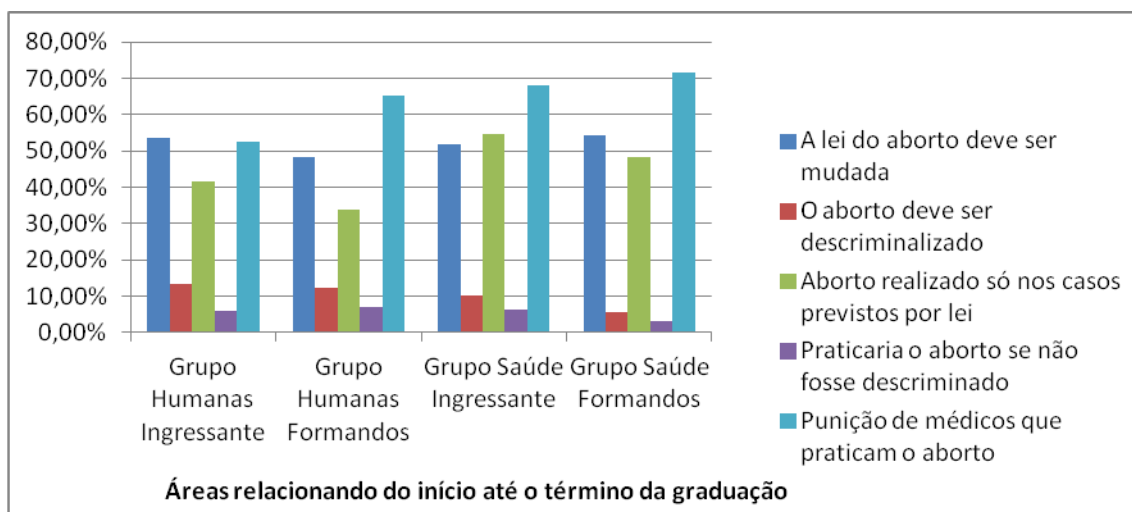


Figura 4: Possibilidades onde o aborto deve ser permitido

Buscando conhecer a opinião dos acadêmicos acerca da necessidade de mudanças na lei do aborto mais de 50% dos alunos prováveis formandos são favoráveis à mudança, assim como os acadêmicos ingressantes nos cursos da área das humanas e 48,2% dos alunos ingressantes da área da saúde. Os alunos entenderam, também, que o médico que realiza um aborto ilegal deve ser punido, sendo que mais de 68% dos acadêmicos da saúde defendem essa idéia, enquanto na área das humanas apenas 50,4 % aprovam a punição do médico na realização de aborto ilegal (figura 5).



Figura

5: Opinião dos entrevistados acerca do aborto

### 1.5.1.1 Considerações finais

Ao entrevistar universitários de diferentes áreas e analisar seus conhecimentos na sua entrada na graduação e sua saída como profissional percebeu-se que na área da saúde há uma menor diferença nas respostas obtidas pelo questionário, contrapondo os universitários das áreas das humanas. Isso reafirma o que Diniz et al (2009) confirmou de que os estudos sobre o aborto são mais concentrados

dentro da área da saúde do que das humanas e que a medida que esses e aqueles vão passando pela vida acadêmica, vão se tornando mais informados e críticos em relação a polêmica. Mesmo assim, os jovens demonstraram um bom conhecimento sobre o assunto, principalmente aqueles que ficaram a par desse tema já no ensino fundamental.

A aceitação das questões mais polêmicas como aborto no caso de estupro, risco de vida da mãe e malformações fetais refletem a idéia geral da sociedade de que nesses casos o aborto apresentasse respaldo. Vale ressaltar também que a grande maioria dos acadêmicos acredita no planejamento familiar como forma de prevenção da prática abortiva, da mesma forma reconhece a dificuldade de acesso a esse planejamento. Compreendem que o aborto induzido é um ato ilegal em nosso país, e é considerado um assunto de saúde pública. Entretanto ocorre uma diferença alarmante entre os acadêmicos de ambas as áreas em relação a punição do médico que pratica aborto ilegal, pois a maioria dos estudantes da saúde acredita que seja necessário essa punição mas as respostas dos alunos das humanas ficam divididas em 50%.

Os universitários de ambas as áreas, tanto ingressantes como futuros formandos equipam-se ao se equivocarem no momento em que o questionário mencionou a burocracia necessária para a realização de um aborto legal, onde mais de 70% dos estudantes acreditam que seja necessário laudo do IML (instituto médico legal), demonstrando pouco conhecimento nessa questão, assim como muitos cidadãos em nossa sociedade, devido a escassa informação prestada pelo governo.

A prática ilegal do aborto acarreta danos à mulher que se expõem a riscos e à família por estarem incluídos num processo que permeia relações religiosas, políticas e morais, pois as mulheres que mais sofrem com esse problema são as mais pobres e as afro- descendentes, portanto, um problema também de justiça social e de direitos humanos. Acredita-se então que a educação, de forma contínua realizada por profissionais capacitados se torna urgente e necessária para que os conceitos sejam assimilados e compreendidos a fim de servirem de base para a tomada de decisões contribuindo na formação do cidadão.

## 1.6 Referências

BARALDI, A.C.P; DAUD, Z.P; ALMEIDA, A.M. et al. Gravidez na adolescência: estudo comparativo das usuárias das maternidades públicas e privadas. **Rev Latino-am Enfermagem**. 2007 set/out; 15 (n esp): 1-7.

BAJOS N, F. l'Équipe GINE. **De la contraception à l'avortement: sociologie des grossesses non prévues**. Paris: Institut National de la Santé ET de la Recherche Médicale; 2002.

BARBETTA, P. A., **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**. UFSC, Florianópolis, v.2, 2000.

BENGTSSON A., M., Wahlberg V. Interruption of pregnancy: motives, attitudes and contraceptive use. **Gynecol Obstet Invest** 1991; 32:139-43.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. 1998.

\_\_\_\_\_.Ministério da Saúde. **Planejamento familiar: manual para o gestor**. Brasília: Ministério da Saúde; 2002.

\_\_\_\_\_.Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Magnitude do Aborto no Brasil. Aspectos**

**Epidemiológicos e Sócio-Culturais. Abortamento Previsto em lei em situações de violência sexual.** Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

\_\_\_\_\_.Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. **Aborto e Saúde Pública: 20 anos de Pesquisas no Brasil.** Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: <[http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/aborto\\_e\\_saude\\_publica\\_vs\\_preliminar.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/aborto_e_saude_publica_vs_preliminar.pdf)>. Acessado em 10 de outubro de 2010.

BUENO, S.M.V. **Educação preventiva em sexualidade, DST, Aids e drogas nas escolas** [tese livre-docência]. Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo; 2001.

CÓDIGO PENAL: **Decreto lei nº 2848** de 7 dez 1940. 34ª ed. São Paulo: Saraiva; 1996.

DINIZ, D.; CORRÊA, M.; SQUINCA, F.; BRAGA, K.S. **Aborto: 20 anos de pesquisas no Brasil.** Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 25(4):939-942, abr, 2009.

INSTITUTE ALAN GUTTMACHER. Aborto clandestino: uma realidade latino-americana. Nova Iorque: Alan Guttmacher Institute; 1994.

LOUREIRO, D.C.; VIEIRA, E.M. Aborto: conhecimento e opinião de médicos dos serviços de emergência de Ribeirão Preto. **Cad. Saúde Pública**, v.20, n.2, p.679-688, 2004.

MOIZÉS,J.S; BUENO, S.M.V. **Compreensão sobre sexualidade e sexo nas escolas segundo professores do ensino fundamental.** Rev. Esc. Enferm USP; 44(1):205-12, 2010.

NORO L.A., BUCHER JSNF, UFC, **Saúde reprodutiva e formação médica, a iniciação sexual, a concepção e a contracepção entre estudantes de medicina da Universidade Federal do Ceará** [Dissertação]. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará,2000.

RENA, L.C.B. Educação em saúde: construindo uma pedagogia do cuidado na Escola Pública. **In: Anais do 1º Congresso Internacional de Pedagogia Social; 2006; São Paulo, BR. São Paulo: Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC000000092006000100029&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000092006000100029&lng=en&nrm=abn)>. Acesso em: 3 agosto 2007.**

SAITO M.I. Adolescência, sexualidade e educação sexual. Ver **Pediatria Moderna** 2001. Maio. 37(5). 3-6p.

SANTOS, A.LD.; ROSENBERG, C.P; BURALLI, K.O. Histórias de perdas fetais contadas por mulheres: estudo de análise qualitativa. **Rev Saude Publica.** 2004; 38(2):268-276.

SILVA JLP. Gravidez na adolescência: desejada x não desejada. **Femina** 1998; 26(10):825-30.

TONATTO, S.; SAPIRO, C. M. Os Novos Parâmetros Curriculares das Escolas Brasileiras e Educação Sexual: uma proposta de intervenção em ciências. **Psicologia & Sociedade**, nº 14 (2), p. 163-175, jul./dez.2002.

TORRES JHR. Aspectos legais do abortamento. **Jornal da Rede Saúde** [online]. 1999; 18:7-9. Disponível em: [http://www.redesaude.org.br/jornal/html/body\\_jr18-aspleg](http://www.redesaude.org.br/jornal/html/body_jr18-aspleg).

VIEIRA, E.M.V. **A questão do aborto no Brasil.** Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia. Rio de Janeiro. 32(3):103-4, 2010.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Complications of abortion: technical and managerial guidelines for prevention and treatment.** Geneva: World Health Organization; 1995.

YUS, R. **Temas transversais em busca de uma nova escola.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

**Anexo H-** Artigo submetido ao periódico Revista Enseñanza de las ciencias

# **Jogo do Aborto: a visão de alunos de escolas públicas**

**Cristiane Köhler Carpilovsky, Ijoni Costabeber, Daiana Sonogo Temp, Cati Reckelberg Azambuja, Alessandra Scherer Lorenzoni e Félix Alexandre Antunes Soares.**

Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mails: [criskoh@terra.com.br](mailto:criskoh@terra.com.br), [ijonicostabeber@gmail.com](mailto:ijonicostabeber@gmail.com), [cati.razambuja@hotmail.com](mailto:cati.razambuja@hotmail.com), [aslorenzoni@gmail.com](mailto:aslorenzoni@gmail.com), [felix@ufsm.br](mailto:felix@ufsm.br)

**Resumo:** O aborto representa um grave problema de saúde pública podendo resultar na morte da mulher. A educação brasileira, através dos Parâmetros Curriculares Nacionais, incluiu o aborto como um dos temas transversais. Neste contexto, este estudo objetivou verificar a abordagem do tema do aborto no âmbito escolar através de um instrumento lúdico como facilitador da aprendizagem. Participaram da pesquisa estudantes do segundo ano do ensino médio de escolas públicas do município de Santa Maria/RS, Brasil no ano de 2010. Foi possível perceber que o lúdico contribui na abordagem de um tema que raramente é abordado pelos professores em sala de aula, e quando acontece, é feito superficialmente, demonstrando assim, a relevância da inclusão de metodologias alternativas em sala de aula no sentido de aproximar os jovens de temas relevantes, como o aborto, visando a formação do cidadão.

**Palavras-chave:** aborto; jogo didático; educação em ciências

**Title:** Game of abortion: the vision of students in public schools

**Abstract:** Abortion is a serious public health problem may result in the death of the woman. The Brazilian education through the National Curriculum, included abortion as one of the themes. In this context, this study aims to approach the abortion issue in the school through an instrument play as a facilitator of learning. Students participated in the research of the second year of secondary education in public schools in Santa Maria / RS, Brasil in 2010. It was possible to perceive that contributes to the playful approach to a subject that is rarely addressed by teachers in the classroom, and when it is done superficially, thus demonstrating the importance of inclusion of alternative methodologies in the classroom in order to approximate the youth relevant topics such as abortion, for the training of citizens.

**Keywords:** abortion; didactic games; science education.

## **Introdução**

Nas últimas décadas, a gravidez na adolescência vem sendo observada como um grave problema social e a gestação interrompida por abortamento se revela como um importante problema de saúde pública (Menezes e Aquino, 2009).

A sexualidade é um aspecto muito importante desta fase da vida e que tem por objetivo a formação da identidade sexual do ser humano, associada, ainda, ao afeto, responsabilidade e promoção da saúde. A difícil tarefa educativa, diante

da banalização do sexo e da sexualidade e distorção dos valores, busca alternativas na parceria escola/família/saúde.

Segundo Vieira et al (2006) um dos problemas decorrente da falta de orientação sexual durante o desenvolvimento do adolescente é a gravidez não planejada, responsável por 80,3% das internações nessa faixa etária em todas as regiões do país e por tanto, um problema de saúde pública.

Neste contexto, as atividades de educação em ciência, segundo Ferreira (2006), podem ser compreendidas como um recurso que oferece subsídios para a obtenção de novos hábitos e condutas de saúde. O autor refere, ainda, que essas atividades devem ser voltadas para o desenvolvimento das capacidades, individuais e coletivas, com o objetivo de melhoria da qualidade vida e saúde dos indivíduos.

### **Aborto e sociedade: uma realidade histórica**

A palavra aborto vem do latim, *abortu* e significa a “[...] interrupção dolosa da gravidez, com expulsão, do feto ou sem ela [...]” (Ferreira, 1975, p.10).

O aborto, desde a antiguidade, foi empregado como método de controle da natalidade. Ele obtém o controle da natalidade, não pelo impedimento da concepção, mas pela morte da vida recém-concebida. Sob o ponto de vista de sua moralidade, as atitudes variavam muito nas culturas antigas. Platão e Aristóteles aprovavam-no como meio de impedir o excesso populacional nas pequenas cidades do estado da Grécia. Aristóteles, contudo, era contra o aborto, quando a mãe se encontrava em estado avançado de gravidez (Fukunishi, 2007).

Assim como a vida, o aborto sempre esteve presente em toda a história dos Homens. O aborto vem-se apresentando como uma das práticas que apresenta a maior diversidade em seu tratamento. Em certas épocas e países não é punido, revestindo-se de assunto de caráter estritamente familiar. Noutras épocas e em outros povos, é duramente castigado, às vezes até com a pena de morte (Posener, 2005).

No desenrolar da história da humanidade inúmeros povos estudaram e discutiram a problemática do aborto. Constatou-se que as práticas abortivas sempre foram praticadas em todo o mundo, e embora “reprovadas pela grande maioria das civilizações, em determinadas épocas foi aceita sob o pretexto de que servir para controlar o crescimento populacional” (Matielo, 1996, p.12)

De acordo com a recente estimativa da *World Health Organization* (2004) cada ano, cerca de 42 milhões de mulheres diante de uma gravidez não planejada ter um aborto, e cerca de 20 milhões terminam em abortos inseguros. No Brasil, seis milhões de abortos são realizados anualmente.

Atualmente, as decisões reprodutivas acontecem em contextos difíceis, marcadas por condições materiais inadequadas e por relações de afeto instáveis e conflituosas em cenários de violência que afetam, sobretudo, os jovens. O fenômeno da gravidez na adolescência mostra que em geral ela não é planejada, por isso terminam em aborto.

Muitas gestantes são rotineiramente induzidas, por várias razões, à interrupção da gestação, gerando risco à própria integridade física e corporal na maior parte das vezes, não raras oportunidades restando sequeladas.

A experiência sexual dos adolescentes está caracterizada atualmente em todo mundo, mesmo nas sociedades mais rígidas, por um início cada vez mais cedo. Pesquisas mostram que a iniciação sexual precoce, está mais relacionada ao não uso de contraceptivo, ficando as adolescentes em risco não só de gravidez indesejada, mas também de doenças sexualmente transmissíveis. A sede da educação sexual deveria ser a família até mesmo porque ela deve ocorrer desde o início da vida, de acordo com as várias fases do desenvolvimento da sexualidade. O papel da escola deveria ser complementar, entretanto na maioria das vezes, pelo menos no que se refere às informações sobre sexo, as adolescentes as recebem especialmente na mídia, com os colegas da escola e com seus companheiros (Guimarães, 2001).

Assim, desde a Grécia antiga se observa o interesse em se discutir temas relacionados à ética e à moral. Muito pouco se tem conhecimento sobre o início de tema sexualidade na escola, porém alguns estudiosos (Barroso e Bruschini, 1983; Sayão, 1997) apontam para o seu surgimento na França, a partir da segunda metade do século XVII, sendo que no século XIX a abordagem da sexualidade ganha destaque com o aumento do aborto clandestino (Santos, 2001). Já no Brasil, os primeiros registros de discussões sobre a Educação Sexual na escola data do início do século passado, mais precisamente em 1920 (Sayão, 1997, p. 108).

Porém, os PCN's (1997, p. 111) revelam que é apenas em meados dos anos 80, que a demanda por trabalhos na área da sexualidade nas escolas aumenta e começa a preocupar os educadores, em virtude do grande número de gravidez precoce, entre adolescentes, do aparecimento da AIDS, entre os jovens.

A necessidade de abordar este tema no âmbito escolar fica evidente quando os alunos requisitam que ocorra a discussão em sala de aula. Segundo eles, os professores por desconhecimento ou falta domínio do assunto, abordam-no de maneira rápida e superficial, impossibilitando desta forma, que os estudantes consigam sanar suas dúvidas acerca do tema.

O aborto realizado em condições inseguras foi incluído no Plano de Ação da Conferência do Cairo como questão de saúde pública, e os governos signatários, entre eles o Brasil, assumiram o compromisso de implementar serviços para reduzir a morbidade e a mortalidade por aborto em seus países. (Brasil, 2001).

A gravidade da prática abortiva se apresenta reflexa e diretamente no Sistema Único de Saúde (SUS), devido ao alto índice de internação de mulheres após a realização de aborto, vítimas de procedimentos mal-sucedidos, apresentando seqüelas cujos tratamentos demandam vultosas despesas por parte do governo.



Segundo estimativas da *Alan Guttmacher Institute* (AGI), anualmente 20 milhões de abortos são praticados sob condições de risco, dado a precariedade de como são realizados os procedimentos.

O sistema educacional brasileiro representa um meio de formação de cidadãos capazes de construir conhecimentos que contribuam para a redução do número de abortos e suas complicações, principalmente entre adolescentes. Considerando-se este aspecto, as ações de educação em saúde, desenvolvidas no campo da sexualidade junto a este público, são fundamentais e contribuem para um estilo de vida mais saudável e tomada de decisões mais conscientes.

### **Metodologia**

O jogo foi elaborado com base nas concepções dos professores do ensino fundamental, acadêmicos dos cursos superiores da área da saúde e humanas que ingressaram no segundo semestre de 2009 e os prováveis formandos do primeiro semestre de 2010, além da análise do tema aborto nos livros didáticos indicados pelo Programa Nacional do Livro Didático e do referencial teórico utilizado na construção dessa tese.

A construção e a aplicação do jogo, assim como do instrumento para análise do mesmo foi, didaticamente, dividida em 4 momentos (Quadro 1)

1	Elaboração das questões que fizeram parte do jogo. Após revisão bibliográfica, selecionaram-se alguns temas para serem trabalhados referentes ao aborto: aborto como problema de saúde pública, aborto e suas relações com a lei, posicionamento e atuação dos médicos frente ao aborto, presença de má formação fetal e mortalidade materna. Com base nestes temas desenvolveu-se um jogo intitulado "Respondendo suas dúvidas sobre aborto" composto por 30 cartas, divididas em três grupos: * Cartas azuis: contém as perguntas; * Cartas amarelas: contém cinco alternativas ou está escrito que o aluno deve fornecer sua própria opinião; * Cartas rosas: apresentam uma breve discussão sobre o tema tratado.
2	Na segunda etapa realizou-se o contato com as escolas sorteadas para o agendamento da visita e utilização do jogo.
3	Na terceira etapa houve a utilização do jogo com alunos.
4	Na quarta etapa foi realizada a tabulação dos dados.

Quadro 1- Elaboração e avaliação do instrumento pedagógico (jogo)

O jogo foi organizado de aplicado de forma que o pesquisador entregava, aleatoriamente, duas cartas (uma azul e uma amarela) para cada estudante. Depois que todos os alunos haviam recebido suas cartas o professor perguntava quem havia ficado com a pergunta número 1. O aluno lia a pergunta e esperava para que o outro aluno que tivesse ficado com a resposta 1 lesse suas alternativas e escolhesse uma delas.

Após, o professor que ficou com todas as cartas rosas, problematizava o tema abordado e podia, caso desejasse, utilizar a carta rosa como forma de subsídio para a discussão.

O jogo continuava até que as 10 perguntas fossem lidas, respondidas e problematizadas.

O jogo abordou diversos aspectos acerca do tema aborto (Quadro 2).

<b>Carta</b>	<b>Temática</b>
1	Aborto como problema de saúde pública
2	Quando a lei brasileira deveria permitir o aborto
3	Quando o aborto pode ser praticado pelo médico e permitido por lei
4	Permissão do aborto em caso de má formação fetal
5	Aborto permitido em caso de estupro
6	Aborto como responsável por grande número de mortes maternas
7	Documentos necessários para a realização do aborto nos casos permitidos por lei
8	Permissão legal da prática do aborto
9	Faixa etária mais afetada pelo aborto
10	Descriminalização do aborto

Quadro 2 - Temáticas abordadas durante a aplicação do jogo nas escolas

A pesquisa foi realizada com alunos do segundo ano do ensino médio matriculados em escolas públicas (sorteadas aleatoriamente, uma de cada região), no ano de 2010, localizadas nesse município. Esta faixa foi a escolhida porque há grande incidência de gravidez não planejada e prática ilegal do aborto (70- 75%). Como critérios de inclusão foram: alunos que cursavam o 2º ano do

Ensino Médio, com idade entre 15 a 24 anos conforme o conceito utilizado pela UNESCO de ambos os sexos. E os critérios de exclusão foram: não ser aluno do 2º ano do ensino médio e ter idade inferior ou superior a faixa de 15 a 24 anos.

O estudo de Vieira et al (2005) aponta que, de 1.437 adolescentes, 35% vivenciavam a prática sexual e que apenas 10,7% fizeram uso de contraceptivos. Em virtude das experiências sexuais e da falta de uso de métodos anticoncepcionais por esse grupo etário, o índice de gravidez na adolescência registrado no Brasil no ano de 1998 foi de 23,6% e, por região, verificou-se um percentual de 31,2% para a região Norte; 26,0% para o Nordeste; 20,7% para região Sudeste; 21,5% para região Sul e 27,1% para a região Centro-Oeste. Tais dados permitem ressaltar a importância da ampliação ao acesso de informações a esse grupo etário, buscando reduzir a possibilidade da ocorrência de um abortamento, assim como as consequências advindas da experiência.

No município de Santa Maria, RS há atualmente 22 escolas públicas estaduais de ensino médio. O município é dividido em cinco Regiões: Norte, Sul, Leste, Oeste, centro e Zona Rural conforme a 8ª Coordenadoria Regional de Educação de Santa Maria (8ª CRE). O jogo foi aplicado em uma escola de cada região e após a realização do mesmo foi aplicado um instrumento (jogo sobre aborto) constou de três questões abertas. Na análise qualitativa foi utilizada a análise de conteúdo. Chizzotti (2006) define a análise de conteúdo como sendo uma forma de interpretar o conteúdo de um texto, adotando normas sistemáticas de extrair os significados temáticos por meio dos elementos mais simples de um texto.

Os jogos foram aplicados em grupos focais, que é uma forma de coleta de dados feita diretamente das falas de um grupo que relata as experiências e percepções em torno de um tema de interesse coletivo (Leopardi, 2001). Cada grupo foi composto por quatro até sete membros, pois conforme Gatti (2005) e Gondim (2003) o ideal é que cada grupo focal não ultrapasse mais de dez integrantes.

O local e data dos grupos foram previamente agendados na escola de forma que não prejudicasse o aluno em sala de aula e facilitasse a participação dos integrantes inscritos. Neste sentido, Gatti (2005) afirma que o local dos encontros dos grupos focais deve favorecer a participação e interação dos participantes.

Participaram da pesquisa 22 alunos divididos de acordo com a quadro 3.

<b>Escola</b>	<b>Número de alunos</b>
E1	4
E2	4
E3	7
E4	4
E5	3
<b>TOTAL</b>	22

Quadro 3 – Alunos participantes dos grupos focais referentes a cada escola onde o instrumento didático pedagógico foi aplicado.

### **Resultados**

A análise dos questionários respondidos pelos acadêmicos que participaram dos grupos focais, nos quais foram aplicados o jogo, demonstram que é necessário tratar sobre esse tema na escola, pois durante as discussões realizadas muitos alunos colocaram a inexistência de diálogo sobre o assunto em casa e no ambiente escolar. Os alunos enfatizam que, raramente, o tema é abordado pelos professores e, quando acontece, é de forma rápida e superficial.

O desenvolvimento de um tema transversal implica a necessidade do professor não apenas dominar o conteúdo programático da matéria que é responsável como exige dele habilidade para inserir esse tema, que foge da especificidade do habitual, no seu contexto educacional. O grande desafio é capacitar o professor para desenvolver um trabalho eficaz e esclarecedor sobre sexualidade na escola. Faz-se necessária o preparo dos professores, tornando-os bem informados e conscientes da importância de sua atuação na área (Ribeiro, 1999).

Com relação à pergunta um: “Você achou o jogo uma forma interessante para aprender sobre aborto?”, todos os acadêmicos afirmaram que a realização do jogo foi um instrumento muito interessante para aprender sobre o aborto. As respostas dos alunos evidenciam a aprovação do jogo como instrumento para trabalhar o aborto no processo ensino-aprendizagem (Quadro 4).

<b><i>E1</i></b>	<b><i>E2</i></b>	<b><i>E3</i></b>	<b><i>E4</i></b>	<b><i>E5</i></b>
------------------	------------------	------------------	------------------	------------------

Sim, para discutir melhor o assunto.	Sim, pois o lúdico é a melhor forma de aprendizado.	Sim, porque aprendemos mais, e isso até nos ajuda para que não façamos coisas erradas no futuro.	Sim, porque debatemos sobre esse assunto de uma forma menos densa e cansativa.	Sim, porque estimula o interesse sobre o assunto.
--------------------------------------	---	--	--	---

Quadro 4 – Opinião dos alunos acerca da importância do jogo como instrumento para aprender sobre aborto

Ao observar estas respostas percebe-se que os alunos encontraram, no jogo, uma forma diferente para aprender e responder suas dúvidas. Os alunos das escolas E1 e E4 usam termos (discutir, debatemos) mostrando que eles querem participar da aprendizagem e não apenas receber de forma unilateral o conteúdo.

Para Bock apud Kahhale (2001), a orientação sexual deve ser trabalhada no sentido de criar um espaço onde o adolescente possa se informar, tendo a percepção do próprio corpo, objetiva e subjetivamente, para tomar consciência de valores, normas, significações que são construídas pelo sujeito.

Este jogo pode ser aplicado pelo professor, pois Gadotti (2003) e Roque (2005) o professor não precisa ser um especialista em Educação Sexual, mas apenas um profissional devidamente informado sobre a sexualidade humana que reflita sobre ela, sendo capaz de criar contextos pedagógicos adequados e selecionar estratégias de informação, de reflexão e de debate de idéias, reciclar-se e atualizar seus conhecimentos de forma a ensinar a pensar, tornando-se mediador do conhecimento.

O aluno da E2 relaciona o uso do jogo ao lúdico e ao aprendizado de forma positiva. O jogo foi descrito por Huizinga (1971), no seu livro que é um clássico sobre o jogo, como um fenômeno que alguma coisa que transcende as necessidades imediatas da vida e confere um sentido à ação. O autor reconheceu o jogo como de natureza e significado cultural, porém admite que deve haver alguma espécie de finalidade biológica nessa atividade, sendo o jogo uma das principais bases da civilização, ou seja, é uma função de vida.

Desta forma, o uso do jogo proposto se apresenta como uma metodologia que abre espaço para a efetiva participação dos alunos, pois atividades diferenciadas mudam a rotina na sala de aula e fazem com que o aluno interaja com o professor e colegas. Assim, há a necessidade de que a escola abra espaço para o diálogo, somente desta forma, temas polêmicos como aborto poderão ser

discutidos e a aprendizagem acaba sendo consolidada de forma significativa e não apenas passageira.

O aluno da E3 enfatiza que o jogo permite que *aprendam mais e que não façam coisas erradas*. A resposta deste aluno mostra que, para ele, o aborto é algo errado, ou seja, ele traz para uma pré-concepção para a sala de aula que deve ser respeitada e trabalhada. Há casos em que o aborto é permitido por lei (quando decorrente de estupro ou risco de morte para a mãe) e este tópico deve ser abordado para que, nesses casos, a mulher possa ser amparada legalmente.

Na análise da questão dois "Você mudaria algo no jogo?" verificou-se que dezenove alunos não realizariam nenhuma alteração no instrumento, porém três alunos, todos da mesma escola, opinaram no sentido dos próprios alunos construírem as questões que farão parte do jogo, além da inclusão de ilustrações (Quadro 5).

<b>E2</b>	<b>E3</b>	<b>E5</b>
Sim, os alunos deveriam elaborar as questões após uma pesquisa.	Sim, aprofundar mais assuntos da vida real.	Não, acho que está perfeito, bem explicado. Todas as dúvidas são tiradas,

Quadro 5- Opinião dos alunos se deve ocorrer alguma mudança na elaboração e aplicação do jogo

Um dos alunos da E2 coloca que as perguntas deveriam ser elaboradas por eles. Este fato é importante porque mostra que os estudantes desejam participar do desenvolvimento do trabalho. Também, pode-se concluir que as perguntas do jogo não contemplaram a totalidade das dúvidas deste aluno.

Neste sentido, verifica-se que os professores desenvolvam metodologias onde o aluno possa ser sujeito ativo em todos os momentos, desde a confecção do material até a aplicação e discussão do mesmo. Assim, o trabalho será realizado de acordo com as necessidades dos alunos.

O diálogo é a ferramenta básica no processo de educar para a sexualidade. Há crianças e adolescentes que perguntam muito, outras nada interrogam e outras,

ainda, precisam de um ambiente encorajador para levantar questões (MOIZÉS e BUENO, 2010).

Na questão três “Você acha importante que o tema aborto seja estudado na escola?” todos os alunos responderam de forma afirmativa reforçando a necessidade de adequação e preparo dos professores para trabalhar o tema (Quadro 6).

<b>E1</b>	<b>E2</b>	<b>E3</b>	<b>E4</b>	<b>E5</b>
Sim, para diminuir o índice de gravidez indesejada e os alunos de prevenirem.	Sim, para conscientizar as mulheres dos riscos desse procedimento.	Sim, assim preveniria muitos casos de aborto, dando mais importância e respeito a outra vida que está sendo formada.	Sim, porque é importante para a vida da gente.	Sim, porque muitos jovens têm cabeça fraca.

Quadro 6- Considerações dos alunos acerca da importância do desenvolvimento do tema aborto na escola.

Com base nas respostas percebe-se que os alunos buscam na educação escolar o ambiente propício para a abordagem do tema. O aluno da E1 associa o tema aborto com gravidez indesejada. Conforme Monteiro e Adesse (2006) o número estimado de abortos induzidos foi equivalente a 43% dos nascimentos vivos em 2005 mostrando que uma elevada proporção das gravidezes não foram desejadas levando estas mulheres a recorrer ao abortamento. Isto consolida também a ideia de que a anticoncepção no Brasil ainda não atingiu um volume suficiente para evitar a elevada proporção de gravidezes indesejáveis.

A temática relacionada à saúde da mulher fica evidente na fala do aluno da E2. O aborto provocado aumenta o risco de morte materna e, ao menos potencialmente, causa grave dano à saúde física e psíquica da mulher, podendo também afetar as subseqüentes gestações, aumentando o risco de prematuridade, gravidez ectópica, abortamento espontâneo, e baixo peso ao nascer (Leão junior et al, 2005; Schor, 1990).

O aluno da E3 cita o respeito à vida como fator a ser considerado. O direito à vida é o mais fundamental de todos os direitos, já que se constitui em pré-requisito à existência e exercício de todos os demais direitos (Moraes, 2002).

Os alunos das escolas 4 e 5 se referem a importância do tema como algo importante para a sua formação. O aluno da E5 coloca que os adolescentes são “cabeça fraca”. De acordo com Lopes (2008), na sala de aula o tema da sexualidade é, em geral, um tabu pelo menos nos discursos legitimados pelos/as professores/as ao trabalhar com a educação sexual esquecendo a multiplicidade de concepções e conseqüências sociopolíticas e culturais ao entender como dificuldade individualizada.

É evidente a importância do papel da educação em ciências na construção interdisciplinar na abordagem de temas como o aborto que contribuem na formação do cidadão. Tonatto e Sapiro (2002, p.171) “entendem a interdisciplinaridade enquanto contribuição (...) para a busca de resoluções fundadas em raciocínio crítico e conhecimento na problematização dos temas referentes à sexualidade por parte dos adolescentes, de uma forma integrada e não alienada ao contexto em que vivem”.

É importante trabalhar sexualidade de forma mais ampla na escola utilizando a multi, a inter e a transdisciplinaridade, considerando as dimensões biológica, psicológica, social, contribuindo para o fortalecimento da auto-estima e da identidade pessoal (Bueno, 2001; Rena, 2007).

## Referências

- BARROSO, C.; BRUSCHINI, C. (1998). *Sexo e juventude: como discutir a sexualidade em casa e na escola*. 6. ed. São Paulo: Cortez.
- BRASIL. (1997). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual*. Brasília.
- \_\_\_\_\_. (1998). Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos. Apresentação dos temas transversais*. Brasília.
- \_\_\_\_\_. (2001). Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Assistência à mulher com abortamento e no pós-aborto. *Parto, aborto e puerpério: assistência humanizada à mulher*. Brasília, p. 145-157. Disponível em: <<http://dtr2001.saude.gov.br/editora/produtos/livros/genero/livros.html#p>> . Acesso em 21 março 2007.
- BUENO, S.M.V. (2001). *Educação preventiva em sexualidade, DST, Aids e drogas nas escolas* [tese livre-docência]. Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo; 2001.
- CHIZZOTTI, A. (2006). *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. Petrópolis: Vozes.
- FERREIRA, ABH. (1975). *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.



FERREIRA, PFM. (2006). *Modelagem e suas contribuições para o ensino de Ciências: uma análise no estudo de equilíbrio químico*. 2006. 155f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

FUKUNISHI, F. (2007). *Aborto, da mistificação à realidade do 3º mundo*. *Fórum Jurídico*. Disponível em: <http://www.forumjuridico.org/topic/4335-aborto-da-mistificacao-a-realidade-do-3-mundo/>. Acesso em: 15mai2011.

GADOTTI, M.(2003). *Boniteza de um sonho: ensinar e aprender com sentido*. São Paulo: Instituto Paulo Freire. Disponível em: [http://www.paulofreire.org/Moacir\\_Gadotti/Livros/gadotti\\_livros\\_boniteza.htm](http://www.paulofreire.org/Moacir_Gadotti/Livros/gadotti_livros_boniteza.htm). Acesso em:17 de jun 2007.

GATTI, BA. (2005). *Grupo focal nas pesquisas em ciências sociais e humanas*. Brasília: Liber Livro.

GONDIM, SMG. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. In: *Paidéia*, v.12, nº 24, pp. 149-161. Ribeirão Preto: 2003.

GUIMARÃES, EMB. (2001). *Gravidez na adolescência: uma visão multidisciplinar*. *Pediatria Moderna*. 37 (nº esp.): 29-32.

HUIZINGA, J. (1971). *Homo ludens – O jogo como elemento da cultura*. São Paulo, Universidade de São Paulo e Perspectiva.

LEÃO JÚNIOR, PSM. (2005). *O direito fundamental à vida dos embriões e anencéfalos*. (Coord. MARTINS, Ives Gandra da Silva. *Direito fundamental à vida*) São Paulo: Quartier Latin/ Centro de Extensão Universitária.

LEOPARDI, MT. (2001). *Metodologia da pesquisa na saúde*. Santa Maria: Pallotti.

LOPES, LPM. Sexualidades em sala de aula: discurso, desejo e teoria. (2008). In: MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Org.). *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. (2004). *Unsafe abortion: global and regional estimates of the incidence of unsafe abortion and associated mortality in 2000*. 4 ed. Geneva. Disponível em: [http://www.who.int/reproductivehealth/publications/unsafe\\_abortion\\_estimates\\_04/estimates.pdf](http://www.who.int/reproductivehealth/publications/unsafe_abortion_estimates_04/estimates.pdf)>. Acesso em 26 fev. 2010.

MATIELO, F. Z. (1996). *Aborto e o Direito Penal*. 3.ed. Porto Alegre: Sagra-DC Luzzatto editores.

MENEZES, GM; AQUINO, EML. (2009). Pesquisa sobre o aborto no Brasil: avanços e desafios para o campo da saúde coletiva. *Cad. Saúde Pública*.

MONTEIRO, MFG; ADESSE, L. (2006). Estimativas de aborto induzido no Brasil e grandes regiões (1992-2005). *Rev Saude Sex Reprod* [internet]. 26:1-10. [citado 2008 fev 15]. Disponível em: <http://www.ipas.org.br/arquivos/ml2006.pdf>

MINISTÉRIO DA SAÚDE, BRASIL. (2001). Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. *Parto, aborto e puerpério: assistência humanizada à mulher*. Brasília (DF).

MOIZÉS, J.S; BUENO, S.M.V. (2010). *Compreensão sobre sexualidade e sexo nas escolas segundo professores do ensino fundamental*. Rev. Esc. Enferm USP; 44(1):205-12.

MORAES, A. (2002). *Direito Constitucional*. 11ª edição, São Paulo. Editora Atlas.

POSENER, H. (2011). *A vida do embrião e o aborto*. São Paulo, jan. Acesso em: <<http://www.webartigos.com/articles/57716/1/O-DIREITO-A-VIDA-DO-EMBRIAO-E-O-ABORTO/pagina1.html>> Acesso em: 19 maio 2011.

RENA, L.C.B. (2006). *Educação em saúde: construindo uma pedagogia do cuidado na Escola Pública*. In: Anais do 1º Congresso Internacional de Pedagogia Social; São Paulo, BR. São Paulo: Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC000000092006000100029&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000092006000100029&lng=en&nrm=abn)>. Acesso em: 3 agosto 2007.

RIBEIRO, M. (1999). *O prazer e o pensar: orientação sexual para educadores e profissionais de saúde*. São Paulo: Gente, v.2.

ROQUE, F. *Educação sexual*. Lisboa, 2005. Disponível em: <http://profviseu.com/pessoal/FRoque/EduSexual/>. Acesso em: 23 maio 2011.

SAYÃO, Y. (1997). *Orientação Sexual na escola: os territórios possíveis e necessários*. In: AQUINO, J. G.(org.). *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus.

SANTOS, M.A. dos. (2001). *Orientação Sexual no 1º E 2º ciclos do Ensino Fundamental: uma realidade distante?* Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SCHOR, N. (1999). *Investigação sobre ocorrência de aborto em pacientes de hospital de centro urbano do Estado de São Paulo, Brasil*. Rev. Saúde Pública [online]. 1999, vol.24, n.2, pp. 144-151. ISSN 0034-8910.

TONATTO, S.; SAPIRO, CM. (2002). *Os Novos Parâmetros Curriculares das Escolas Brasileiras e Educação Sexual: uma proposta de intervenção em ciências*. Psicologia & Sociedade, nº 14 (2), p. 163-175, jul./dez.2002.

VIEIRA, LM; et al. (2006). *Reflexões sobre a anticoncepção na adolescência no Brasil* - Rev. Bras. Saúde Mater. Infant. vol.6 no.1 Recife Jan./Mar. 2006. Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/62732/1/METODOS->

[CONTRACEPTIVOS-NA-ADOLESCENCIA/pagina1.html#ixzz1MSDnUH9X](#). Acesso em: 15mai2011.

VIEIRA, MVP, et al. (2005). Conhecimento sobre anticoncepcionais em uma população de 15 anos ou mais de uma cidade do Sul do Brasil. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro.

## **ANEXO I- Artigo em construção**

## **COMPARAÇÃO DA CONCEPÇÃO DE ABORTO ENTRE OS SEXOS FEMININO E MASCULINO DOS ACADÊMICOS DAS ÁREAS DA SAÚDE E DAS HUMANAS**

**RESUMO:** Através da história, o aborto foi provocado por vários métodos diferentes e seus aspectos morais, éticos, legais e religiosos são objeto de intenso debate em diversas partes do mundo. O objetivo deste estudo foi avaliar o conhecimento e a opinião de universitários das áreas da saúde e humanas acerca do aborto induzido, comparando as opiniões dos estudantes dos sexos feminino e masculino que ingressavam e concluíam o curso superior. Como método utilizou-se um questionário adaptado de um instrumento validado, estruturado com questões pré-elaboradas, sistemáticas e sequencialmente dispostas em itens que constituem o tema. Os resultados mostraram altos índices de acadêmicos a favor do aborto em caso de estupro, assim como afirmavam, incorretamente, ser necessário laudo do IML e BO para a realização da prática abortiva nos casos previstos por lei. De modo geral, observou-se que tem havido maior reflexão sobre o problema do aborto provocado baseando-se nas respostas obtidas neste estudo. Além disso, houve pouca diferença, quando se comparou os diferentes gêneros. Porém, continua se evidenciando a necessidade de informar corretamente os jovens brasileiros sobre as leis e normas que regulamentam a prática do aborto legal no país, visando assegurar que as mulheres que necessitam tenham, de fato, acesso a esse direito.

**ABSTRACT:** Throughout history, abortion has been caused by several different methods and their moral, ethical, legal and religious aspects are the subject of intense debate in various parts of the world. The aim of this study was to assess knowledge and beliefs of university students in the areas of health and about human induced abortion, comparing the students' views of males and females and concluded that entered college. As a method we used a questionnaire adapted from a validated instrument, structured questionnaire with pre-prepared, systematic and sequentially placed on items that are the theme. The results showed high levels of academic favor abortion in cases of rape, as incorrectly stated need of the IML award and BO to perform the abortion practice in cases prescribed by law. Overall, it was observed that there is a greater reflection on the issue of abortion based on the responses obtained in this study. Furthermore, there was little difference when comparing the different genders. But still there is the need to correctly inform young Brazilians on the laws and regulations governing the practice of legal abortion in the country aimed at ensuring that women need to have, in fact, access to this right.

## INTRODUÇÃO

É árdua a tarefa de definir o sentido exato da vida em virtude das dificuldades que rondam o tema. Mesmo porque acontecimentos relacionados à vida estão em constante movimento, permeando relações e atitudes que interferem diretamente nas nossas vidas.

Por ser inato à natureza humana e por ser um direito fundamental que vem sendo tutelado durante toda a evolução histórica até os dias modernos, o direito à vida é o mais antigo dos direitos fundamentais (ALFRADIQUE, 2005).

Os séculos XX e XXI são marcados pelas grandes conquistas nas áreas tecnológicas e científicas, mas um dos maiores questionamentos, existente desde a antiguidade ainda continua : quando o feto passa a ter o direito à vida?, ou melhor, quando inicia a vida?

Esta problemática é importante porque envolve questões morais, leis, direitos e deveres para com este ser. Há vários critérios propostos na bibliografia, sendo que os mais encontrados são: tempo de concepção; implantação no útero; semelhança com a aparência humana; atividade cerebral, atividade organizada do córtex cerebral; viabilidade do feto e gradualismo, no qual o feto vai progressivamente adquirindo direitos ao longo do tempo.

Desde a antigüidade o aborto foi empregado como método de controle da natalidade, não pelo impedimento da concepção, mas pela interrupção da gravidez, levando à morte de uma possível vida recém-concebida, segundo a religião católica..

Sob o ponto de vista moral, as atitudes variavam muito nas culturas antigas. Platão e Aristóteles aprovaram o aborto como forma de controlar o excesso populacional nas pequenas cidades do estado da Grécia. Aristóteles, contudo, era contra o aborto quando a mãe se encontrava em estado avançado de gravidez (FUKUNISHI, 2007).

Assim como a vida, o aborto sempre esteve presente em toda a história dos homens. O “abortamento como a interrupção da gravidez antes do termo normal, com morte do embrião, sendo indiferente sua expulsão ou não, assim como a viabilidade do produto sobre o qual incidem as manobras” (FÁVERO,1991, p.750).

Há abortos espontâneos, nos quais o próprio organismo se encarrega de realizá-lo, independe da vontade da mulher. Caracteriza-se pela inviabilidade

natural do conceito e sua morte devido a diferentes fatores etiológicos. E, existem os abortos provocados que são aqueles realizados intencionalmente, ocasionando, então, a morte do feto por vontade da própria gestante e/ou de outrem. Este tipo de aborto pode ser legal ou criminoso (DAVINI, 2005).

A realização do aborto vem se apresentando como uma das práticas que possui a maior diversidade em seu tratamento, vai desde métodos feitos em clínicas clandestinas até como uma maneira de salvar uma mãe com risco de vida. Em certas épocas e países não é punido, revestindo-se de assunto de caráter estritamente familiar. Noutras épocas e em outros povos é duramente castigado, às vezes, até com a pena de morte.

O aborto é um problema social, pessoal e de saúde pública que afeta a vida da maioria das pessoas, direta ou indiretamente, pelo menos alguma vez na sua vida. Apesar dos esforços parcialmente bem sucedidos de reduzir o número de abortos no mundo e no Brasil, as estimativas globais não têm mudado significativamente. A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2000) informa que são realizados cerca de 46 milhões de aborto por ano no mundo. O mais grave é que cerca de 20 milhões desses abortos são qualificados como inseguros, ou seja, realizados por pessoal não qualificado e/ou em condições sanitárias inadequadas (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2000) o que acarreta risco de morte às mulheres por infecções ou hemorragias.

O grau de segurança sanitária com que se realizam os abortos está intimamente correlacionado com a situação legal no país e o status econômico da pessoa que aborta. A imensa maioria dos abortos inseguros acontece em países onde as leis são muito restritivas, como é o caso do Brasil, e entre as pessoas que não têm condições econômicas para pagar uma clínica, ainda que clandestina, mas bem preparada para realizar abortos seguros, ou seja, com condições de higiene adequadas.

O Código Penal Brasileiro, promulgado em 1940, prevê a prática legal do aborto apenas quando não houver outro meio de salvar a vida da gestante ou quando a gravidez for resultante de estupro ou incesto (FRANÇA, 1995). Raramente, em casos de má formação congênita, a interrupção da gravidez é autorizada pela justiça. Essa lei, no entanto, não conseguiu impedir a ocorrência de aborto clandestino no Brasil (ROCHA, 1996).

Juntamente com a proibição legal acrescentam-se os problemas morais, religiosos, subjetivos, de saúde e de gênero/classe/raça relacionados à prática do aborto. Há igualmente que considerar o significado simbólico da interrupção de uma gravidez indesejada, o qual coloca em questão a realização da maternidade, tradicionalmente considerada como marca relevante da identidade histórico-cultural feminina. Esse quadro dá uma ideia das forças passíveis de compor o jogo das políticas relativas ao aborto no país, com as diferentes posições de seus autores.

A prática indiscriminada e abusiva do aborto provocou o aumento na taxa de hospitalização entre essas mulheres e se constituiu no principal determinante da mortalidade materna no Brasil (BLAY, 1993).

Tratar o aborto como direito social significa questionar as condições precárias em que ele é realizado no país, ao arriscar a saúde e a vida das mulheres. Em consonância com as preocupações das feministas brasileiras dos anos 1980, as feministas dos anos 1990 passaram a considerar a alta incidência de abortos clandestinos no país como um problema de saúde pública em decorrência da alta taxa de mortalidade materna que lhe estava associada, qualificando-o de aborto inseguro. O aborto como questão de direito individual remete a um dos fundamentos do feminismo contemporâneo: o princípio democrático liberal do direito aplicado ao corpo; direito baseado nas idéias de autonomia e liberdade do liberalismo, expresso na máxima feminista “nosso corpo nos pertence”, que se difundiu internacionalmente a partir dos países centrais e marcou as lutas feministas relacionadas à sexualidade, à contracepção e ao aborto (CÔRREA, 2003). A apropriação do corpo também significava para as mulheres a possibilidade da livre escolha da maternidade.

## METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa transversal de caráter descritivo e comparativo, com abordagem quantitativa.

As pesquisas descritivas têm como objetivo descrever características de uma determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. Seu aspecto mais significativo é a utilização de técnicas padronizadas para a coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática (GIL, 2006).



O estudo foi comparativo, pois se pretendia conhecer as concepções de alunos das áreas das humanas e da saúde, comparando se há diferenças significativas na percepção sobre o tema abordado e suas possíveis consequências para a sociedade.

A classificação em estudo quantitativo refere-se à forma de abordagem do problema e considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números as opiniões e informações para classificá-las e analisá-las (GIL, 2006).

A população do estudo foi constituída por acadêmicos da Universidade Federal de Santa Maria- RS (UFSM) matriculados e frequentando cursos nas áreas humanas ou da saúde.

A pesquisa incluiu os acadêmicos que ingressaram no segundo semestre de 2009 e os prováveis formandos do primeiro semestre de 2010 nos cursos das áreas da saúde (189) e humanas (175) porque estas apresentam o maior número de cursos relacionados diretamente com o tema.

A área das humanas incluiu os cursos de Direito, Administração, Ciências Econômicas e Ciências Contábeis. Na área da saúde participaram acadêmicos dos cursos de Medicina, Fisioterapia, Enfermagem, Fonoaudiologia, Odontologia e Terapia Ocupacional (grupo dos ingressos). Na área da saúde no grupo dos formandos não há participação do curso de Terapia Ocupacional porque a primeira turma teve ingresso no segundo semestre de 2009.

O instrumento utilizado para a coleta dos dados foi um questionário adaptado de instrumento validado em estudo realizado em Ribeirão Preto intitulado "Aborto: conhecimento e opinião de médicos dos serviços de emergência de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil, sobre aspectos éticos e legais", publicado no Caderno de Saúde Pública vol.20 nº.3 Rio de Janeiro Maio/Junho 2004, com questões pré-elaboradas, sistemáticas e sequencialmente dispostas em itens que constituem o tema do estudo.

O questionário era composto por 24 questões sendo que 3 eram de múltipla escolha, 15 de verdadeiro ou falso e as 6 questões restantes eram sobre dados pessoais com o objetivo de caracterizar o grupo.

Foram utilizadas as técnicas da Estatística Descritiva (BARBETTA, 2000). A primeira fase de tratamento dos dados foi a análise univariada através da verificação das frequências e o cálculo das medidas de localização central e de dispersão para

cada variável isoladamente. Para comparação das variáveis foi utilizado o teste Qui-Quadrado de Pearson. O nível de significância adotado para os testes estatísticos foi de 5%, ou seja,  $p < 0.05$ .

Após a primeira fase foi realizado o cálculo das frequências absolutas (números absolutos de cada valor) e as frequências relativas (as proporções em percentagens ou permilagens, etc.); a média, desvio-padrão e a mediana.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram do estudo os 480 alunos das áreas da saúde e humanas da Universidade Federal de Santa Maria-RS (UFSM) sendo subdivididos em quatro grupos: Grupo Masculino Ingressantes no 2º semestre de 2009, Grupo Masculino de prováveis formandos do primeiro semestre de 2010, Grupo Feminino Ingressantes no 2º semestre de 2009, Grupo Feminino de prováveis formandos do primeiro semestre de 2010.

A população feminina predomina tanto entre os alunos que ingressaram no segundo semestre de 2009 (62,4%), assim como entre os acadêmicos prováveis formandos do primeiro semestre de 2010 (66,7%). A maioria dos alunos de ambos os grupos são solteiros (89%).

O tema aborto foi tratado no ensino médio conforme mais de 60% dos alunos do sexo masculino e feminino que ingressaram na Universidade no segundo semestre de 2009, já entre os prováveis formandos do primeiro semestre de 2010, 40,7% dos alunos do sexo masculino relataram que nunca tiveram aula sobre o tema aborto diferente das alunas, as quais apenas 21,4% afirmaram que não tiveram aula sobre o tema. Conforme a PCN p.31: “É necessário que o educador tenha acesso à formação específica para tratar de sexualidade e de aborto com crianças e jovens na escola, possibilitando a construção de uma postura profissional e consciente no trato desse tema”.

Em relação ao aborto ser responsável por grande parte das mortes maternas, os acadêmicos de ambos os sexos ingressantes na Universidade ou prováveis formandos entendem que esta afirmativa é verdadeira. E, isto vai de encontro com os dados verificados pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2001), os

quais comprovam que no Brasil as complicações pós-aborto são a 4ª causa de morte de mulheres no país.

A opinião dos alunos quanto a atuação do planejamento familiar na prevenção da prática abortiva, bem como o acesso a ele em nosso país não ser adequado, não apresentou diferença entre os estudantes dos diferentes sexos, pois mais de 80% acreditam na veracidade dessas informações. Neste mesmo sentido, os acadêmicos foram unânimes em negar que o aborto, na sociedade brasileira, é praticado por excesso no número de filhos, os acadêmicos.

Outro ponto convergente entre os alunos do mesmo sexo pode ser visto em relação à questão do aborto ser um problema de saúde pública, onde os resultados praticamente equiparam-se (85,7% do grupo masculino e 82,3% do grupo feminino dos alunos que ingressaram em 2009 e 89,7% do grupo masculino e 94,8% do grupo feminino de prováveis formandos do primeiro semestre de 2010). Segundo as Nações Unidas (2003), as condições de risco devem ser reduzidas, por meio da ampliação e melhoria dos serviços de planejamento familiar. Se caso já tenha ocorrido o aborto, o aconselhamento, a educação e os serviços de planejamento familiar deverão ser proporcionados para evitar repetidos abortos. As pesquisas brasileiras feitas pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2001) demonstram que o número que as complicações após aborto têm registrado uma alta incidência resultando em graves problemas de saúde e com gastos significativos para o poder público.

Levando em consideração os entendimentos dos acadêmicos sobre quando não se pune o aborto praticado por médico, mais de 80% dos universitários de ambos os sexos das duas áreas questionadas concordam que isso deva ocorrer nos casos de risco de vida para mãe e estupro, assim como acreditam que o aborto é punido quando realizado por menores de idade e por mulheres que não desejam ter filhos.

Já no que tange a punição da realização do aborto devido à existência de malformação fetal comprovada a opinião entre os acadêmicos apresenta-se dividida (51,4% do grupo masculino e 61,1% do grupo feminino que ingressaram no segundo semestre de 2009 e 43,9% dos prováveis formandos do sexo masculino e 50,4% do sexo feminino do segundo semestre de 2010), assim como o entendimento dos alunos quanto a realização do aborto quando existe risco para saúde da gestante (56,9% do grupo masculino e 58,4% do grupo de alunos que ingressaram no

segundo semestre de 2009 e 51,8% do grupo masculino e 36,8% do grupo feminino dos prováveis formandos do primeiro semestre de 2010). Assim, o posicionamento dos acadêmicos não está em total consonância com o Decreto-Lei n.º 2848, de 7 de dezembro de 1940, art. 128, inciso I e II, do Código Penal, segundo o qual o abortamento é permitido quando a gravidez resulta de estupro ou quando a gravidez apresenta risco à mulher. Constitui um direito da mulher, que tem garantido, pela Constituição Federal e pelas Normas e Tratados Internacionais de Direitos Humanos, o direito à integral assistência médica e à plena garantia de sua saúde sexual e reprodutiva.

Os acadêmicos quando perguntados sobre o que é necessário para a realização legal do aborto, destaca-se a divergência ocorrida entre os acadêmicos que ingressavam e os prováveis formandos. Os grupos feminino e masculino dos alunos, respectivamente 87,4% e 80,4%, que ingressaram no segundo semestre de 2009 acreditam erroneamente que as mulheres devem apresentar laudo do Instituto Médico Legal. Já nos grupos de prováveis formandos do sexo feminino e masculino caem para 77,4% e 68,4% respectivamente. Equivocada, também, a idéia que os alunos inclusive os prováveis formandos apresentam a respeito da necessidade do consentimento do marido para a realização do aborto, sendo que 15,8% do grupo feminino e 24,6% do grupo masculino acreditam ser este um item necessário.

Outro dado relevante é a prevalência das respostas positivas dos acadêmicos frente a necessidade do registro de um Boletim de Ocorrência (BO) para a realização do aborto, onde os quatro subgrupos afirmam em sua maioria, a sua obrigatoriedade (mais de 70% das respostas femininas e mais 60% das masculinas). A mais provável explicação para isso é o parecer do Conselho Federal de Medicina (CFM), respaldando essa exigência do BO, embora a Norma do Ministério da Saúde seja explícita em destacar que a lei não inclui essa exigência (BRASIL, 2005). O que era apenas uma recomendação do CFM foi, provavelmente, confundido com uma exigência, mostrando a necessidade de que o CFM e os Conselhos Regionais de Medicina esclareçam rapidamente esse ponto, pois acarreta mais um obstáculo que impede às mulheres brasileiras estuproadas de terem acesso a seus direitos legais. O CFM – Conselho Federal de Medicina diz que médico deve exigir boletim de ocorrência para execução de aborto legal (18.04.05) embora o ministério da saúde diga que não precisa. A orientação foi dada pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) em nota onde se posicionou sobre a norma

técnica lançada pelo Ministério da Saúde no dia 22 de março, que autoriza os serviços médicos a realizarem abortos em caso de estupro, sem necessidade de apresentação do boletim de ocorrência policial. Segundo a nota do CFM, a recomendação se deve à "imensa fragilidade a que os médicos envolvidos nesses atendimentos ficaram submetidos, em decorrência das orientações contraditórias apresentadas".

Os acadêmicos também responderam questões de múltipla escolha sobre quando seriam favoráveis ao aborto. Mais de 70% dos alunos, de ambos os sexos, que estavam ingressando na Universidade ou os prováveis formandos, concordam que o aborto deveria ser permitido nos casos de estupro e risco de vida para a mãe. Os Grupos Feminino e Masculino de prováveis formandos da área das humanas (92,9% e 81,5%, respectivamente) apóiam o aborto em casos de estupro. Diferentemente, uma pesquisa realizada por Gomes e Jabor (2005) perguntou à estudantes da rede pública do estado de Santa Catarina, entre 14 e 18 anos, do Ensino Fundamental e Ensino Médio que estavam cursando ou haviam cursado a disciplina denominada "Ensino Religioso", revelando que 20% apoiam o aborto em situações de estupro. Loureiro e Vieira (2004) revelaram que 84% dos médicos entrevistados posicionou-se à favor da prática abortiva em casos de estupro.

Além de mais de 67% dos acadêmicos entenderem que o aborto deveria ser permitido quando existir malformação incompatível com a vida sendo que no Grupo Feminino de prováveis formandos da área das humanas, assim como o grupo de acadêmicos dessa área que ingressaram no segundo semestre de 2009 observou-se índices elevados de indivíduos favoráveis ao aborto em casos de risco de vida para a mãe (78,6% e 87,5%, respectivamente) e em relação as malformações fetais as opiniões dos acadêmicos ficaram divididas. Com valores semelhantes, Loureiro e Vieira (2004) verificaram que 86% dos entrevistados concordavam com a prática abortiva no primeiro caso e 82% com o segundo caso. Ainda no âmbito deste segundo exemplo, Hossne e Hossne (2010) pesquisaram estudantes do curso de Medicina da Faculdade de Medicina de Botucatu em relação à Bioética, observando que 85% demonstraram-se à favor da interrupção da gravidez em casos de malformações fetais.

No entanto, os alunos de ambos os sexos, concordam que o aborto não deve ser realizado nas hipóteses risco de vida para o bebê, houver malformação do

feto compatível com a vida, a mulher não deseja ter filhos, existir dificuldades socioeconômicas e ainda nos casos de gravidez na adolescência (Gráficos 1 e 2).

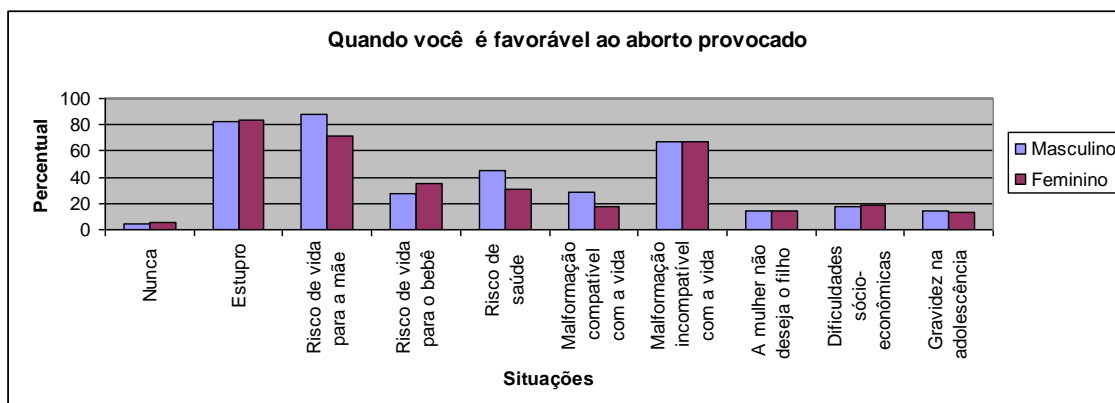


Gráfico 1: Situações que os alunos que ingressaram no segundo semestre de 2009 são favoráveis a realização do aborto provocado

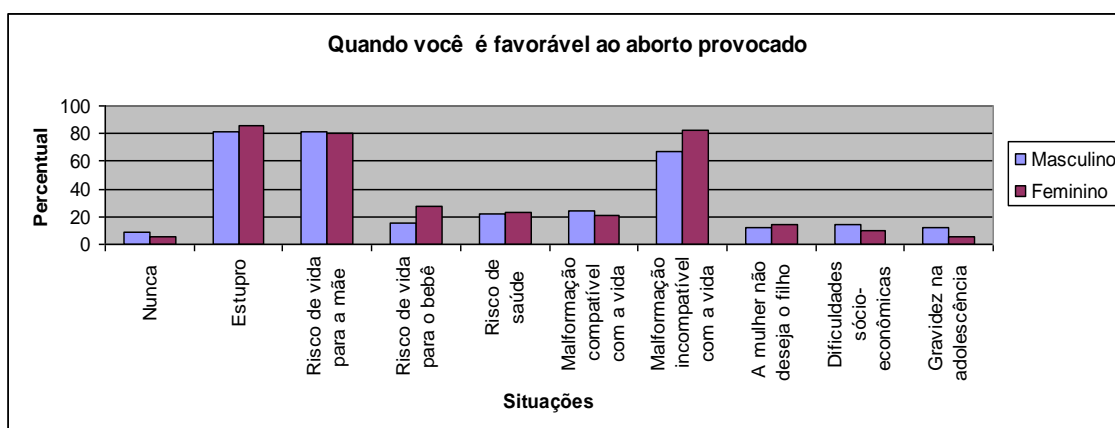


Gráfico 2: Situações que os alunos prováveis formandos de 2010 são favoráveis a realização do aborto provocado

A questão sobre a descriminalização do aborto encontra resistência entre os acadêmicos, com baixos índices de aceitação (mais de 80% dos quatro subgrupos se manifestaram contra o aborto deixar de ser crime), e se fosse descriminalizado poucos iriam aderir a esse método, apenas 3% dos alunos realizariam ou permitiram a realização do mesmo, muito embora mais de 66% dos alunos de ambos os sexos aceitem o aborto nos casos previstos por lei. Sobre os médicos que realizam aborto ilegal, a grande maioria dos quatro subgrupos entende

que devem ser punidos (mais de 40%), mas ao responderem se a lei sobre o aborto deveria ser mudada a maioria dos acadêmicos respondeu afirmativamente (53,6% do grupo masculino e 51,6% do grupo feminino dos alunos que ingressaram na Universidade no segundo semestre de 2009 e 46,6% do grupo masculino e 62,9% do grupo feminino de prováveis formandos do primeiro semestre de 2010). (gráficos 3 e 4).

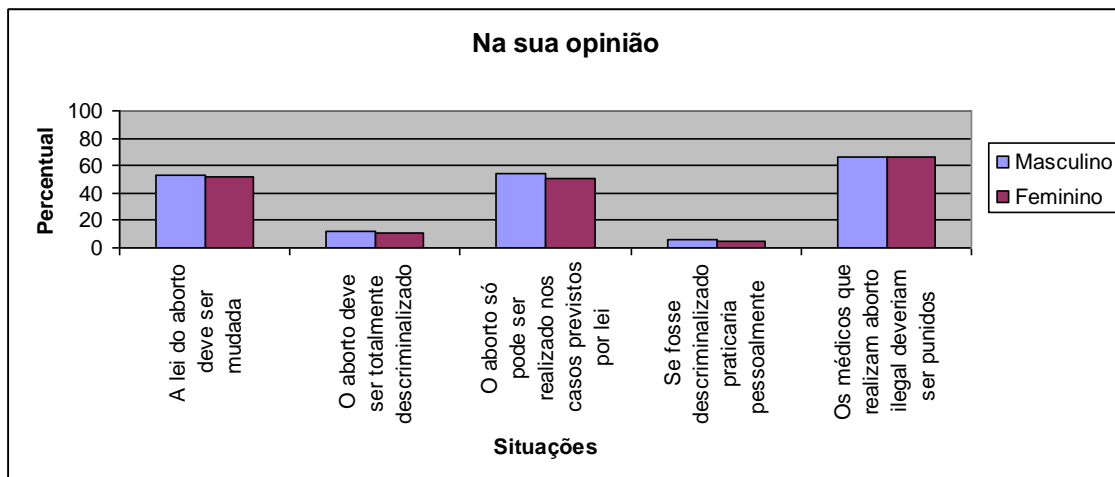


Gráfico3: Situações que os alunos que ingressaram no segundo semestre de 2009 são favoráveis a realização do aborto provocado

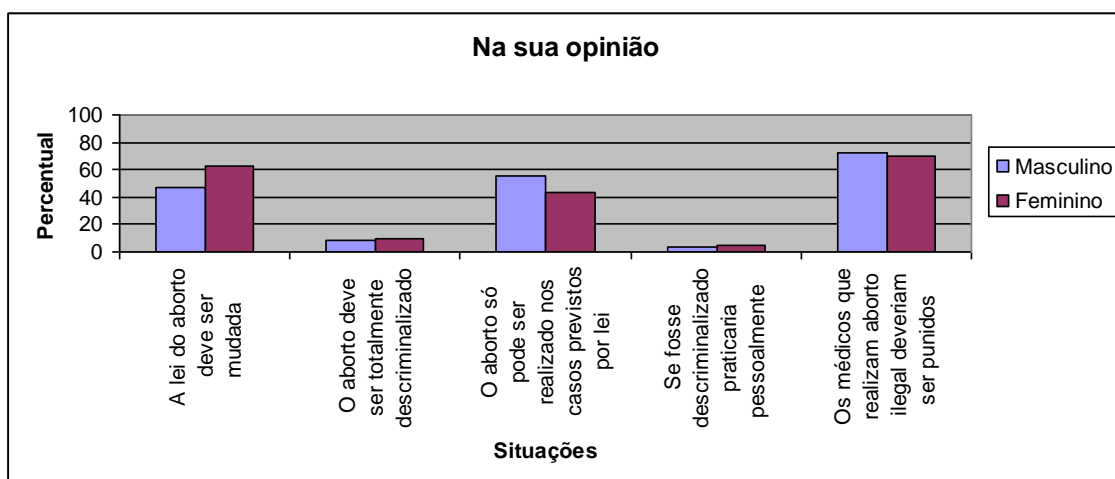


Gráfico 4: Situações que os alunos prováveis formandos de 2010 são favoráveis a realização do aborto provocado

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obtenção de dados sobre aborto é uma tarefa extremamente difícil, pois se trata de um assunto delicado e polêmico. Ao entrevistar universitários do sexo masculino e feminino de diferentes áreas, com base na análise de seus conhecimentos desde sua entrada na graduação até sua saída como profissional, percebeu-se que na área da saúde os estudantes de ambos os sexos possuem percepções semelhantes em relação ao tema abordado, demonstrando isso, inclusive, nas questões respondidas de maneira equivocada. O grupo das humanas também apresentou esta similaridade nos resultados.

Contudo chamou a atenção para as questões relacionadas ao BO e laudo do IML onde a maioria dos universitários que estavam prestes a se formar respondeu corretamente que não havia a necessidade da apresentação dos mesmos para a prática do aborto enquanto os acadêmicos que iniciavam a graduação julgavam estes documentos indispensáveis. Mesmo com essas pequenas diferenças e equívocos, os jovens demonstraram um bom conhecimento sobre o assunto, não havendo discrepância significativa entre os sexos.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFRADIQUE, Eliane. Direito à vida: aborto- estupro- feto anencefálico. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, 22, 31/08/2005 [Internet]. **Disponível em** [http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=448](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=448). Acesso em 29/06/2011

BLAY, E. A questão do aborto: um projeto de lei para disciplinar sua prática no Brasil. *Rev. Bras. Estudo Popul.*,10: 171-4, 1993.

BRASIL. **CÓDIGO PENAL**. Decreto lei nº 2848 de 7 dez 1940. 34ª ed. São Paulo: Saraiva; 1996.

CÔRREA, Sônia; ÁVILA, Maria Betânia. “Direitos sexuais e reprodutivos. Pauta global e percursos brasileiros”. In: BERQUÓ, E. (Ed./Dir.). **Sexo & vida. Panorama da saúde reprodutiva no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2003. p. 17-78.

FÁVERO, F. **Medicina Legal**. 12 ed. Belo Horizonte: Editora Vila Rica, 1991.

FRANÇA, G.V. Aborto legal e aborto criminoso. In: *Medicina Legal*. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1995. p. 174-81.

FUKUNISHI, F. Aborto - da mistificação à realidade do 3º mundo. **Artigos Jurídicos**, 2007. Disponível em: <http://www.forumjuridico.org/topic/4335-aborto-da-mistificacao-a-realidade-do-3-mundo/>. Acesso em fevereiro 2011.

GIL, A. C. ; Como elaborar projetos de pesquisa. 3.ed. São Paulo : Atlas, 2006.

GOMES, E.C.; JABOR, J.M. Pluralismo religioso, sexualidade e experiência religiosa entre estudantes de Ensino Fundamental e Médio. *Revista de Estudos e Pesquisa da Religião*, v.7, n.1, Juiz de Fora: 2005

HOSSNE, W.S.; HOSSNE, R.S. Opinião do estudante de medicina sobre algumas questões bioéticas. Disponível em <http://www.portalmedico.org.br/revista/bio2v6/opestmedicina.htm>. Acesso em 03 março 2010.

LOUREIRO, D.C.; VIEIRA, E.M. Aborto: conhecimento e opinião de médicos dos serviços de emergência de Ribeirão Preto. *Cad. Saúde Pública*, v.20, n.2, p.679-688, 2004

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Norma técnica prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes. 2a ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2005.

ROCHA, L.R. et al. Planejamento familiar. In: *Medicina ambulatorial: condutas clínicas em atenção primária*. 2ª ed. Porto Alegre, Artes médicas, 1996. p. 175-82.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO) [homepage na Internet]. Unsafe abortion: global and regional estimates of the incidence of unsafe abortion and associated mortality in 2000. 4th ed. Geneve: WHO; 2004 [citado 2007 Fev 10 ].

Disponível

em:

[http://www.who.int/reproductivehealth/publications/unsafe\\_abortion\\_estimates\\_04/estimates.pdf](http://www.who.int/reproductivehealth/publications/unsafe_abortion_estimates_04/estimates.pdf).